

PLANO DE CONTINGÊNCIA

PARA ENFRENTAMENTO DE RISCOS E DESASTRES

NATAL/RN - 2025/2026

Versão: 1.2

NATAL
PREFEITURA

DEFESA CIVIL
NATAL



PLANO DE CONTINGÊNCIA

PARA ENFRENTAMENTO DE RISCOS E DESASTRES

NATAL/RN - 2025/2026

Versão: 1.2

NATAL PREFEITURA

DEFESA CIVIL NATAL

Copyright © 2025 dos autores
Todos os direitos desta edição reservados à Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social (SEMDES).
Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Nosso município reafirma o compromisso com a segurança e o bem-estar da população ao atualizar o Plano de Contingência para Desastres de Natal. Este documento é um instrumento essencial para organizar e coordenar as ações de prevenção, resposta e recuperação diante de eventos adversos, garantindo a atuação integrada dos diversos órgãos municipais e parceiros estratégicos.

A experiência nos ensina que a antecipação e o planejamento são fundamentais para minimizar os impactos físicos e humanos dos desastres, especialmente em uma cidade como Natal, onde deslizamentos e alagamentos são desafios recorrentes. Nosso modelo de gestão define claramente as responsabilidades de cada órgão na execução, coordenação e mobilização de recursos, assegurando uma resposta rápida e eficiente para proteger nossa população e reduzir riscos.

Com este plano, fortalecemos nossa capacidade de prevenir e enfrentar emergências, bem como as ações voltadas à recuperação de áreas atingidas e o suporte às famílias impactadas. Mais do que um protocolo de ação, este documento representa um compromisso para com a segurança e a qualidade de vida dos natalenses, guiando o presente para que possamos construir um futuro mais seguro e resiliente para nossa cidade.

Paulo Eduardo da Costa Freire
Prefeito de Natal

REALIZAÇÃO

Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social (SEMDES)

Rua Jundiaí, 644 – Tirol

CEP: 59.020-120 – Natal, RN

Endereço eletrônico: https://natal.rn.gov.br/semdes/

PREFEITURA DO NATAL

Secretaria Adjunta de Defesa Civil

Departamento de Defesa Civil e Ações Preventivas

Rua Engenheiro Nelson Bahia, 1836 – Capim Macio

CEP: 59078-280 – Natal, RN

Endereço eletrônico: https://natal.rn.gov.br/semdes/

ORGANIZADOR DO DOCUMENTO VERSÃO 1.2

STENIO STEPHANIO SANTOS DE OLIVEIRA – DEFESA CIVIL/SEMDES

REVISÃO ORTOGRÁFICA

ANA FLAVIA SANÇÃO

PROJETO GRÁFICO e DIAGRAMAÇÃO

DOIS A PROPAGANDA

PREFEITO DO NATAL

PREFEITO PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO (SMG)

SECRETÁRIO SÉRGIO EDUARDO DA COSTA FREIRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (SEMDES)

SECRETÁRIA SAMARA TRIGUEIRO FÉLIX DA SILVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURA (SEINFRA)

SECRETÁRIA SHIRLEY MENEZES

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMTAS)

SECRETÁRIO YRAGUACI ARAÚJO ALMEIDA DE SOUZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E PROJETOS ESTRUTURANTES (SEHARPE)

SECRETÁRIA ADEMIRES SILVA MACHADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA (STTU)

SECRETÁRIA JÓDIA FERREIRA SANTOS MELO MENEZES

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS (SEMSUR)

SECRETÁRIO FELIPE QUEIROZ DA CUNHA ALVES

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO DE NATAL (SEMURB)

SECRETÁRIO THIAGO DE PAULA NUNES MESQUITA

SECRETARIA DE LIMPEZA URBANA DE NATAL (URBANA)

SECRETÁRIO ALVAMAR SILVA DO VALE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER (SEL)

SECRETÁRIO HERMES CÂMARA DE SOUZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NATAL (SMS)

SECRETÁRIO GERALDO SOUZA PINHO ALVES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME)

SECRETÁRIO ALDO FERNANDES SOUZA NETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (SEMAD)

SECRETÁRIO BRENO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO (SEMPLA)

SECRETÁRIO FRANCISCO VAGNER GUTEMBERG DE ARAÚJO

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (SECOM)

SECRETÁRIA CRISTINA D'OLIVEIRA VIDAL BEZERRA

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO (ARSBAN) DIRETOR

PRESIDENTE ROSSINI FERNANDES DE OLIVEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES (SEMUL)

SECRETÁRIA ANDRÉA CRISTINA COSTA DIAS DE VIVEIROS

SECRETARIA MUNICIPAL DA IGUALDADE RACIAL, DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE, PESSOAS IDOSAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS (SEMIDH)

SECRETÁRIA LUCIANA DANTAS DA COSTA OLIVEIRA

Sumário

APRESENTAÇÃO (versão 1.0), pág. 9

Novidades da Versão 1.1 (2022/2023), pág. 10

Novidades da Versão 1.2 (2025/2026), pág. 13

1. INTRODUÇÃO, pág. 15

2. DOCUMENTO DE APROVAÇÃO, pág. 16

2.1. REGISTRO DE ALTERAÇÕES, pág. 16

3. FINALIDADE, pág. 17

4. SITUAÇÃO, PLANEJAMENTO E PRESSUPOSTOS, pág. 18

4.1. SITUAÇÃO, pág. 18

4.2. CENÁRIOS DE RISCO, pág. 19

4.2.1. Bairros com risco de deslizamentos de terra, pág. 19

1. Bairro de Mãe Luíza, pág. 19

2. Comunidade do Jacó, pág. 20

3. Comunidade do Passo da Pátria, pág. 21

4.2.2. Áreas com risco de alagamentos devido ao transbordamento de lagoas de captação de águas pluviais, pág. 22

1. Lagoas de captação da cidade de Natal, pág. 22

4.2.3. Áreas com risco de erosão costeira, pág. 23

1. Praia de Ponta Negra, pág. 23

2. Litoral leste (Praias de Areia Preta, dos Artistas, do Meio e do Forte), pág. 24

4.3. PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DE RISCO, pág. 26

4.3.1. Comitê Municipal de Gestão de Riscos, pág. 27

4.4. PRESSUPOSTOS DO PLANEJAMENTO, pág. 29

5. OPERAÇÕES, pág. 30

5.1. O CONCEITO APLICADO EM SITUAÇÕES ADVERSAS, pág. 30

5.2. CRITÉRIOS E AUTORIDADE, pág. 32

5.2.1. Ativação, pág. 32

5.2.1.1. Critérios, pág. 32

5.2.1.2. Autoridade, pág. 33

5.2.1.3. Procedimento, pág. 33

5.2.2. Desativação, pág. 34

5.2.2.1. Critérios, pág. 34

5.2.2.2. Autoridade, pág. 34

5.2.2.3. Procedimento, pág. 35

5.3. ETAPAS, pág. 35

5.3.1. Pré-Desastre, pág. 35

5.3.1.1. Monitoramento, pág. 35

5.3.1.2. Alerta, pág. 36

5.3.1.3. Alarme, pág. 36

5.3.1.4. Acionamento dos Recursos, pág. 37

5.3.2. Ações Iniciais Pós-Desastre, pág. 37

5.3.2.1. Instalações do Gabinete de Gerenciamento de Crise, pág. 37

5.3.2.2. Identificação dos Riscos, Dimensionamento do Evento e Levantamento da Necessidade de Recursos, pág. 37

5.3.2.3. Consolidação do Primeiro Relatório, pág. 38

5.3.2.4. Organização da Área Afetada, pág. 38

5.3.3. Resposta ao Desastre, pág. 38

5.3.3.1. Ações de Socorro, pág. 39

5.3.3.2. Assistência às Vítimas, pág. 39

5.3.4. Reabilitação de Cenários, pág. 40

5.3.4.1. Avaliação de Danos, pág. 40

5.3.4.2. Decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública e Elaboração dos Documentos, pág. 41

5.3.4.3. Recuperação da Infraestrutura, pág. 41

5.3.4.4. Restabelecimento dos Serviços Essenciais, pág. 41

5.3.4.5. Segurança Pública, pág. 42

5.3.4.6. Atendimento ao Cidadão e à Imprensa (informações sobre os danos, desaparecidos etc.), pág. 42

5.3.5. Desmobilização, pág. 42

5.4. ATRIBUIÇÕES, pág. 42

5.4.1. Atribuições Gerais, pág. 42

5.4.2. Atribuições Específicas, Visando à Minimização do Risco de Desastres, pág. 44

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (SEMDES), pág. 44

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA (SEINFRA), pág. 46

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMTAS), pág. 47

COMPANHIA DE SERVIÇOS URBANOS DE NATAL (URBANA), pág. 48

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS), pág. 49

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO DE NATAL (SEMURB), pág. 50

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
E PROJETOS ESTRUTURANTES (SEHARPE), pág. 50

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS (SEMSUR), pág. 51

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME), pág. 51

SECRETARIA COMUNICAÇÃO SOCIAL (SECOM), pág. 52

SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER (SEL), pág. 52

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA (STTU), pág. 52

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO
BÁSICO DO MUNICÍPIO DE NATAL (ARSBAN), pág. 53

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SEMUL), pág. 54

SECRETARIA MUNICIPAL DE IGUALDADE RACIAL, DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADES, PESSOAS IDOSAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (SEMIDH), pág. 55

6. COORDENAÇÃO, COMANDO E CONTROLE, pág. 56

6.1. COMANDO DO GABINETE DE GERENCIAMENTO DE CRISE, pág. 56

6.2 ASSESSORIA DO GABINETE, pág. 56

6.3 SEÇÕES PRINCIPAIS DE RESPOSTA, pág. 56

6.4. PROTOCOLO DE COORDENAÇÃO DO GABINETE, pág. 57

REFERÊNCIAS, pág. 59

ANEXO I – COMITÊ MUNICIPAL DE GESTÃO DE RISCOS, pág. 60

ANEXO II – LINHA DO TEMPO DOS ACONTECIMENTOS, pág. 61

ANEXO III – PROCEDIMENTOS DE ATIVAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DO PLANO, pág. 62

ANEXO IV – PROTOCOLO DE AÇÕES PRÉ-DESASTRE, pág. 63

ANEXO V – PROTOCOLO DE PRIMEIRAS AÇÕES PÓS-DESASTRE, pág. 64

ANEXO VI – PROTOCOLO DE RESPOSTA AO DESASTRE, pág. 65

ANEXO VII – PROTOCOLO DE REABILITAÇÃO DE CENÁRIOS, pág. 66

ANEXO VIII – ORGANIZAÇÃO DO GABINETE DE GERENCIAMENTO DE CRISE, pág. 67

ANEXO IX - PRINCIPAIS GESTORES RESPONSÁVEIS PELAS SECRETARIAS, pág. 68

ANEXO X – PARCEIROS EXTERNOS, pág. 72

ANEXO XI - RESPONSÁVEIS PELOS SETORES NAS SECRETARIAS, pág. 73

ANEXO XII - VEÍCULOS DISPONIBILIZADOS PELAS SECRETARIAS PARA OPERAÇÕES ANTES, DURANTE E APÓS O DESASTRE, pág. 78

ANEXO XIII - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DISPONÍVEIS PELAS SECRETARIAS, pág. 79

ANEXO XIV - PESSOAS DA SECRETARIA DISPONÍVEIS PARA ATUAR ANTES, DURANTE E/OU PÓS-DESASTRE, pág. 80

ANEXO XV – UNIDADES DE SAÚDE, pág. 84

ANEXO XVI – LISTAGEM DE LEITOS, pág. 88

ANEXO XVII – LISTAGEM DE ABRIGOS, pág. 89

ANEXO XVIII – MODELO DE DECRETO MUNICIPAL DA SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, pág. 92

ANEXO XIX – MODELO DE OFÍCIO MUNICIPAL DE REQUERIMENTO DE RECONHECIMENTO FEDERAL, pág. 94

ANEXO XX – MODELO DE PARECER FAVORÁVEL DO ÓRGÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, pág. 95

ANEXO XXI – FORMULÁRIOS A SEREM PREENCHIDOS NO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES SOBRE DESASTRES, pág. 97

ANEXO XXII – CARACTERIZAÇÃO DAS LAGOAS DE CAPTAÇÃO, pág. 104

ANEXO XXII – LISTA DE VIGILANTES POR LAGOAS, pág. 133

APRESENTAÇÃO (versão 1.0)

O Plano de Contingência da Cidade de Natal (PLANCON), Versão 1.0 (2019-2020) é resultado de uma parceria técnico-científica entre a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), através do Grupo de Extensão e Pesquisa em Ergonomia (GREPE) e do Núcleo de Pesquisa sobre Desastres (NUPED).

Este Plano contou com a fundamental participação e empenho de pessoas, órgãos (municipais, estaduais, federais e não governamentais) e pesquisadores da UFRN na sua elaboração e efetivação.

O PLANCON-Natal consiste em um documento-base de referência para as ações de resposta à emergência das equipes responsáveis pelo gerenciamento de riscos de desastres da cidade de Natal, dos voluntários e da população natalense no combate a tais situações. Ele faz parte das estratégias do município para o enfrentamento de situações adversas, visando minimizar os danos materiais e humanos oriundos das ocorrências desses eventos.

O Plano busca ainda tornar a cidade de Natal mais resiliente, a partir do seu desenvolvimento e prática participativa – envolvendo diretamente, neste processo, os agentes e gestores públicos, as organizações comunitárias e não governamentais e os membros das comunidades vulneráveis a desastres.

O PLANCON é uma ferramenta valiosa, cuja finalidade principal é preservar vidas humanas diante dos riscos e desastres urbanos.

"O tempo gasto no planejamento de contingência
é igual ao tempo economizado quando o desastre ocorre."

(Contingency planning guide. Geneva: International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies, 2012.)

Organizadores

Novidades da Versão 1.1 (2022/2023)

Desde a sua implementação nos procedimentos de resposta a desastres do Município de Natal, o PLANCON em sua versão 1.0 (2019/2020) vem sendo amplamente utilizado, gerando uma série de aprendizados para a gestão municipal.

Com a aplicação do Plano, foi possível: reduzir o tempo de resposta do município em ocorrência de desastres como, por exemplo, chuvas intensas, colapso de edificações e alagamentos; permitir a aproximação dos órgãos municipais, aumentando a integração e interdisciplinaridade das ações; e avançar as discussões relativas à gestão municipal de riscos, contribuindo para a construção de uma Natal mais resiliente.

O PLANCON 1.0 foi também apresentado a órgãos extramunicipais, como a Companhia de Águas e Esgotos do RN (CAERN), o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública do Estado (CIOSP) e as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil da Região Metropolitana da capital. Isso permitiu melhorar a capilaridade das ações municipais com os órgãos estaduais e com municípios vizinhos, além de permitir a criação de um novo fluxo de atendimento interno do CIOSP para recebimento dos chamados da população nas ocorrências de Defesa Civil.

Graças à estrutura interdisciplinar e aos resultados alcançados até aqui, o PLANCON-Natal foi selecionado para inclusão no Banco Nacional de Boas Práticas de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional, como exemplo a ser seguido por outros municípios no Brasil.

Entretanto, desde a finalização da versão 1.0 do Plano – mesmo com frutos já colhidos – a cidade vivenciou diversos cenários críticos, como o derramamento de óleo nas praias do Nordeste do Brasil, em agosto de 2019, e a pandemia

da COVID-19, em 2020. Como resposta, o município de Natal percebeu a necessidade de avanço no planejamento das ações de resposta.

Em 2021, o município passou a fazer parte da iniciativa MCR2030, o Movimento Construindo Cidades Resilientes (do inglês *Making Cities Resilient 2030*), uma campanha de iniciativa do Escritório das Nações Unidas para a Redução de Risco de Desastres (UNISDR), cujo objetivo é incentivar gestores municipais a desenvolver ações para estabelecer cidades resilientes, como parte do processo de urbanização sustentável. Construindo parcerias locais, regionais e globais, o MCR2030 visa conscientizar as cidades sobre os riscos e desenvolver/implementar estratégias e planos locais para aumentar a resiliência.

Pensando nisso, buscando fortalecer os órgãos municipais através da integração, agregar o planejamento de gestão de riscos municipal nas ações de resposta, bem como fomentar a articulação das demais políticas de desenvolvimento urbano à gestão de riscos municipal – e ainda diversificar o campo de ação do Plano –, o município lançou o PLANCON versão 1.1.

A versão 1.1 apresenta novos critérios de acionamento, de desmobilização e de ativação do estado de alerta. Também introduz a criação do Comitê Municipal de Gestão de Riscos, formado por técnicos das diversas secretarias da prefeitura, com o propósito de fortalecer a atuação sistêmica integrada municipal e trabalhar localmente as metas e objetivos definidas no contexto o MCR2030. O Comitê é um dos instrumentos que se propõe a integrar a visão de riscos às políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura educação, ciência e tecnologia e às demais políticas setoriais, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável, nas ações de planejamento, prevenção e resposta a desastres.

Com o PLANCON versão 1.1, Natal espera alcançar mais um degrau no caminho para as cidades resilientes, fortalecer as ações de prevenção e desenvolver ainda mais as suas ações de resposta, dentro de um planejamento de gestão de riscos municipal integrado às demais políticas urbanas.

Comissão técnica de revisão.

Novidades da Versão 1.2 (2025/2026)

Diante das mudanças climáticas e do aumento da ocorrência de eventos extremos, a atualização do plano de contingência para alagamentos e deslizamentos de terra se torna uma medida essencial para garantir a segurança da população e minimizar impactos socioeconômicos. O planejamento eficaz e atualizado permite uma resposta mais eficiente e coordenada, reduzindo danos materiais, preservando vidas e promovendo a resiliência das comunidades afetadas.

A revisão periódica desse Plano é fundamental para incorporar novos dados, avanços tecnológicos e melhores práticas na gestão de riscos e emergências. Compreender as áreas de maior vulnerabilidade, fortalecer os sistemas de alerta precoce e capacitar as equipes de resposta são passos imprescindíveis para enfrentar os desafios impostos pelos desastres naturais. Ademais, a integração entre diferentes órgãos governamentais, instituições privadas e a sociedade civil é crucial para um plano de contingência eficaz. A participação da comunidade na prevenção e resposta a desastres fortalece a conscientização e a colaboração, tornando as medidas de segurança mais efetivas.

A atual versão considera os avanços alcançados nas edições anteriores, mas traz como novidades a inserção de outras equipes de trabalho de secretarias e órgãos a serem acionadas em situações de riscos e desastres. Dentre os citados, profissionais da: I - Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento Básico do Município (ARSBAN); II - Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (SEMUL); e III - Secretaria Municipal da Igualdade Racial, Direitos Humanos, Diversidade, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência (SEMIDH).

Ainda como elementos nessa nova versão, está o surgimento de outros documentos municipais que corroboram com a gestão de riscos e gerenciamentos de desastres, consonantes com esse Plano de Contingências, tais como: I - o

novo Plano Diretor do Município do Natal[1]; II - o Plano Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas[2]; III - o novo Plano Municipal de Redução de Riscos[3]; IV - a conclusão da obra do aterro hidráulico da praia de Ponta Negra[4]; e V - a vinculação do Grupo de Trabalho (GT) para análise do Plano de Contingência e Emergência dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Município de Natal (PLANCON - Água e Esgoto), como fazendo parte do Comitê Gestor de Riscos de Natal/RN[5].

Portanto, a atualização deste Plano representa não apenas um compromisso com a segurança da população, mas também uma oportunidade de aperfeiçoar estratégias de prevenção e resposta, assegurando um futuro mais seguro e sustentável para todos.

Através deste documento, reforçamos a importância de um planejamento dinâmico e adaptável, que permita enfrentar os desafios ambientais e urbanos com responsabilidade e eficiência.

Comissão técnica de revisão.

[1] Publicado a partir da Lei Complementar 208/2022. Foi aprovado em 23 de dezembro de 2021 e sancionado pelo prefeito em 7 de março de 2022.

[2] Publicado em 23 de dezembro de 2024 no site da prefeitura do Natal, no link: https://www.natal.rn.gov.br/semurb/publicacoes.

[3] Documento em construção, com previsão de conclusão para Agosto/2025, elaborado pelo Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Sobre Desastres (NUPED) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em parceria com a Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades.

[4] Popularmente conhecido como “engorda”, a obra foi finalizada em 25 de janeiro de 2025 e superou o impacto da erosão costeira grave na região da faixa de praia que vai da via costeira até o morro do careca.

[5] Decreto municipal n.º 13.175 de 04 de setembro de 2024.

1. INTRODUÇÃO

É com o objetivo macro de salvar e preservar vidas nas áreas de riscos da cidade de Natal que a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social de Natal (SEMDES), por meio da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil do Natal (COMDEC Natal), apresenta à sociedade natalense o Plano de Contingência para enfrentamento de riscos e desastres 2025/2026.

Desta forma, serão descritas e programadas ações de resposta às situações de emergências em áreas de morros, planas e alagáveis na cidade de Natal, que contarão com o apoio de recursos internos, da própria estrutura da Defesa Civil, como também de recursos externos provenientes dos diversos parceiros que disponibilizarão pessoas, veículos, equipamentos e materiais para que seja possível fazer a intervenção adequada em situações de emergências que excedam a capacidade de resposta desta Defesa Civil.

Assim, o Plano de Contingência se constitui num documento formal que prevê os principais recursos, procedimentos e ações de resposta para que em emergências cada ator do Sistema de Proteção e Defesa Civil de Natal saiba qual a sua função e responsabilidade dentro das operações de defesa civil. Tendo em vista a organização deste processo de resposta, serão previstos neste documento:

→ Os critérios para decretação de alerta e acionamento do Plano de Contingência;
→ Os recursos internos e externos disponíveis;
→ Os critérios para acionamento dos parceiros;
→ A distribuição das responsabilidades;
→ A organização do Gabinete de Gerenciamento de Crise;
→ A organização do Comitê de Gestão de Riscos Municipal;
→ Os procedimentos para mobilização e desmobilização das ações de resposta.

2. DOCUMENTO DE APROVAÇÃO

O Plano de Contingência para enfrentamento de riscos e desastres do município de Natal/RN estabelece os procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos na resposta a emergências e desastres quando da atuação direta ou indireta em eventos relacionados a estes desastres naturais.

O presente plano foi elaborado e aprovado pelos órgãos e instituições integrantes do sistema municipal de defesa civil de Natal, citados neste documento, os quais assumem o compromisso de atuar de acordo com a competência que lhes é conferida, bem como realizar as ações para a criação e a manutenção das condições necessárias com vistas ao desempenho previsto nas atividades e responsabilidades contidas neste Plano.

2.1. REGISTRO DE ALTERAÇÕES

DATA	ALTERAÇÃO	OBS.
31/05/2019	Versão inicial – v.1.0	
25/04/2022	Versão 1.1	
30/03/2025	Versão 1.2	

3. FINALIDADE

O PLANCON do município de Natal estabelece os procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos na resposta a emergências e desastres quando da atuação direta ou indireta em eventos relacionados a estes. O plano recomenda e padroniza, a partir da adesão dos órgãos signatários, os aspectos relacionados ao monitoramento, alerta, alarme e resposta, incluindo as ações de socorro, ajuda humanitária, abrigamento e reabilitação de cenários, a fim de reduzir os danos e prejuízos decorrentes.

4. SITUAÇÃO, PLANEJAMENTO E PRESSUPOSTOS

O Plano foi desenvolvido a partir da análise das avaliações e mapeamentos de risco disponíveis e dos cenários de risco identificados como prováveis e relevantes, caracterizados como hipóteses de desastres. Levou ainda em consideração alguns pressupostos para o planejamento e a lei 12.608/2012, a qual institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, que são premissas adotadas para o Plano e consideradas importantes para sua compreensão e utilização.

4.1. SITUAÇÃO

O município de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, fica localizado na mesorregião leste potiguar, possui uma área de aproximadamente 167km² e uma população estimada de 785.368 habitantes em 2024, segundo o IBGE.

De acordo com a classificação de Nimer (1979), o clima de Natal pode ser considerado como clima tropical nordeste oriental, quente e semiúmido com quatro a cinco meses secos. De um modo geral, o período chuvoso inicia-se já no mês de março, ficando bem definido entre abril e julho, sendo junho o mês que apresenta a maior média pluviométrica. O período de menor registro de precipitação está compreendido entre os meses de setembro e fevereiro.

Natal foi edificada sobre solo caracterizado por dunas de areia branca, lagunas e tabuleiros costeiros. Seu território urbano encontra-se nos tabuleiros, que, normalmente, possuem uma morfologia que pode variar de plana a suavemente ondulada. Em Natal, os tabuleiros costeiros possuem situação elevada em relação ao nível do mar e do Rio Potengi e são drenados pela própria inclinação na direção do oceano (NUNES, 2011).

No que diz respeito ao abastecimento de água da cidade, observa-se a contribuição das bacias dos Rio Potengi, Rio Doce e do Rio Pirangi, sendo

esta última a responsável por 30% do abastecimento da capital. Além das águas superficiais, Natal conta ainda com a disponibilidade hídrica das águas subterrâneas que correspondem a cerca de 70% do volume fornecido para o abastecimento d'água da cidade, através da exploração por poços tubulares profundos dos aquíferos Dunas/Barreiras e Aluvião.

4.2. CENÁRIOS DE RISCO

Os cenários de risco do município foram catalogados com base no registro de informações de ocorrências que sucedem sazonalmente, sendo esses eventos comuns como fatores de risco de inundações e deslizamentos.

Foram descritos abaixo os cenários de riscos de deslizamentos de terra que ocorrem em três bairros da cidade devido a estes possuírem regiões de encostas densamente povoadas sujeitas a possíveis movimentos de massa e/ou rompimento de estruturas de contenção, que podem ocasionar desastres como destruição de edificações, especialmente residenciais, danos ambientais e até humanos. Além desse, também foram descritos cenários de risco de alagamentos e inundações provenientes principalmente dos possíveis transbordamentos de lagoas de captação de águas pluviais por ocasião de fortes eventos de chuva.

4.2.1. Bairros com risco de deslizamentos de terra

1. Bairro de Mãe Luíza

→ **Descrição**: bairro densamente povoado, situado em uma faixa litorânea na região leste da cidade, com um misto de empreendimentos em condições variadas de infraestrutura, sendo a grande maioria composta por edificações residenciais em situação precária. A região apresenta solo com relevo dunar sobrepondo-se à formação de barreiras com elevadas inclinações, propício a sinistros geológicos e acidentes como deslizamento de terras, recalques, desmoronamentos, entre outros;

→ **Resumo histórico**: o bairro possui histórico de pequenos acidentes que apresentam indícios de movimentações de massa como abertura de crateras, rompimento de partes de

muros de contenção, fissuras e afundamento de piso em algumas residências. Como marco histórico, ocorreu um grande acidente em junho de 2014, quando um evento de chuva intensa (aproximadamente 360mm em 48 horas) provocou um deslizamento de terra atingindo dezenas de residências e deixando vários desabrigados e desalojados. Diversos imóveis foram interditados pelo órgão de proteção e defesa civil, em razão deste desastre e de outras ocorrências;

→ **Fatores contribuintes**: habitações precárias, baixa percepção de risco da comunidade, sistemas de contenções fragilizados, sistemas de drenagem pluvial e de esgoto defasados em detrimento ao crescimento do bairro, construções em cristas e pé de taludes, alteração do estado de saturação do solo devido às fortes chuvas e incorreta destinação de águas servidas;

→ **Evolução e possibilidade de monitoramento, alerta e alarme:** além de ter sido instalado um novo sistema de drenagem pluvial na região do desastre e seu entorno, são realizadas vistorias preventivas constantes no bairro, principalmente sob demanda da população, buscando o acompanhamento e monitoramento dos indícios de possíveis sinistros na comunidade;

→ **Resultados estimados:** por se tratar de uma área densamente povoada, de crescimento rápido e desordenado, e ainda região de encosta de considerável declividade, qualquer pequeno acidente pode tomar grandes proporções sendo, portanto, necessário um monitoramento constante da comunidade;

→ **Componentes críticos:** tipologia do terreno, precariedade das edificações, fragilidade das estruturas de contenção sujeitas às sobrecargas decorrentes de construções informais e não previstas em projeto, e escavação em suas bases, afetando sua estabilidade interna e estrutural, incorreta disposição de resíduos sólidos e águas servidas, entre outros.

2. Comunidade do Jacó

→ **Descrição:** bairro densamente povoado situado na região leste da cidade, com um misto de empreendimentos em condições variadas de infraestrutura, sendo a grande maioria composta por edificações residenciais em situação precária. A região ainda apresenta terreno em solo de formação de barreiras com elevadas inclinações, propícia a sinistros geológicos e acidentes como deslizamento de terras, recalques, desmoronamentos, entre outros;

→ **Resumo histórico:** o bairro possui histórico de pequenos acidentes que apresentam indícios de movimentações de massa como abertura de crateras, rompimento de partes de muros de contenção, fissuras e afundamento de piso em algumas residências. Como marco histórico, houve um grande acidente em junho de 2014, quando um evento de chuva intensa (aproximadamente 360mm em 48 horas) culminou com o rompimento de um muro de contenção, deixando nove residências parcialmente destruídas. Diversos imóveis foram interditados pelo órgão de proteção e defesa civil, em razão deste evento e de outras ocorrências;

→ **Fatores contribuintes:** habitações precárias, baixa percepção de risco da comunidade, sistemas de contenções fragilizados, sistemas de drenagem pluvial e de esgoto defasados em detrimento ao crescimento do bairro, construções em cristas e pé de taludes, alteração do estado de saturação do solo devido às fortes chuvas e incorreta destinação de águas servidas;

→ **Evolução e possibilidade de monitoramento, alerta e alarme:** são realizadas vistorias preventivas constantes no bairro, principalmente sob demanda da população, buscando o acompanhamento e monitoramento dos indícios de possíveis sinistros na área;

→ **Resultados estimados:** por se tratar de uma área densamente povoada, de crescimento desordenado e ainda região de encosta de considerável declividade, qualquer pequeno acidente pode tomar grandes proporções sendo, portanto, necessário um monitoramento constante da comunidade;

→ **Componentes críticos:** tipologia do terreno, precariedade das edificações, fragilidade das estruturas de contenção sujeitas a sobrecargas decorrentes de construções informais e não previstas em projeto, escavação em suas bases, afetando sua estabilidade interna e estrutural, incorreta disposição de resíduos sólidos e águas servidas, entre outros.

3. Comunidade do Passo da Pátria

→ **Descrição:** bairro densamente povoado situado na região leste da cidade, com um misto de empreendimentos em condições variadas de infraestrutura, sendo a grande maioria composta por edificações residenciais em situação extremamente precária, principalmente localizadas nas Ruas Ocidental de Cima e Ocidental de Baixo. A região apresenta solo com relevo dunar sobrepondo-se à formação de barreiras com elevadas inclinações, propícia a sinistros geológicos e acidentes como deslizamento de terras, recalques, desmoronamentos, entre outros;

→ **Resumo histórico:** o bairro possui um histórico de pequenos acidentes como fissuras e afundamento de piso em algumas residências. Em 2015, um pequeno deslizamento de terra atingiu duas residências e, atualmente, existem diversos imóveis interditados pela Defesa Civil;

→ **Fatores contribuintes:** habitações precárias, baixa percepção de risco da comunidade, ausência de estruturas de contenção, sistema de drenagem pluvial e de esgoto defasados em detrimento ao crescimento do bairro, construções em cristas e pé de taludes, alteração do estado de saturação do solo devido às fortes chuvas e incorreta destinação de águas servidas;

→ **Evolução e possibilidade de monitoramento, alerta e alarme:** são realizadas vistorias preventivas constantes no bairro, principalmente sob demanda da população, buscando o acompanhamento e monitoramento dos indícios de possíveis sinistros na área;

→ **Resultados estimados:** por se tratar de uma área densamente povoada, de crescimento desordenado e ainda região de encosta de considerável declividade, qualquer pequeno acidente pode tomar grandes proporções sendo, portanto, necessário um monitoramento constante da comunidade;

→ **Componentes críticos:** tipologia do terreno, precariedade das edificações, ausência ou fragilidade das estruturas de contenção sujeitas a sobrecargas decorrentes de construções informais e não previstas em projeto, escavação em suas bases afetando sua estabilidade interna e estrutural, incorreta disposição de resíduos sólidos e águas servidas, entre outros.

4.2.2. Áreas com risco de alagamentos devido ao transbordamento de lagoas de captação de águas pluviais

1. Lagoas de captação da cidade de Natal

→ **Descrição**: espalhadas nas diversas regiões da cidade, as 55 lagoas de captação muitas vezes não suportam os volumes de chuva que ocorrem, levando assim ao transbordamento que atinge frequentemente as residências situadas no entorno;

→ **Resumo histórico**: frequentemente, por ocasião das chuvas, acontece o transbordamento de lagoas de captação de águas pluviais, destacando-se historicamente o transbordamento das lagoas dos bairros de Santarém e de São Conrado no ano de 2014, que deixou dezenas de desalojados;

→ **Fatores contribuintes**: roubos frequentes de equipamentos, problemas recorrentes nos conjuntos motor-bomba e quadros de energia, ausência de vigias nas lagoas, ligações clandestinas de esgotos, falta de limpeza nas lagoas, edificações próximas, entre outros;

→ **Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta**: anualmente o órgão municipal de proteção e defesa civil realiza, de forma preventiva, três vistorias nas lagoas da cidade de modo a levantar as necessidades de intervenção em cada uma delas e informar aos órgãos competentes suas situações. Além disso, são feitas visitas constantes nos bairros, principalmente sob demanda da população ou por ocasião de fortes chuvas;

→ **Resultados estimados**: por se tratar de áreas densamente povoadas, as inundações frequentemente atingem diversas residências deixando famílias em risco, inclusive sanitário, provocando danos ambientais, materiais e patrimoniais, podendo evoluir para desastres com risco humano. Desta forma, é necessário um monitoramento constante da área, a manutenção preventiva e periódica das lagoas, bem como a fiscalização para evitar roubos e ligações clandestinas;

→ **Componentes críticos:** destacam-se como pontos críticos as ligações clandestinas que contribuem para a impermeabilização da água no solo, a incorreta deposição de lixo e a falta de limpeza de vegetação na área das lagoas, além da falta de manutenção dos equipamentos.

4.2.3. Áreas com risco de erosão costeira

1. Praia de Ponta Negra

→ **Descrição:** praia localizada no litoral urbano, altamente frequentada por nativos e turistas, com cerca de 4km de extensão. Pode ser considerada uma pequena baía, situada no distrito Zona Sul de Natal. No extremo sul da praia fica o Morro do Careca, cartão-postal mais famoso da cidade, já em direção ao norte, percorrem-se 4km de calçadão ao redor da Avenida Erivan França. Em toda essa extensão existe uma atividade econômica e turística ativa, com muitos bares, restaurantes, hotéis, boates, pequenas galerias comerciais, absoluta predominância de pousadas, ocasionalmente entremeadas por barracas;

→ **Resumo histórico:** o calçadão da orla de Ponta Negra vem sendo destruído ao longo do tempo, com o aparecimento de crateras em sua extensão. Em 2012, a Prefeitura do Natal decretou estado de calamidade pública devido à erosão marinha no local, que causou

a destruição de parte do calçadão, interdição do passeio público e a transferência dos quiosques para lugares menos vulneráveis a desabamentos;

→ **Fatores contribuintes:** estudos mostram que a praia tem um processo de deposição, porém que não chega a estabelecer um equilíbrio sedimentar. No caso de Ponta Negra, a urbanização fez perder o aporte de sedimentos das dunas frontais, devido à impermeabilização do solo que lançou na praia toda água do escoamento pluvial. Além da impermeabilização, a urbanização e o crescimento desordenados dos serviços voltados ao turismo na região também culminaram com o lançamento de águas servidas irregulares na praia, fortalecendo o processo de erosão. Além disso, o mar tem avançado ao longo do tempo em direção à costa;

→ **Evolução e possibilidade de monitoramento, alerta e alarme**: foi realizado um sistema de enrocamento em 2012 e 2013 por ocasião do desastre e, além disso, são realizadas visitas e fiscalizações constantes na orla pela Secretaria Municipal de Obras Públicas e Infraestrutura (SEINFRA), além de vistorias por parte da Defesa Civil de Natal principalmente sob demanda da população, buscando o acompanhamento e monitoramento de possíveis indícios de novos processos de erosão;

→ **Resultados estimados:** com a crescente ocupação do litoral, emergem as notícias de eventos costeiros que afetam diretamente o desenvolvimento das atividades humanas, em sua maioria são processos erosivos ou de deposição excessiva de sedimentos. Assim, dado ainda o fato de que se trata de uma área de intensa movimentação de pessoas e comércio, fica evidente a necessidade de monitorar os fatores contribuintes que atuam nos processos costeiro, a fim de evitar possíveis danos ao patrimônio e/ou à vida e ao meio ambiente;

→ **Componentes críticos:** destacamos como pontos críticos o avanço do mar, que no decorrer do tempo se aproxima do calçadão e dos empreendimentos existentes, bem como as ligações clandestinas de águas servidas que contribuem para a impermeabilização do solo e ocorrência de crateras.

2. Litoral leste (Praias de Areia Preta, dos Artistas, do Meio e do Forte)

→ **Descrição:** as Praias de Areia Preta, dos Artistas, do Meio e do Forte localizam-se no perímetro urbano na Zona Leste, possuem a maior parte de sua área com drenagem, pavimentação e coleta de lixo. Desde a década de 20 já são altamente frequentadas por

turistas, nativos e pescadores que foram, ao longo do tempo, urbanizando a região, que atualmente encontra-se com vários condomínios de alto padrão. Nessa área existe uma atividade econômica e turística ativa, com muitos bares, restaurantes, hotéis, boates, pequenas galerias comerciais, pousadas e quiosques ao longo do calçadão. A área em questão apresenta dunas, tabuleiros costeiros, arenitos praiais, planícies praiais e promontórios (conhecidos como quebra-mares);

→ **Resumo histórico:** em 2004, foi elaborado um projeto de recuperação da Praia de Areia Preta, com o objetivo de interromper a erosão na linha de costa e recuperar as praias em processo erosivo no bairro de Areia Preta. O aterro hidráulico tem a função de recuperar a faixa de praia, e os espigões foram planejados a fim de aumentar a sua estabilidade, impedindo a erosão e o transporte do material sedimentar para as praias ao norte da Ponta do Morcego e o assoreamento do canal de acesso portuário. Os espigões construídos na Praia de Areia Preta estão impedindo o transporte de sedimentos que a deriva litorânea realiza naturalmente, o que está acarretando a falta de sedimentos nas Praias do Meio e do Forte. Isto causou, no final do ano de 2008, a erosão costeira com a destruição do calçadão na Praia do Meio, em 2010, na Praia do Forte e, em 2011, na extensão dessas praias;

→ **Fatores contribuintes:** a urbanização ocorrida de forma rápida e adensada na região interfere na dinâmica sedimentar costeira, acelerando os processos de erosão que se desenvolvem na Praia de Areia Preta e, por conseguinte, nas praias adjacentes (Praias do Meio e do Forte). A construção das edificações, existentes na orla do bairro de Areia Preta, eliminou as dunas que mantinham contato com o prisma praial e que funcionavam como uma reserva de sedimentos. Isso provocou o aparecimento imediato do substrato rochoso terciário e o aparecimento de falésias em detrimento das dunas. Os processos erosivos passaram a solapar as falésias (surgimento de buracos nas bases dessas estruturas), sob as quais estavam posicionadas edificações urbanas. Outro fator contribuinte é a quantidade significativa de efluentes lançados *in natura* na Praia de Areia Preta. Esses efluentes são despejados juntamente com as águas pluviais do sistema de drenagem, que também possuem ligações clandestinas de esgotos domésticos. Também é possível constatar a presença de resíduos sólidos deixados pela população nas praias, sinal claro da falta de educação ambiental daqueles que frequentam a região;

→ **Evolução e possibilidade de monitoramento, alerta e alarme**: o monitoramento do perfil de praia é importante para perceber a evolução da zona regenerada, já que permite a observação das tendências da praia após a obra de recuperação, podendo, inclusive, obter

a verificação da necessidade ou não de novos aportes ou retiradas de material sedimentar. A zona de praia na área executada da obra de recuperação compreende cerca de 1.500 metros, contudo, segundo o projeto, o monitoramento deve ser executado no mínimo em quatro quilômetros da costa para a obtenção de dados sobre a ocorrência de interferência do empreendimento na faixa de praia;

→ **Resultados estimados:** com a crescente ocupação do litoral, emergem as notícias de eventos costeiros que afetam diretamente o desenvolvimento das atividades humanas. Em sua maioria são processos erosivos ou de deposição excessiva de sedimentos. Assim, dado ainda o fato de que se trata de uma área de intensa movimentação de pessoas e comércio, fica evidente a necessidade de monitorar os fatores contribuintes que atuam nos processos costeiros, a fim de evitar possíveis danos ao patrimônio e ao meio ambiente;

→ **Componentes críticos:** destacamos como pontos críticos o avanço do mar, que no decorrer do tempo se aproxima do calçadão e dos empreendimentos existentes, bem como o lançamento de esgotos *in natura* nas praias e as ligações clandestinas de águas servidas nas redes de drenagem de águas pluviais que contribuem para a impermeabilização do solo e ocorrência de crateras.

4.3. PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DE RISCO

Garantindo a atuação sistêmica nas ações de prevenção, preparação, resposta e reconstrução, e atendendo ao que determina o art. 3º da Lei 12.608 de 2012, que diz que “a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil deve integrar-se às políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura educação, ciência e tecnologia e às demais políticas setoriais, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável”, tem-se o Comitê de Gestão de Riscos Municipal, formado por técnicos da prefeitura, trabalhando continuamente as ações de prevenção no município, e auxiliando o Gabinete de Crise nos períodos de anormalidade e gerenciamento de crises.

4.3.1. Comitê Municipal de Gestão de Riscos

O Comitê Municipal de Gestão de Riscos se reunirá periodicamente durante todo o ano para discutir, planejar, elaborar e revisar as políticas e planos municipais relacionados às suas respectivas áreas, visando solucionar problemas relacionados à gestão de riscos, além de desenvolverem localmente as estratégias, planos e metas definidas no contexto com MCR2030, firmadas como compromisso do município para com a iniciativa.

O Comitê trabalhará com duas vertentes:

a) Nos períodos de normalidade: desenvolver peças técnicas (mapas, protocolos integrados de ação, procedimentos, inclusão de temas em políticas e planos existentes, criação de bancos de dados, revisão de planos, normas, entre outras); e disseminar em seus respectivos órgãos de origem os produtos criados e aprovados pelo Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil;

b) Nos períodos de anormalidade: garantir que todos os produtos e protocolos criados e aprovados pelo Conselho Municipal, bem como todas as ações deliberadas no Gabinete de Gerenciamento de Crise, sejam cumpridos até o fim, mesmo quando cessada a situação de crise, de modo a permitir o encerramento das ações necessárias à resposta e reconstrução; informar sobre como se deram esses processos e o atendimento dos protocolos; e revisar os respectivos procedimentos, de modo a agregar novos conhecimentos adquiridos com o evento adverso, indicando falhas e acertos, buscando sempre a melhora das peças técnicas e, por consequência, da prestação de serviço municipal.

Os produtos gerados pelo trabalho do Comitê servirão de base para as diversas ações municipais desde a orientação dos gestores nas tomadas de decisão durante os eventos de desastres, por ocasião do Gabinete de Gerenciamento de Crise, até os planejamentos e ações corriqueiras de cada pasta, além de orientar as discussões e deliberações do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, que é o órgão paritário, deliberativo e consultivo.

O Comitê Municipal de Gestão de Riscos, ilustrado no anexo I, será formado por técnicos das secretarias e demais órgãos do município de Natal citados neste Plano e listados abaixo, nomeados em portaria, sem prejuízo da inclusão de técnicos de outras pastas que se acharem necessários ao longo dos trabalhos:

→ Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social (SEMDES);

→ Secretaria Adjunta de Defesa Social (Departamento de Defesa Civil e Ações Preventivas – SADS/DC);

→ Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social (SEMTAS);

→ Secretaria Municipal de Obras Públicas e Infraestrutura (SEINFRA);

→ Secretaria Municipal de Habitação Social, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes (SEHARPE);

→ Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB);

→ Secretaria Municipal de Saúde (SMS);

→ Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA);

→ Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (STTU);

→ Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEL);

→ Secretaria Municipal de Educação (SME);

→ Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SEMSUR);

→ Companhia de Serviços Urbanos de Natal (URBANA);

→ Secretaria Municipal de Comunicação (SECOM);

→ Secretaria Municipal de Governo (SMG);

→ Secretaria Municipal de Administração (SEMAD);

→ Secretaria Municipal de Turismo (SETUR);

→ Procuradoria Geral do Município (PGM);

→ Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Município de Natal (ARSBAN).

4.4. PRESSUPOSTOS DO PLANEJAMENTO

Para a utilização deste plano, admite-se que as seguintes condições e limitações estarão presentes:

→ A capacidade de resposta dos órgãos de emergência (Defesa Civil, Bombeiros Militar, Polícia Militar, SAMU, Guarda Municipal, entre outros) não sofre alterações significativas fora do horário comercial, enquanto os demais órgãos dependerão de um plano de chamada, específico para emergências, que deve ser elaborado por cada órgão internamente, para a sua execução nos períodos fora do horário comercial;

→ O tempo de mobilização esperado de todos os órgãos envolvidos neste plano, necessário para que as equipes se reúnam para primeiras respostas, é de no máximo duas horas, independente do dia da semana e do horário do acionamento;

→ O acesso dos órgãos envolvidos às áreas de desastres será monitorado pelo órgão de proteção e defesa civil com o apoio da Guarda Municipal.

5. OPERAÇÕES

5.1. O CONCEITO APLICADO EM SITUAÇÕES ADVERSAS

→ **A resposta a ocorrências de enxurradas, eventos de erosão e deslizamentos** no município de Natal/RN será desenvolvida nas diferentes fases do gerenciamento de riscos: no pré-desastre, no desastre propriamente dito e na desmobilização, conforme descrito no item 5.3 e ilustrado nos Anexos I, III, IV, V e VI;

→ **Na fase do pré-desastre, o monitoramento** será feito por meio do acompanhamento de alertas de desastres emitidos pelo Centro de Monitoramento de Desastres Naturais (CEMADEN), pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), pelo Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CPTEC), pela Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN), pelo monitoramento das áreas de riscos e pelo acompanhamento dos índices de precipitações medidos pelos pluviômetros automáticos espalhados pelas diversas regiões da cidade. Tal monitoramento deverá ser efetuado pelo chefe de operações do órgão municipal de proteção e defesa civil, com o apoio do técnico meteorologista da Defesa Civil Estadual, ou outro órgão parceiro que disponha de profissional competente no acompanhamento de modelos e radares de monitoramento climático;

→ Sempre que uma situação caracterizada como alerta for identificada pelo chefe de operações da Defesa Civil**, a notificação será repassada à Direção da Defesa Civil**, bem como ao Secretário Adjunto da Defesa Civil, ao Secretário da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social (SEMDES) e ao Secretário Municipal de Governo por meio telefônico e/ou mensagens por redes sociais;

→ **O alerta poderá ser determinado pelo Secretário Municipal de Governo** e, quando necessário, será realizado e atualizado por meio telefônico e/ou mensagens por redes sociais e emitido para a população por alerta de SMS através do sistema de envio de alertas de riscos de inundações, alagamentos, temporais, perigo de deslizamentos de terra, entre outros, que encaminha os alertas enviados pelo Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD) e Defesa Civil dos estados e municípios para os usuários de telefonia móvel cadastrados no sistema. Caso a situação evolua, o alerta também poderá ser dado para outros órgãos de resposta e por intermédio dos agentes de defesa civil, inicialmente para os líderes comunitários e posteriormente por meio de sistema de som da viatura ou megafones para as comunidades afetadas;

→ **O Plano poderá ser ativado pelo prefeito**, quando necessário será atualizado e transmitido por meio telefônico e/ou mensagens por redes sociais para outros órgãos de resposta, pelo sistema de alertas de SMS e por intermédio dos agentes de defesa civil para as comunidades afetadas;

→ **A coordenação da resposta na fase do pré-desastre** será realizada pela Defesa Civil, podendo ser acionado o Secretário da SEMDES e/ou o Secretário Adjunto da Defesa Civil em caso necessário de alerta;

→ **Na fase do desastre,** os primeiros recursos serão mobilizados, logo após o impacto, pela direção da Defesa Civil, por meio telefônico e/ou mensagens por redes sociais;

→ A **mobilização adicional de recursos** será feita por meio da Secretaria Municipal de Governo, podendo ser delegada ao Secretário da SEMDES e/ou ao Secretário Adjunto da Defesa Civil, no contexto do Gabinete de Crise em Sala de Gerenciamento de Crise que poderá ser criada para a ocasião do desastre;

→ A solicitação de recursos a outros municípios, a nível estadual ou federal, será feita por meio da Secretaria Municipal de Governo, contando com informações: sobre área atingida, quantidade de imóveis atingidos, interditados ou destruídos colhidas pela Defesa Civil e Secretaria Municipal de Obras Públicas e Infraestrutura (SEINFRA); sobre a quantidade de famílias atingidas, de desabrigados ou desalojados colhidas pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS) em conjunto com a Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes (SEHARPE); sobre dados financeiros e de orçamentos para o preenchimento da plataforma S2ID colhidos pela Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA) e pela Secretaria Municipal de Administração (SEMAD); e com

análise da legalidade das solicitações feita pela Procuradoria-Geral do Município (PGM).

→ **A estrutura de operações de resposta** será organizada de acordo com a matriz das funções de suporte a desastres, estabelecendo ações de**:**

Socorro: salvamento e resgate, atendimento pré-hospitalar, evacuação, transporte etc.;

Assistência às vítimas: abrigamento, doações, assistência médica, atendimento ambulatorial e hospitalar etc.;

Reabilitação de cenários: desobstrução das vias, restabelecimento da energia elétrica, do serviço de fornecimento de água, coleta de lixo, segurança etc.

→ Os **procedimentos administrativos e legais** decorrentes da situação de anormalidade serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Governo, que contará com o apoio da Procuradoria Geral do Município e da Secretaria Adjunta de Defesa Civil;

→ A **coordenação da resposta na fase do desastre** será realizada pela Secretaria Municipal de Governo em conjunto com os Secretários da SEMDES, da SEMTAS e da SEINFRA no Gabinete de Gerenciamento de Crise;

→ A **desmobilização** dos recursos humanos e materiais, sob a coordenação do Secretário da SEMDES, será feita de forma organizada e planejada, priorizando os recursos externos e mais impactados nas primeiras operações. Deverá igualmente ordenar a transição da reabilitação de cenários para a reconstrução sem que haja solução de continuidade no acesso da população aos serviços essenciais básicos.

5.2. CRITÉRIOS E AUTORIDADE

5.2.1. Ativação

5.2.1.1. Critérios

O Plano de Contingência será ativado sempre que forem constatadas as condições e os pressupostos que caracterizam um dos cenários de risco previstos, seja pela evolução das informações monitoradas, pela ocorrência do evento ou pela dimensão do impacto, em especial:

→ Quando a precipitação monitorada pelo Chefe de Operações do órgão de operação e defesa civil for igual ou superior a 60mm em 1h ou 100mm em 24 horas ou;

→ Quando houver transbordamento de lagoa de captação, com o risco de atingir residências ou;

→ Quando for detectado movimento de massa que possa atingir residências, e deixar desabrigados e/ou desalojados ou;

→ Quando o número de ocorrências registradas ultrapassar o limite da capacidade de resposta da Defesa Civil, repassada pelos agentes de plantão, conforme andamento e atendimento das ocorrências ou;

→ Quando constatada a ocorrência de situação adversa em que seja identificada necessidade de ativação do plano, a critério da administração, pelas autoridades competentes pela sua ativação.

5.2.1.2. Autoridade

O Plano de Contingência poderá ser ativado pelas seguintes autoridades:

→ Prefeito da Cidade do Natal;

→ Secretário Municipal de Governo;

→ Secretário da SEMDES.

5.2.1.3. Procedimento

Após a decisão formal de ativar o Plano de Contingência, as seguintes medidas serão desencadeadas, conforme ilustrado no Anexo II:

→ O Secretário Municipal de Governo ativará o plano de chamada, o Gabinete de Gerenciamento de Crise e a compilação das informações;

→ Os órgãos mobilizados ativarão os protocolos internos definidos de acordo com o nível da ativação (atenção, alerta e resposta).

5.2.2. Desativação

5.2.2.1. Critérios

O Plano de Contingência será desmobilizado sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que descaracterizam um dos cenários de risco previstos, seja pela evolução das informações monitoradas, pela não confirmação da ocorrência do evento ou pela dimensão do impacto, em especial:

→ Quando a evolução da precipitação após a ativação do plano, monitorada pelo Chefe de Operações da Defesa Civil, for igual ou inferior a 10mm – desde que os problemas tenham sido contidos ou;

→ Quando a evolução do nível das lagoas transbordantes após a ativação do plano, monitorado pelo Chefe de Operações da Defesa Civil, chegar a seu nível normal ou;

→ Quando o movimento de massa não for detectado pelo Chefe de Operações de Defesa Civil ou as ações de respostas e reconstrução não necessitem mais de apoio externo ou;

→ Quando as ocorrências recebidas pela Defesa Civil, que ocasionaram o acionamento do plano, forem atendidas, solucionadas ou encaminhadas, ou;

→ Quando a situação adversa que ocasionou a ativação do plano tiver cessado e não necessitar mais de apoio externo para finalização das ações de resposta.

5.2.2.2. Autoridade

O Plano de Contingência poderá ser desmobilizado pelas seguintes autoridades:

→ Prefeito da Cidade do Natal;

→ Secretário Municipal de Governo;

→ Secretário da SEMDES.

5.2.2.3. Procedimento

Após a decisão formal de desativação do Plano de Contingência, as seguintes medidas serão desencadeadas (ilustrado no Anexo II):

→ Os órgãos mobilizados ativarão os protocolos internos definidos de acordo com o nível da desmobilização (total ou retorno a uma situação anterior);

→ O secretário municipal de governo determinará a desmobilização do plano de chamada, do Gabinete de Gerenciamento de Crise e da compilação das informações.

5.3. ETAPAS

A resposta a ocorrências de enxurradas, eventos de erosão e deslizamentos no município de Natal/RN será desenvolvida nas diferentes fases do gerenciamento de riscos: no pré-desastre, no desastre propriamente dito e na desmobilização, conforme descrito abaixo e ilustrado nos Anexos I, III, IV, V e VI.

5.3.1. Pré-Desastre

As ações a serem desenvolvidas na etapa de pré-desastre serão ações de monitoramento, alerta e acionamento de recursos descritas abaixo e ilustradas no Anexo III.

5.3.1.1. Monitoramento

O monitoramento ocorrerá pela Direção da Defesa Civil, com o auxílio do Setor de Operações e do Setor de Vistorias, controlando o número de ocorrências, os eventos adversos e o índice de precipitações pluviométricas. Utilizando-se dos boletins do CEMADEN, do INMET e do CPTEC bem como dados da EMPARN, dos pluviômetros automáticos espalhados pelas diversas regiões da cidade e das ocorrências repassadas pelo Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP).

5.3.1.2. Alerta

O estado de alerta poderá ser ativado quando o Secretário Municipal de Governo, de posse das informações repassadas pela Defesa Civil, achar necessário que os órgãos comecem o planejamento para que seja acionado o Plano de Contingência.

Uma situação poderá ser caracterizada como alerta quando:

→ A precipitação monitorada pelo Chefe de Operações do órgão de operação e defesa civil for igual ou superior a 40mm em 1h ou;

→ Quando o nível das lagoas de captação, com o risco de atingir residências, alcançarem sua capacidade máxima ou;

→ Quando forem detectados novos indícios fortes de movimento de massa nas áreas de risco ou;

→ Quando o número de ocorrências registradas pelo CIOSP, em dias de chuva intensa nas áreas de risco, ultrapassar o tempo de resposta pela Defesa Civil de 1h ou;

→ Quando constatada uma situação adversa que necessite de acionamento de estado de alerta, a critério da administração, com base nas informações repassadas pela Defesa Civil, ou órgão integrante do Comitê Municipal de Gestão de Riscos.

5.3.1.3. Alarme

O estado de alarme poderá ser ativado quando o Secretário Municipal de Governo, de posse das informações repassadas pela Defesa Civil, achar necessário que os órgãos comecem o planejamento para que seja acionado o Plano de Contingência:

→ Quando a precipitação monitorada pelo Chefe de Operações do órgão de operação e defesa civil for igual ou superior a 60mm em 1h ou 100mm em 24 horas ou;

→ Quando houver transbordamento de lagoa de captação, com o risco de atingir residências ou;

→ Quando for detectado movimento de massa que possa atingir residências, e deixar desabrigados e/ou desalojados ou;

→ Quando o número de ocorrências registradas ultrapassar o limite da capacidade de resposta da Defesa civil, repassada pelos agentes de plantão, conforme andamento e atendimento das ocorrências.

5.3.1.4. Acionamento dos Recursos

Acionado o estado de alerta, deverá o Secretário Municipal de Governo convocar os secretários envolvidos neste plano para a ativação dos recursos que forem necessários, caso a situação evolua.

5.3.2. Ações Iniciais Pós-Desastre

As ações iniciais pós-desastre envolvem a instalação do Gabinete de Gerenciamento de Crise, a identificação dos riscos, o dimensionamento do evento e o levantamento da necessidade de recursos, a consolidação do primeiro relatório, e a organização da área afetada, descritas abaixo e ilustradas no Anexo IV.

5.3.2.1. Instalações do Gabinete de Gerenciamento de Crise

Após a efetivação do desastre, deve ser criado o Gabinete de Gerenciamento da Crise, que deve considerar a seguinte linha hierárquica: Prefeito, Secretário Municipal de Governo e Secretário da SEMDES. Deste gabinete sairão as primeiras determinações das ações a serem realizadas, em resposta ao desastre e de acordo com este Plano de Contingência.

5.3.2.2. Identificação dos Riscos, Dimensionamento do Evento e Levantamento da Necessidade de Recursos

Estabelecido o Gabinete de Gerenciamento de Crise, o Secretário Adjunto de Defesa Civil, com o apoio do Diretor de Defesa Civil, deve fazer uma explanação sobre o evento com informações sucintas sobre a dimensão do evento, sobre os riscos existentes caso a situação evolua e sobre os recursos necessários para as primeiras respostas ao acontecimento.

5.3.2.3. Consolidação do Primeiro Relatório

Executadas as primeiras respostas, deverá o Secretário Adjunto de Defesa Civil enviar para o Gabinete de Gerenciamento da Crise um primeiro relatório contendo as ações de respostas efetivadas, os recursos empregados, bem como os recursos que julgar necessários para minimizar os danos à população.

5.3.2.4. Organização da Área Afetada

Caberá ao Diretor da Defesa Civil, com o apoio dos diversos órgãos envolvidos, a organização da cena ativando preliminarmente as áreas para:

→ Isolamento do tráfego de veículos e pessoas na região do desastre (STTU);

→ Posto de Comando local (área do acidente);

→ Área de espera;

→ Rotas de fuga;

→ Pontos de encontro;

→ Áreas de evacuação;

→ Abrigos.

5.3.3. Resposta ao Desastre

As ações de resposta ao desastre envolvem as ações de socorro e assistência às vítimas, descritas abaixo e ilustradas no Anexo V.

5.3.3.1. Ações de Socorro

→ **Salvamento e resgate:**
As ações de salvamento deverão ser feitas única e exclusivamente pelo pessoal habilitado para este fim, como o Corpo de Bombeiros Militar, com o apoio da Defesa Civil e de organizações especializadas como Cruz Vermelha, Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA), entre outras previamente cadastrados e habilitados pela Defesa Civil.

→ **Atendimento pré-hospitalar:**
O atendimento pré-hospitalar será efetuado pelo SAMU Natal, com o apoio da Secretaria de Saúde de Natal, que poderá acionar outras pessoas/órgãos necessários para o referido atendimento.

→ **Evacuação:**
A evacuação, bem como o isolamento da área atingida, será de responsabilidade dos agentes da Defesa Civil de Natal, coordenados pelo Chefe de Operação da Defesa Civil e com o apoio da Guarda Municipal e STTU.

5.3.3.2. Assistência às Vítimas

→ **Cadastro:**
O cadastro das famílias atingidas, desabrigadas e desalojadas deverá ser feito em formulário específico para este fim pela SEMTAS, que poderá contar com o apoio da SEHARPE na elaboração.

→ **Abrigamento:**
A administração dos abrigos e o abrigamento dos atingidos serão de responsabilidade da SEMTAS, que poderá contar com o apoio da Secretaria de Educação (SME), da Secretaria de Esporte e Lazer (SEL), da Secretaria de Saúde (SMS) e de outros órgãos que julgar necessário. O abrigo deverá ser previamente definido e apresentado ao Gabinete de Gerenciamento de Crise logo após o ativamento do Plano de Contingência. A URBANA ficará responsável pelo transporte de material que for necessário à organização e viabilização do abrigo.

→ **Recebimento, organização e distribuição de doações:**
O recebimento, a organização e a distribuição de doações serão de responsabilidade da SEMTAS, que poderá contar com o apoio de organizações não governamentais, como Cruz Vermelha, a ADRA, entre outras, devendo ainda ser criado um sistema de divulgação para a população dos pontos de coleta e dos materiais necessários para doação.

→ Atendimento médico/hospitalar:
Será de responsabilidade da Secretaria de Saúde (SMS) o encaminhamento das vítimas para o atendimento médico/hospitalar, devendo ser feito um levantamento na rede hospitalar do município dos leitos disponíveis e buscando outros nos municípios limítrofes, caso for necessário para completar a demanda.

→ Manejo de mortos:
O manejo de mortos será de responsabilidade do ITEP/RN com o apoio do Corpo de Bombeiros Militar.

→ Atendimento a crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e demais grupos vulneráveis:
O atendimento às crianças, aos adolescentes, aos idosos, às pessoas com deficiência e aos demais grupos com características particulares de vulnerabilidade deverá ser feito de forma prioritária e sob responsabilidade da SEMTAS e SMS, levando em consideração as especificidades de cada indivíduo, podendo necessitar do acionamento dos demais órgãos do município que julgar necessário para o referido atendimento, diante do princípio da equidade necessário para dar suporte a tais grupos.

5.3.4. Reabilitação de Cenários

As ações de reabilitação de cenários envolvem a avaliação de danos, a decretação de estado de emergência ou situação de calamidade pública, a recuperação da infraestrutura, o restabelecimento dos serviços essenciais, a segurança pública e o atendimento ao cidadão e à imprensa. As atividades estão descritas abaixo e ilustradas no Anexo VI.

5.3.4.1. Avaliação de Danos

Logo após as ações de respostas, deverá ser feita uma avaliação completa dos danos ocorridos, sob responsabilidade dos seguintes órgãos:

→ Danos ambientais: SEMURB, com o apoio da Guarda Ambiental;

→ Danos estruturais: SEINFRA, com o apoio do chefe do Setor de Vistorias da Defesa Civil.

5.3.4.2. Decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública e Elaboração dos Documentos

A definição de Declaração de Situação de Emergência ou do Estado de Calamidade Pública será de responsabilidade do prefeito, com subsídio das informações fornecidas pela Defesa Civil. O preenchimento dos formulários deverá ser realizado pela SEMDES com o apoio da SEINFRA, SEMAD, SEMPLA, PGM, SEMTAS, SEHARPE, SMS e SEMURB e deve atender aos prazos necessários de solicitação de reconhecimento federal para Estado de Emergência ou Estado de Calamidade Pública.

5.3.4.3. Recuperação da Infraestrutura

A recuperação da infraestrutura deve ser realizada pela SEINFRA, que buscará os meios necessários para tanto, seja com recursos próprios ou com contratos emergenciais, caso a legislação assim permita. A SEINFRA poderá atuar em conjunto com outros órgãos do município, caso julgue necessário, destacando-se a atuação com a SEHARPE.

5.3.4.4. Restabelecimento dos Serviços Essenciais

Será de responsabilidade da Secretaria Adjunta de Defesa Civil o contato com os órgãos externos, visando o restabelecimento dos serviços essenciais, principalmente com a COSERN e SEMSUR, para o restabelecimento da energia elétrica, com CAERN para restabelecimento dos serviços de abastecimento de água, contando com o apoio da ARSBAN para este último, e com a STTU para restabelecimento do trânsito da área afetada.

Para agilidade dos serviços, deve-se manter atualizado os contatos dos responsáveis pelos órgãos supracitados na Defesa Civil.

5.3.4.5. Segurança Pública

Os serviços de segurança pública ficarão sob responsabilidade da Polícia Militar com o apoio da Guarda Municipal.

5.3.4.6. Atendimento ao Cidadão e à Imprensa (informações sobre os danos, desaparecidos etc.).

A SECOM deverá ser a responsável pelo atendimento à imprensa, estabelecendo boletins periódicos que deverão ser encaminhados aos órgãos de imprensa, além do estabelecimento de pessoas autorizadas a dar entrevistas.

O atendimento ao cidadão deverá ser realizado pela SEMTAS, com o apoio da Defesa Civil, em local seguro, mas próximo ao local do evento, a ser definido pelo Gabinete de Gerenciamento de Crise.

5.3.5. Desmobilização

A desmobilização será feita gradativamente sob a responsabilidade da Defesa Civil, que julgará a necessidade de manutenção ou não de determinado serviço, sempre comunicando à Secretaria Municipal de Governo a necessidade de permanência ou não dos agentes envolvidos.

5.4. ATRIBUIÇÕES

5.4.1. Atribuições Gerais

São responsabilidades gerais dos envolvidos no Plano de Contingência:

→ Manter um plano de chamada atualizado do pessoal de sua organização ou departamento com responsabilidade pela implementação do plano;

→ Desenvolver e manter atualizados os procedimentos operacionais padronizados necessários para a realização das tarefas atribuídas à sua organização ou departamento na implementação do plano;

→ Preparar e implementar os convênios e termos de cooperação necessários para a participação de sua agência na implementação do plano;

→ Identificar e suprir as necessidades de comunicação para a realização das tarefas atribuídas à sua organização ou departamento na implementação do plano;

→ Identificar fontes de equipamentos e recursos adicionais para a realização das tarefas atribuídas à sua organização ou departamento na implementação do plano;

→ Prover meios para a garantia da continuidade das operações de sua organização ou departamento, incluindo o revezamento dos responsáveis por posições chave;

→ Identificar e prover medidas de segurança para as pessoas designadas para a realização das tarefas atribuídas à sua organização ou departamento na implementação do plano.

5.4.2. Atribuições Específicas, Visando à Minimização do Risco de Desastres

PREVENÇÃO PREPARAÇÃO RESPOSTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (SEMDES)		
Vistoriar constantemente as áreas de riscos, encaminhando aos diversos órgãos as ações necessárias, visando minimizar o risco de acidentes;	Transmitir o alerta às comunidades;	Integração do comando do Gabinete de Gerenciamento de Crise;
Manter planos de contingência atualizados e em condições de aplicabilidade;	Evacuar áreas em iminência de acontecimento do desastre;	Evacuação de áreas atingidas e apoio ao salvamento e resgate de vítimas junto aos órgãos de salvamento como o Corpo de Bombeiros;
Sempre manter equipes de plantão 24 horas e em condições de dar resposta, caso sejam acionadas;	Vistoriar e informar à SEINFRA caso as lagoas de captação atinjam seus níveis máximos;	Coordenação das ações durante o desastre;
Monitorar os índices de precipitação através dos boletins eletrônicos do CEMADEN, INMET, CPTEC e pluviômetros automáticos;	Informar aos órgãos competentes no caso de surgimento de novos indícios fortes de movimentação de massa nas áreas de risco, ou crateras nas áreas de erosão costeira;	Apoio às forças voluntárias em caso de o município não conseguir atuar apenas internamente (Corpo de Bombeiros, SAMU, Exército, Marinha e Aeronáutica);
Acompanhar e encaminhar os alertas necessários para que os diversos órgãos entrem em sobreaviso;	Informar aos demais órgãos caso a capacidade de atendimento de ocorrências pela Defesa Civil seja excedida.	Mobilização dos desabrigados/desalojados;
Acompanhar o número de ocorrências atendidas e eventos adversos e encaminhar aos órgãos competentes.		Apoiar Secretaria de Assistência Social nas ações de abrigamento;

PREVENÇÃO PREPARAÇÃO RESPOSTA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (SEMDES)		
		Apoiar Secretaria de Obras em ações de reconstrução;
		Contactar órgãos para o restabelecimento dos serviços essenciais (água, energia, limpeza urbana, segurança);
		Organizar a área afetada em Posto de Comando, área de espera, rota de fuga, ponto de encontro, áreas de evacuação e abrigos;
		Auxiliar SEINFRA, URBANA e SEMSUR na avaliação de danos estruturais ocorridos no desastre, caso necessário.

PREVENÇÃO PREPARAÇÃO RESPOSTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA (SEINFRA)		
Priorizar, sempre que possível, obras que minimizem os perigos de acidentes nas áreas de riscos, sobretudo as enviadas pela Defesa Civil;	Obras de manutenção ou melhoria da infraestrutura urbana do município;	Obras de reconstrução das áreas danificadas;
Manter atualizado o cadastro de fornecedores de máquinas e equipamentos necessários, caso precisem acionar, de urgência, esses meios para resposta aos desastres;	Ações de respostas para conter os danos provocados pelo desastre.	Realizar avaliação de danos estruturais ocorridos no desastre juntamente com SEMSUR, URBANA e Defesa Civil;
Efetuar, sempre que possível, vistorias nas lagoas de captação de águas pluviais, especialmente nas que possuem equipamentos sob a sua responsabilidade, promovendo as intervenções necessárias para o seu perfeito funcionamento.		Auxiliar no preenchimento de formulários de decretação de Situação de Emergência e Situação de Calamidade Pública.

PREVENÇÃO PREPARAÇÃO RESPOSTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMTAS)		
Manter um cadastro atualizado de locais para possíveis abrigos, principalmente nas proximidades das áreas de riscos; Inserir no cotidiano de acompanhamento da Política de Assistência Social discussões de prevenção de riscos socioassistenciais;	Dispor de equipes que trabalham na prevenção aos riscos sociais e na articulação com as demais políticas públicas para o acesso aos direitos e à prevenção de situações de risco.	Acolhida e orientação dos indivíduos, identificando as principais necessidades e realizando os devidos encaminhamentos; Organização do sistema de concessão de aluguel social;
Elaborar e ter em sua posse formulários necessários para o cadastro das famílias envolvidas em acidentes;		Atendimento e cadastramento das famílias, minimização de danos, proteção social e reconstrução das condições de vida familiar e comunitária ;
Treinar e capacitar o seu pessoal para o atendimento às vítimas de desastres, para montagem e administração de abrigos e outras capacitações que julgar necessário;		Administrar os abrigos e o abrigamento de atingidos no desastre;
		Administrar o recebimento, a organização e a distribuição de doações recebidas com o apoio dos parceiros externos, caso necessário.

PREVENÇÃO PREPARAÇÃO RESPOSTA

COMPANHIA DE SERVIÇOS URBANOS DE NATAL (URBANA)		
Efetuar periodicamente a limpeza das áreas consideradas de risco, as áreas de entorno das lagoas de captação, bem como a desobstruir os bueiros, principalmente em áreas com histórico de alagamentos; Priorizar o atendimento das ocorrências enviadas pela Defesa Civil que envolvam riscos à população.		Auxiliar na retirada de material das famílias afetadas; Auxiliar no transporte de material, organizar e viabilizar abrigos junto à SEMTAS; Auxiliar a SEINFRA, a SEMSUR e a Defesa Civil na avaliação de danos estruturais ocorridos no desastre, caso necessário.

PREVENÇÃO PREPARAÇÃO RESPOSTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS)		
Manter atualizados os contatos necessários dos hospitais de Natal e das circunvizinhas que possam disponibilizar leitos em caso de acidentes;	Monitorar as chuvas através da consulta ao radar meteorológico disponibilizado pelo CEMADEN em sua página eletrônica oficial. Antes, através do monitoramento das áreas de riscos e da educação em saúde em áreas de vulnerabilidades.	Acionamento das respectivas áreas afins da saúde, realizar análises da situação de saúde e, dentro do possível, disponibilizar meios para a redução de danos e riscos sanitários. Ademais, a possível distribuição de insumos (medicamentos) de saúde. Tudo dentro da legislação vigente e conforme os preceitos do Sistema Único de Saúde (SUS);
Treinar e capacitar o pessoal para dar resposta aos desastres com vítimas;		Assistência na rede de atenção à saúde do município de Natal; acompanhamento dos riscos como forma de prevenção de novos agravos e promoção da saúde da população atingida, com suporte de uma equipe multidisciplinar;
Manter um cadastro atualizado dos envolvidos nos atendimentos pré-hospitalares.		Apoio ao SAMU no atendimento hospitalar às vítimas;
		Encaminhamento das vítimas ao atendimento hospitalar conforme a lista de hospitais e leitos disponíveis.

PREVENÇÃO PREPARAÇÃO RESPOSTA

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO DE NATAL (SEMURB)		
Fiscalizar as regiões de riscos, autuando e evitando o aumento do número de construções nestas áreas;	Fornecer força de suporte às vistorias da Defesa Civil.	Realizar programas de educação ambiental para as vítimas através de programas de recuperação de áreas degradadas;
Fiscalizar as lagoas de captação das águas pluviais autuando e cortando ligações clandestinas.		Realizar a avaliação de danos ambientais ocorridos no desastre juntamente à SEINFRA.

PREVENÇÃO PREPARAÇÃO RESPOSTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E PROJETOS ESTRUTURANTES (SEHARPE)		
Manter um cadastro atualizado das populações residentes em áreas de risco, promovendo, sempre que possível, programas habitacionais que visem à eliminação de moradias nessas áreas.	Identificar as famílias e fazer vistorias no local.	Famílias identificadas e cadastradas;
		Levantamento das necessidades do local no que se refere ao setor de engenharia;
		Apoiar a SEMTAS no abrigamento das famílias atingidas, caso necessário;
		Apoio aos demais órgãos envolvidos.

PREVENÇÃO PREPARAÇÃO RESPOSTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS (SEMSUR)		
Priorizar o atendimento das ocorrências enviadas pela Defesa Civil que envolvem riscos à população; Efetuar as podas das árvores que envolvam riscos às populações, priorizando aquelas enviadas pela Defesa Civil.		Auxiliar a SEINFRA, a URBANA e a Defesa Civil na avaliação de danos estruturais ocorridos no desastre, caso necessário.

PREVENÇÃO PREPARAÇÃO RESPOSTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME)		
Promover campanhas educativas nas escolas do município, visando à diminuição dos riscos de acidentes, tais como problemas relacionados à incorreta deposição de resíduos sólidos, má disposição de águas servidas, entre outros.	Disponibilização de veículos de passeio, ônibus, caminhão-baú, de equipe de engenheiros civis e arquitetos, de ASGs e de quadras esportivas existentes nas escolas para apoio às equipes de resgate.	Disponibilização de quadras esportivas para armazenamento e separação de doações e mantimentos e mobilização das comunidades escolares para campanhas de doação ou trabalho voluntário.

PREVENÇÃO PREPARAÇÃO RESPOSTA

SECRETARIA COMUNICAÇÃO SOCIAL (SECOM)		
Manter um sistema de comunicação sobre riscos iminentes, necessidade de ações para evitar danos ou mitigar a possibilidade de ocorrência.	Comunicação em tempo real de ações ou providências necessárias; convocação da colaboração de outros órgãos ou voluntários para as ações em curso; comunicação de instruções ou orientações às pessoas afetadas pelo desastre.	Comunicação de ações em andamento; orientação aos afetados pelo desastre sobre as providências que devem ser adotadas; comunicação à comunidade em geral sobre as atitudes que devem ser adotadas para evitar prejuízos materiais ou humanos.

PREVENÇÃO PREPARAÇÃO RESPOSTA

SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER (SEL)		
Participação em reuniões de planejamento e definição de recebimento de possíveis desabrigados. Preparação de locais para receber eventuais desabrigados.	Atuar de forma participativa no processo de convencimento.	Oferecer local para abrigo; oferecer atividade esportiva e de lazer para crianças e jovens; e oferecer atividade física para público adulto e idoso.

PREVENÇÃO PREPARAÇÃO RESPOSTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA (STTU)		
No recebimento da ocorrência, é realizado a avaliação da gravidade do desastre, a fim de deslocar equipe e material suficiente para atender a demanda.	Isolamento de vias, auxílio em possíveis evacuações, ordenamento do trânsito nas proximidades e arredores do desastre.	Avaliação da possibilidade de liberação de vias e, caso liberado, prestar o devido suporte para restabelecer a fluidez no trânsito.

PREVENÇÃO PREPARAÇÃO RESPOSTA

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE NATAL (ARSBAN)		
Realizar inspeções periódicas em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário para identificar vulnerabilidades;	Acompanhar e fiscalizar a ocorrência de eventos que possam gerar riscos aos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário;	Fiscalizar e acompanhar a implementação do Plano de Contingência de Água e Esgoto;
Elaborar, revisar e acompanhar o Plano de Contingência e Emergência de Água e Esgoto;		Fiscalizar e acompanhar o restabelecimento dos serviços de água e esgoto;
Colaborar com a Defesa Civil para integrar ações de prevenção e resposta a desastres;	Revisar e atualizar o Plano de Contingência e Emergência de Água e Esgoto;	Fiscalizar o sistema de rodízio do abastecimento de água, indicando a área de abrangência, a periodicidade e o tempo de duração do rodízio, priorizando o abastecimento de unidades de saúde, de segurança e escolares através de carros pipas;
Propor simulações de situações de riscos relacionados aos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário;	Acompanhar e fiscalizar simulações de desastres junto à CAERN.	
Acompanhar indicadores de qualidade da água, níveis de poluição e eficiência dos sistemas de tratamento.		Monitorar os padrões de potabilidade do sistema público de abastecimento de água das áreas afetadas.

PREVENÇÃO PREPARAÇÃO RESPOSTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SEMUL)		
Desenvolver campanhas educativas que abordem a vulnerabilidade específica das mulheres em situações de desastres, promovendo a conscientização sobre medidas de autoproteção e resiliência comunitária;	Assegurar que os planos municipais de contingência considerem as necessidades específicas das mulheres, como provisão de itens de higiene feminina e espaços seguros nos abrigos temporários.	Disponibilizar suporte psicológico para mulheres afetadas, reconhecendo o impacto diferenciado que desastres podem ter sobre elas;
Incentivar a participação de mulheres nos comitês e conselhos municipais de defesa civil, garantindo que suas necessidades e perspectivas sejam consideradas nas políticas de prevenção.		Garantir que, durante a resposta a desastres, existam equipes treinadas para lidar com questões de violência de gênero, que podem aumentar em cenários de crise.

PREVENÇÃO PREPARAÇÃO RESPOSTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE IGUALDADE RACIAL, DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADES, PESSOAS IDOSAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (SEMIDH)		
Promover campanhas educativas direcionadas que abordem os riscos específicos enfrentados por pessoas idosas, com deficiência e outras minorias, enfatizando medidas preventivas e de autoproteção;	Oferecer treinamentos em parceria com a Defesa Civil, adaptados para pessoas com deficiência e idosas sobre como agir em emergências, garantindo que as informações sejam acessíveis e compreensíveis;	Auxiliar a Defesa Civil e demais órgãos com estratégias de equidade que alcancem efetivamente as populações vulneráveis, utilizando recursos acessíveis às pessoas com deficiências e cuidados compatíveis com demais grupos em suas especificidades.
Incentivar a participação de representantes de grupos minoritários nos debates de defesa civil e em outras instâncias de planejamento, garantindo que suas perspectivas e necessidades sejam consideradas nas políticas de prevenção.	Estabelecer colaborações com organizações da sociedade civil que atuam junto às populações vulneráveis para fortalecer as redes de apoio e disseminar informações relevantes.	

6. COORDENAÇÃO, COMANDO E CONTROLE

A organização do Gabinete de Gerenciamento de Crise está descrita nas seções abaixo e é ilustrada no Anexo VII.

6.1. COMANDO DO GABINETE DE GERENCIAMENTO DE CRISE

O Gabinete de Gerenciamento de Crise será unificado, com a composição e representação dos seguintes órgãos e instituições:

→ Secretaria Municipal de Governo (Secretário);

→ SEMDES (Secretário).

6.2 ASSESSORIA DO GABINETE

A assessoria do comando será integrada, com a seguinte composição e representantes dos órgãos:

→ Coordenador de atendimento a ocorrências: Órgão Municipal de Proteção e Defesa Civil (Administrativo);

→ Coordenador de segurança: Guarda Municipal (Comandante);

→ Coordenador de informações ao público: SECOM (Secretário).

6.3 SEÇÕES PRINCIPAIS DE RESPOSTA

As seções principais serão integradas com representantes dos seguintes órgãos:

→ Coordenador de logística: SEMDES/SADC (Secretário Adjunto de Proteção e Defesa Civil);

→ Coordenador de operações: Defesa Civil (Diretor);

→ Coordenador de finanças: SEMAD e SEMPLA (Secretários);

→ Coordenador de assistência social: SEMTAS (Secretário);

→ Coordenador das ações médicas e socorro: SMS (Secretário);

→ Coordenador de reconstrução: SEINFRA (Secretário).

6.4. PROTOCOLO DE COORDENAÇÃO DO GABINETE

Ao ser instalado o Gabinete de Gerenciamento de Crise, imediatamente cabe ao comando:

→ Avaliar a situação preliminarmente e implementar as ações voltadas para segurança da operação e obtenção de informações, levando em consideração os procedimentos padronizados e planos existentes;

→ Instalar formalmente o Gabinete de Gestão de Crise (GGC) e assumir formalmente a coordenação (via rádio, telefone, e-mail ou pessoalmente) com as equipes envolvidas;

→ Estabelecer um Posto de Coordenação e comunicar aos recursos e superiores envolvidos sobre sua localização;

→ Estabelecer uma área de espera e designar um encarregado, comunicando aos recursos a caminho sobre o local;

→ Verificar a aplicação do Plano de Contingência, implementando ações e levando em consideração:

- Cenário identificado;
- Prioridades a serem preservadas;
- Metas a serem alcançadas;
- Recursos a serem utilizados (quem, o quê, onde, quando, como e com quais recursos);
- Canais de comunicação;
- Período operacional (horário de início e término);
- Solicitar ou dispensar recursos adicionais conforme as necessidades identificadas no Plano;
- Verificar a necessidade de implementar instalações e definir áreas de trabalho;

- Verificar a necessidade de implementar funções no Gabinete de Gerenciamento Crise para melhorar o gerenciamento;
- Iniciar o controle da operação no Gabinete de Gerenciamento de Crise, registrando as informações que chegam e saem do comando;
- Considerar a transferência do comando, se necessário;
- Realizar uma avaliação da situação, verificando se as ações realizadas e em curso serão suficientes para lidar com a situação e, se necessário, iniciar a fase seguinte, elaborando um novo Plano de Ação (mudança de estratégias) antes do fim do período operacional que estabeleceu.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Resultados do censo 2010**. Disponível em :< http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>. Acesso em: 19-06-2019.

NIMER, E. **Um modelo metodológico de classificação de climas**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, ano 41, n. 4, p. 59-89, out./dez. 1979. Disponível em:< http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital _publicacoes.php>. Acesso em: 19-06-2019.

NUNES, L. S. **Dinâmica costeira entre as praias de Areia Preta e do Forte**, Natal/RN. 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/18922>. Acesso em: 2016-05-09.

ANUÁRIO NATAL 2017 / Organizado por: Danielle Salviano S. N. Nunes, Francisco Lopes Junior, Carlos Virgilio Sales de Araújo. Natal: SEMURB, 2018. 570p.

BRASIL. Congresso Nacional**. Lei nº 12.608, de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Brasília, 10 abr. 2012.

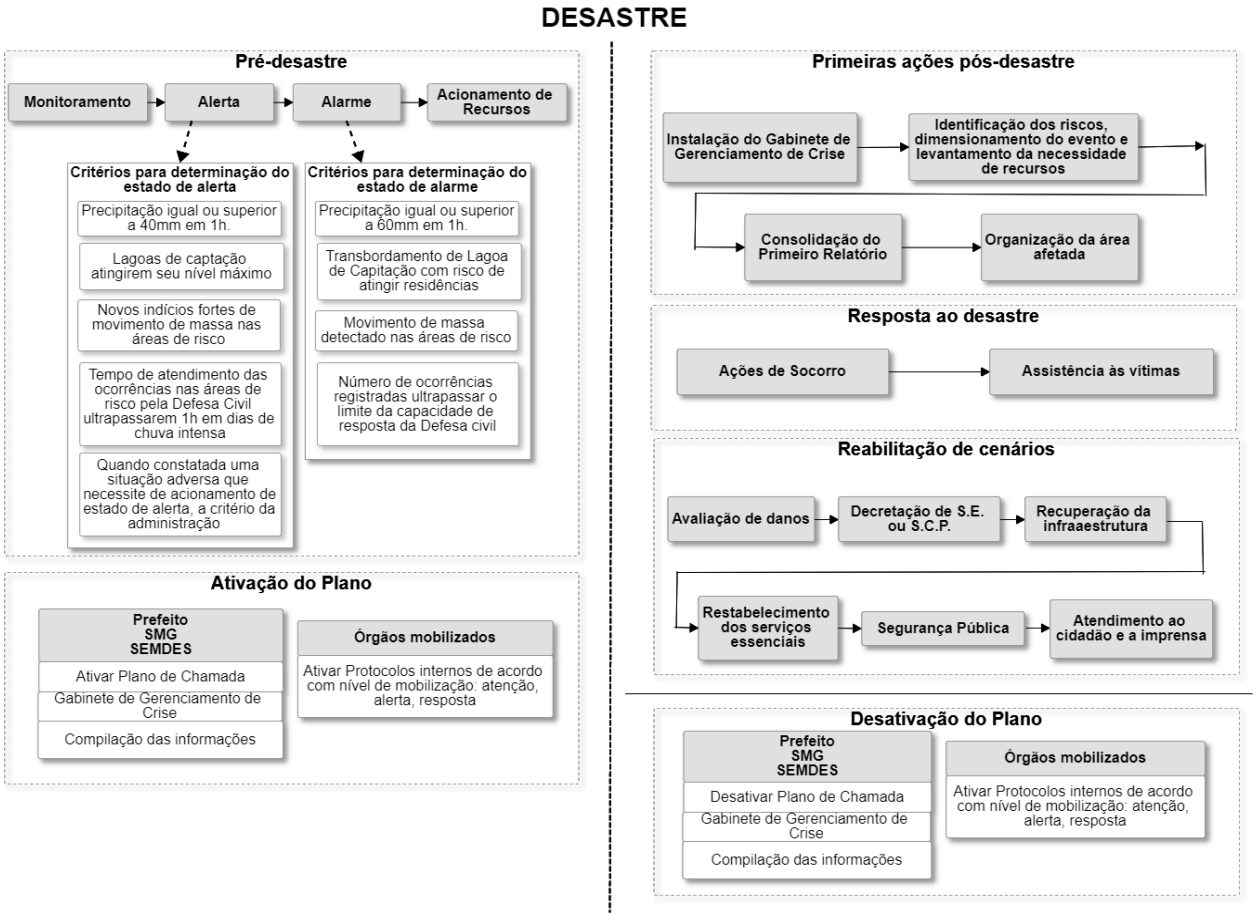
Beltrão, Breno A. et al. 2015. **O desastre na comunidade mãe luíza – natal – rn: fatores de desestabilização relacionados à ocupação antrópica desordenada**. 15º Congresso Brasileiro de Geologia de Engenharia e Ambiental, Rio Grande do Sul.

Bezerra, Láddyla Thuanny Vital. 2016. **Mapeamento de risco/perigo de movimentos de massa e avaliação da estabilidade das encostas na comunidade São José do Jacó, em NatalRN.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ANEXO I – COMITÊ MUNICIPAL DE GESTÃO DE RISCOS



ANEXO II – LINHA DO TEMPO DOS ACONTECIMENTOS

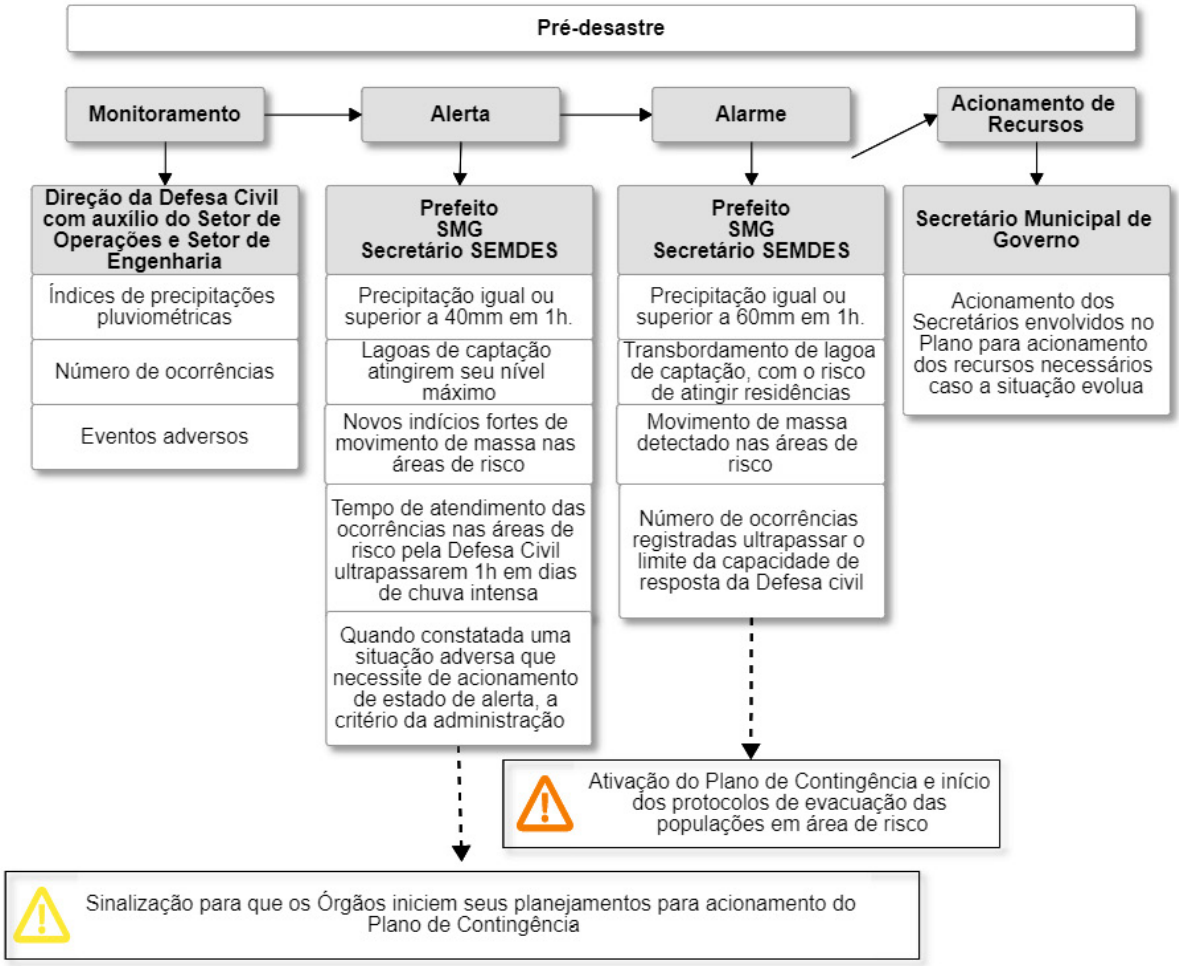


ANEXO III – PROCEDIMENTOS DE ATIVAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DO PLANO

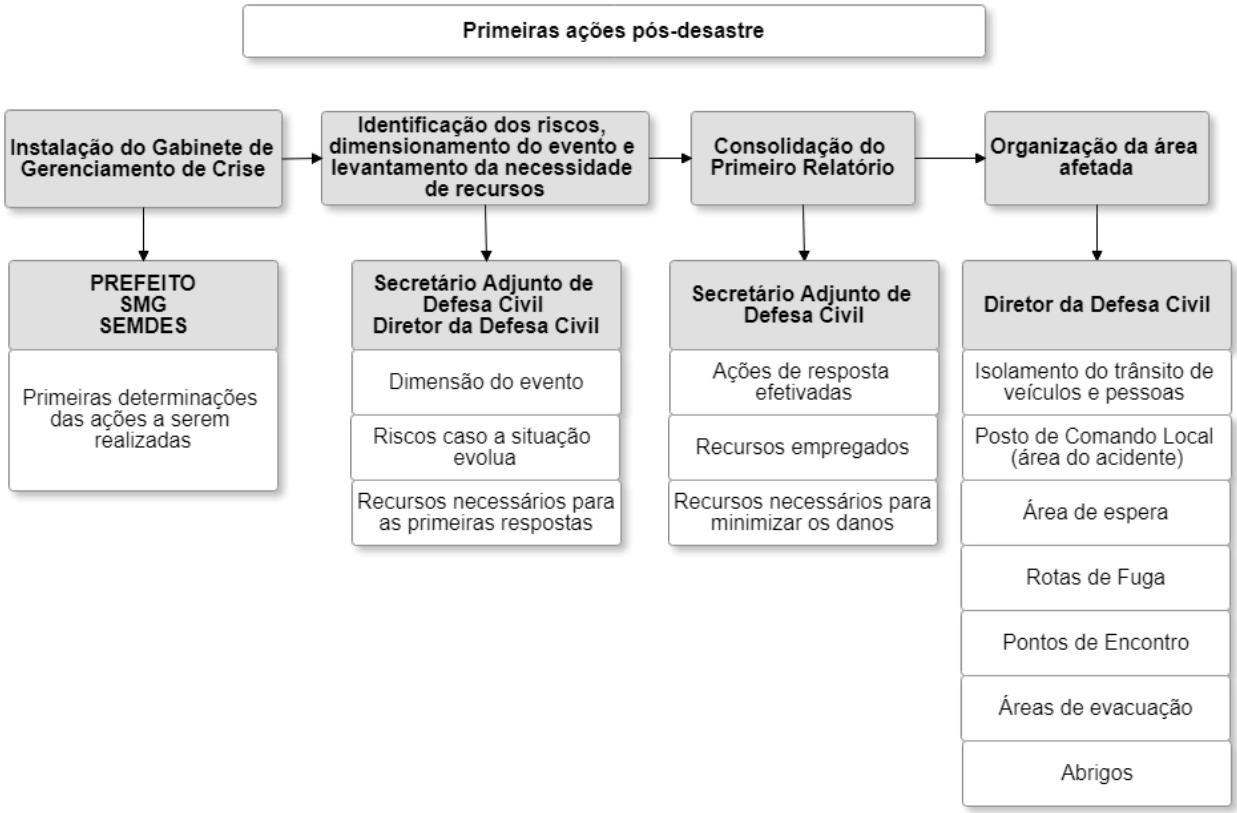




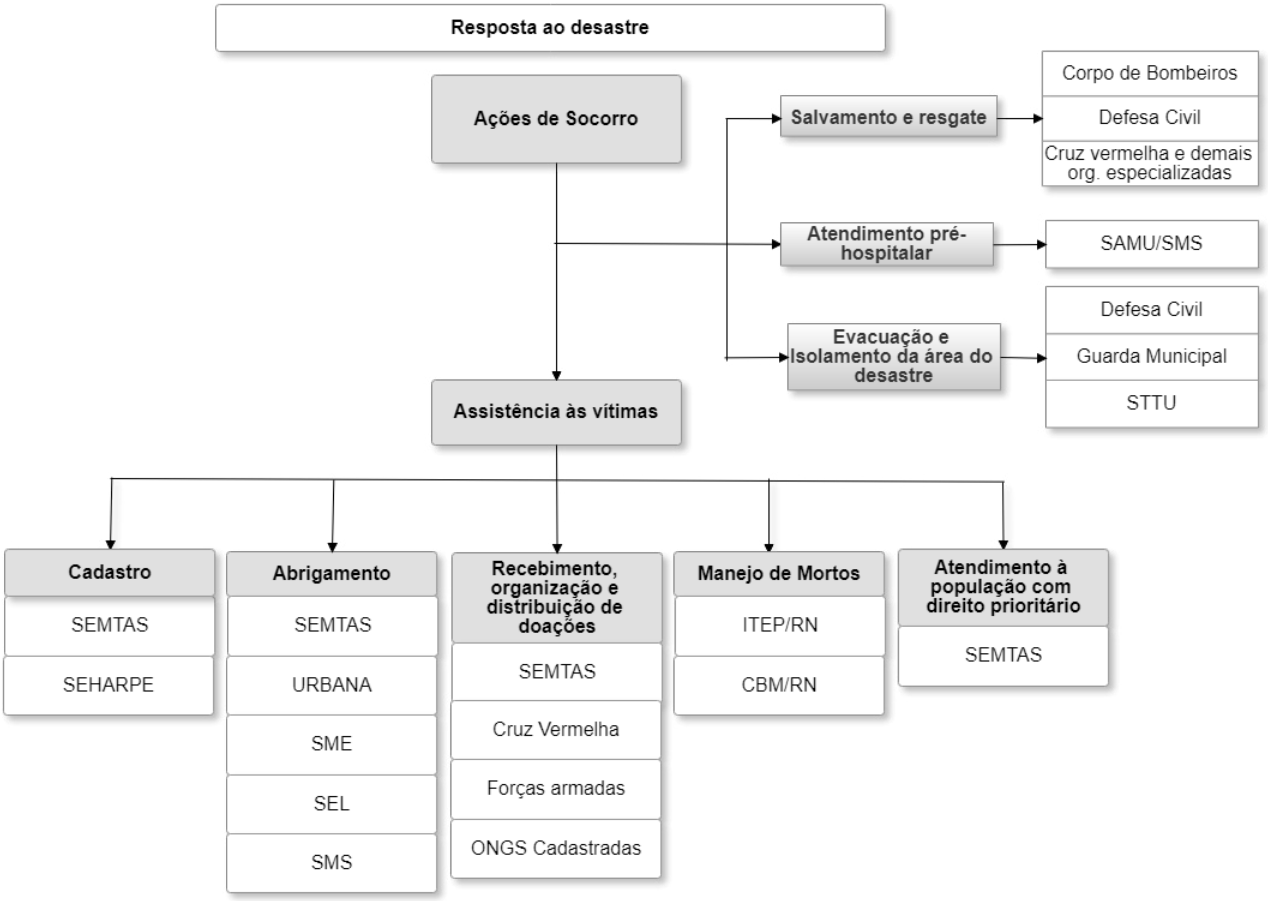
ANEXO IV – PROTOCOLO DE AÇÕES PRÉ-DESASTRE



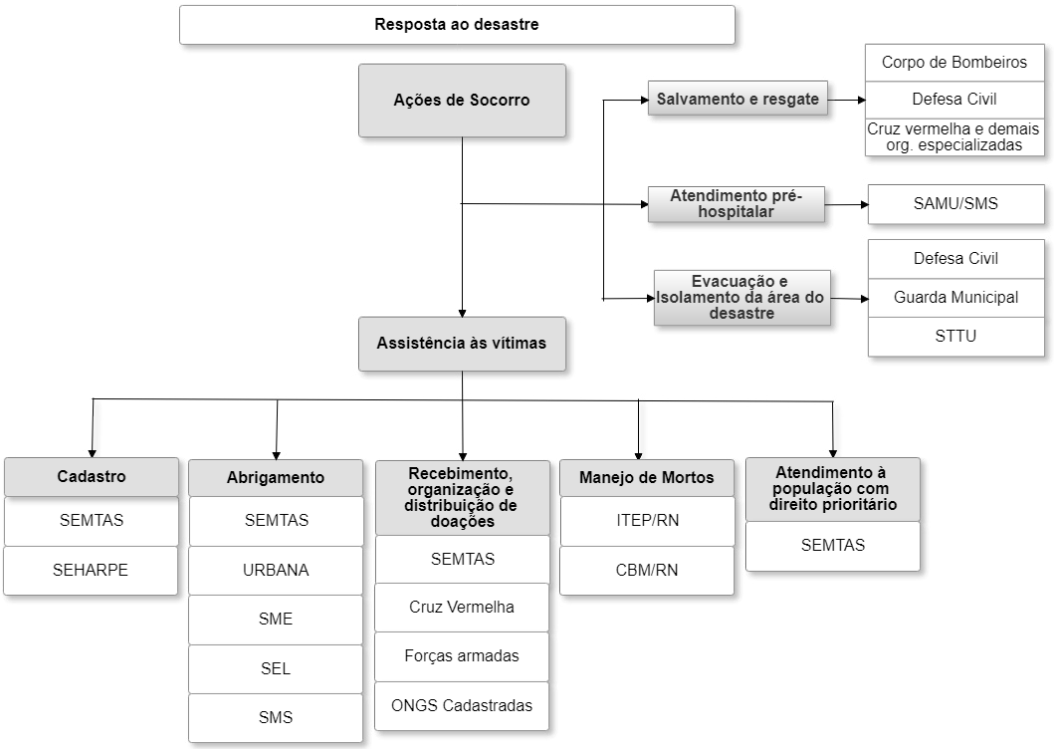
ANEXO V – PROTOCOLO DE PRIMEIRAS AÇÕES PÓS-DESASTRE

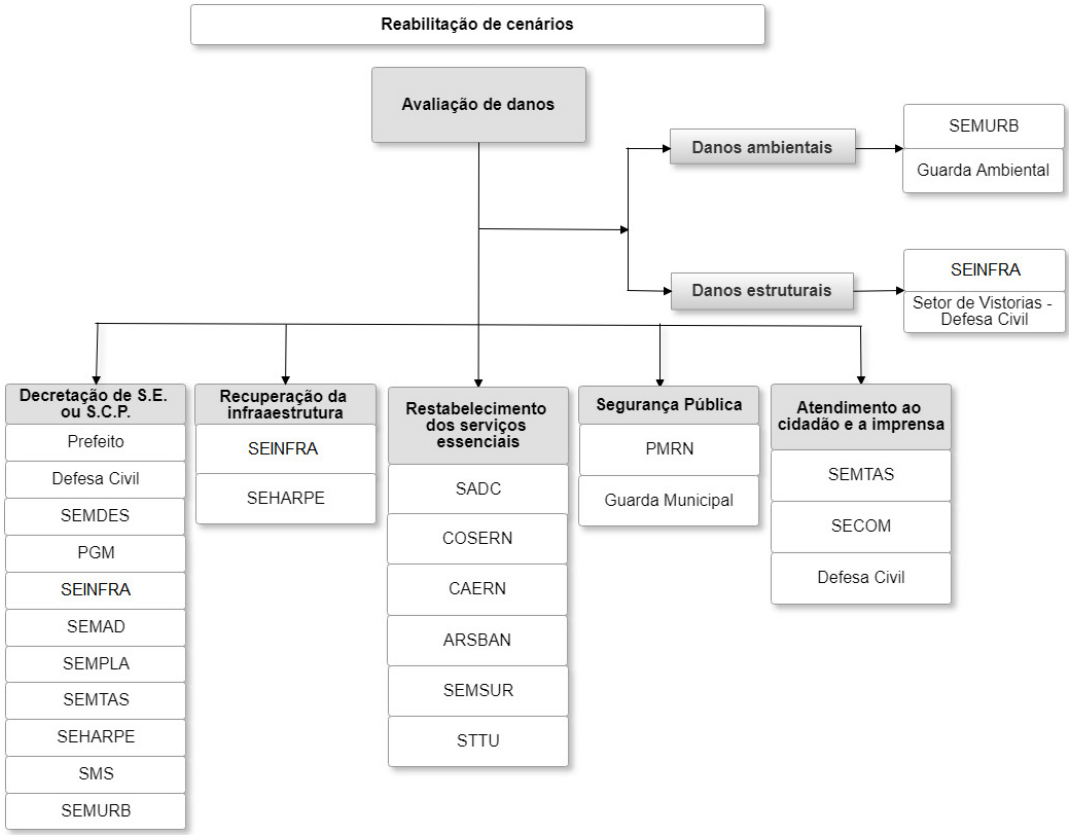


ANEXO VI – PROTOCOLO DE RESPOSTA AO DESASTRE

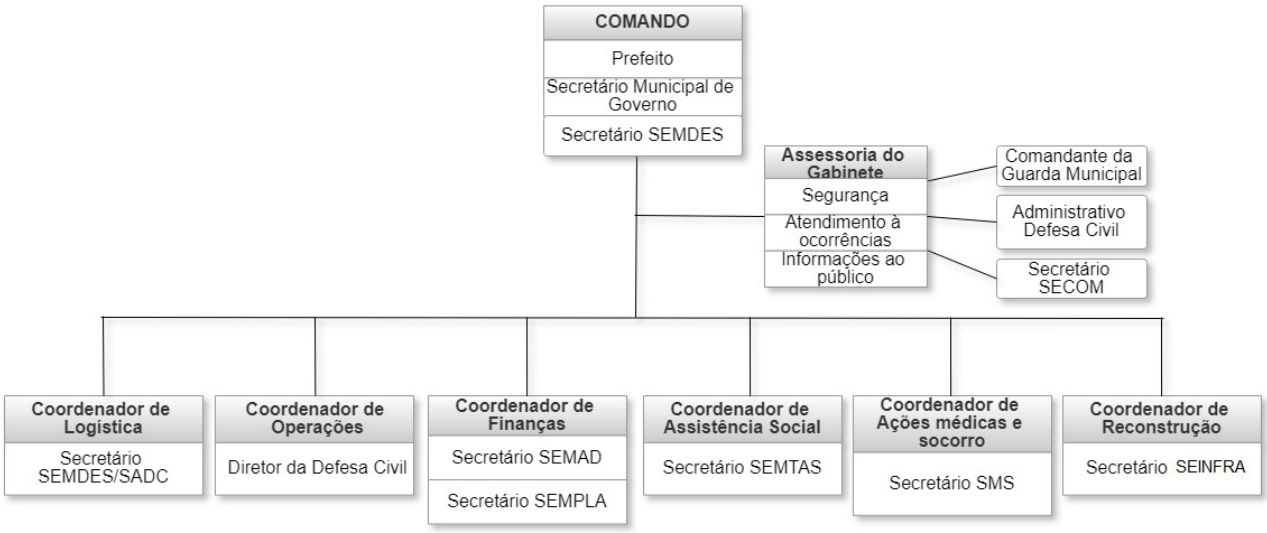


ANEXO VII – PROTOCOLO DE REABILITAÇÃO DE CENÁRIOS





ANEXO VIII – ORGANIZAÇÃO DO GABINETE DE GERENCIAMENTO DE CRISE



ANEXO IX - PRINCIPAIS GESTORES RESPONSÁVEIS PELAS SECRETARIAS

SEMDES		
SETOR	**RESPONSÁVEL**	**CONTATO**
Secretária	Samara Trigueiro Felix da Silva	samara.silva@natal.rn.gov.br
Secretário Adjunto da Defesa Civil	José Geraldo Moura da Fonseca	zegeraldojr@gmail.com
Diretor da Defesa Civil	Samuel Souto Medeiros	defesacivil.natal@gmail.com
Chefe do Setor de Operações	Wanessa de Medeiros Mariano	defesacivil.natal@gmail.com
Chefe do Setor de Vistorias	Paloma Evangelista Nolasco Lemos	paloma.evangelista.natal@gmail.com
SEINFRA		
SETOR	**RESPONSÁVEL**	**CONTATO**
Secretária	Shirley de Menezes Bezerra Cavalcanti Lago	shirley.cavalcanti@natal.rn.gov.br
Secretário Adjunto de Conservação	Lucas Gabriel Pinheiro da Silva	lucas.gabriel@natal.rn.gov.br
Secretário Adjunto de Obras	Rafael Gurgel Dias	rafael.dias@natal.rn.gov.br
Chefe de Gabinete	Pollyana Crystina Soares Pinheiro Rosa	pollyana.rosa@natal.rn.gov.br
Chefe do Setor de Pavimentação	George Hilton Lemos Neves	george.hilton@natal.rn.gov.br
Diretor do Departamento de Conservação	Paulo Tarcísio Lopes	paulo.tarcisio@natal.rn.gov.br
SEMTAS		
SETOR	**RESPONSÁVEL**	**CONTATO**
Secretário	Yraguaci Araújo Almeida de Souza	gabinete.semtas@natal.rn.gov.br
Secretário Adjunto	Anderson Lopes da Silva	gabinete.semtas@natal.rn.gov.br
Secretário Adj. de Administração	João Aquino Ferreira Filho	gabinete.semtas@natal.rn.gov.br
Chefe de Gabinete	Sophia Lorena Ferreira de Carvalho	gabinete.semtas@natal.rn.gov.br
Diretora Dpt. de Administração	Rayssa Lorena Marques F. Rêgo	natal.da.semtas@gmail.com
Chefe de Setor de Material e Patrimônio	João Batista Fernandes de Moura	patrimoniosemtas@gmail.com
Diretora Dpt. de Proteção Social Básica (DPSB)	Joyce Emanuele de Souza C. Fernandes	dpsb.semtas@gmail.com
Chefe de Setor de Proteção Social Básica (SPSBAS)	Miessa C. Dutra Bezerra	dpsb.semtas@gmail.com
Diretora Dpt. de Proteção Social Especial (DPSE)	Silvia Eveliny Souza da Silveira	semtas.dpse@outlook.com
Chefe de Setor de Alta Complexidade	Maria Camila de Abrantes Lustosa	equipetecnica.alta@gmail.com; altacomplexidadeadm@gmail.com
Chefe de Setor de Média Complexidade	Cynthia Verícia Canuto Pereira	mediacomplexidade@hotmail.com
Chefe de Setor de Comunicação	Jéssika Sibelly Pereira Bessa e Silva	semtascomunicacao@gmail.com
Coord. Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências	Jéssica Nice de Souza Rocha	
Diretora Dpt. de Segurança Alimentar e Nutricional	Marlene Ramalho de Castro Macedo	centraldeabastecimento_semtas@hotmail.com; dsagestao20@gmail.com
URBANA		
SETOR	RESPONSÁVEL	CONTATO
Diretor Presidente	Alvamar Silva do Vale	alvamar.vale@natal.rn.gov.br
Diretor de Operações	Josenildo Barbosa de Lira	josenildolira2009@hotmail.com

Chefe de Gabinete	Albany Salustino Fernandes Dutra	albany.dutra@natal.rn.gov.br
Diretor de Planejamento e Gestão Ambiental	Gustavo Henrique Tonelli Dutra de Almeida	gustavotonelli@gmail.com
Gerência de Meio Ambiente e Educação Ambiental	Ellen Bruna Azevedo Barbosa	ellenbruna.arq@gmail.com
Gerência de Resíduos Sólidos	Marcos Rogério Bezerra de Aquino Segundo	marcos.segundo@natal.rn.gov.br
Gerência Técnica de Operações	Rubens Cyro Costa Neto	rubenscyro@hotmail.com
Chefia de Drenagem	Edimar Andrade da Silva	edimarsilvaandrade@gmail.com
Chefia de Manutenção e Transporte	Sandro Serafim da Silva	sandrobzn@gmail.com
SMS		
SETOR	**RESPONSÁVEL**	**CONTATO**
Secretário	Geraldo Souza Pinho Alves	-
Secretária Adjunta de Atenção Integral à Saúde	Rayanne Araújo Costa	-
Secretário Adjunto de Logística em Saúde, Administração e Finanças	Caio Cesar de Souza Melo	-
Secretária Adjunta de Gestão Participativa do Trabalho e da Educação em Saúde	Ana Luiza Brito Tersuliano	-
Diretora do Distrito Oeste	Magali Rossana Fernandes de Araújo	-
Diretora do Distrito Leste	Maria Analúcia Cavalcanti Monteiro	-
Diretor do Distrito Sul	Mateus de Melo Santiago	-
Diretor do Distrito Norte I	Helder de Melo dos Santos Lima	-
Diretora do Distrito Norte II	Márcia Lima da Luz	-
SEHARPE		
SETOR	**RESPONSÁVEL**	**CONTATO**
Secretária	Ademires Silva Machado	ademires.silva@natal.rn.gov.br
Secretário Adjunto	Felipe Maciel Pinheiro Barros	felipe.maciel@natal.rn.gov.br
Chefe de Gabinete	Adriana de Camargo	adriana.camargo@natal.rn.gov.br
SME		
SETOR	**RESPONSÁVEL**	**CONTATO**
Secretário	Aldo Fernandes Sousa Neto	aldo@fernandesassociados.net.br
Chefia de Gabinete	Wanessa Cristina M. de Freitas Rodrigues	wanessa.cristina@edu.natal.rn.gov.br
SEMURB		
SETOR	**RESPONSÁVEL**	**CONTATO**
Secretário	Thiago de Paula Nunes Mesquita	semurb.gabinete@gmail.com / thiagomesquita@hotmail.com
Secretária Adjunta de Fiscalização e Licenciamento	Alessandra Maria de Oliveira Marinho	semurb.gabinete@gmail.com
Diretor do Departamento de Fiscalização Urbanística e Ambiental (DFUA)	Aldir Leite de Araújo Júnior	araujojr.nat@terra.com.br
SECOM		
SETOR	**RESPONSÁVEL**	**CONTATO**
Secretária Municipal de Comunicação Social	Cristina D'Oliveira Vidal Bezerra	secom.pmn@gmail.com

Secretário Adjunto	Marcos Alexandre O. de Araújo	marcosalexandre.232@gmail.com
Chefe de Gabinete	Maria de Lourdes Gadelha Simas Ribeiro Dantas	lourdessimas@yahoo.com.br
SEL		
SETOR	**RESPONSÁVEL**	**CONTATO**
Secretário	Hermes Câmara de Souza	hermescamara123@gmail.com
Secretário Adjunto	Marcio Gomes dos Santos	marciomgs@hotmail.com
Chefe de Gabinete	Clara Maria Silva Borges	clara.borges@natal.rn.gov.br
STTU		
SETOR	**RESPONSÁVEL**	**CONTATO**
Secretária	Jódia Ferreira S. de Melo Menezes	jodiamelom@gmail.com
Sec. Adj. de Trânsito	Newton de Souza Pereira Filho	newton.spf@gmail.com
Sec. Adj. de Transportes	-	-
Chefe de Gabinete	Nadja D. Freire Pinto	nadjadfpinto@gmail.com
Diretora do Departamento de Fiscalização	Emmily Caroline da Costa V. Silva	emmilyvasconcelos07@gmail.com
Inspetor Chefe (DFV)	Carlos Eugênio Barbosa de Oliveira	carloseubar@gmail.com
SEMSUR		
SETOR	**RESPONSÁVEL**	**CONTATO**
Secretário	Felipe Queiroz da Cunha Alves	felipe.queiroz@natal.gov.br
Secretário Adj. de Serviços Urbanos	Victor da Cunha Matoso	vcmatoso@hotmail.com
Secretário Adj. de Operações	Luciandro Paulo Dantas Pinheiro	luciandro_pinheiro@hotmail.com
Chefe de Gabinete	Priscilla Cordeiro Leite Cado	prisleite101@gmail.com
SMG		
SETOR	**RESPONSÁVEL**	**CONTATO**
Secretário Municipal de Governo	Sérgio Eduardo da Costa Freire	smg@natal.rn.gov.br
Chefe de Gabinete	Idio Nogueira de Mattos Neto	idio.nogueira@natal.rn.gov.br
SEMAD		
SETOR	**RESPONSÁVEL**	**CONTATO**
Secretário	Breno Oliveira Queiroga de Morais	-
Chefe de Gabinete	Leila Carolina Carvalho de Medeiros	leila.medeiros@natal.rn.gov.br
PGM		
SETOR	**RESPONSÁVEL**	**CONTATO**
Procuradora Geral do Município	Celina Maria Lins Lobo	pgm.gabinete@natal.rn.gov.br
Chefe de Gabinete	Eros Ferreira de Souto Bentes	pgm.gabinete@natal.rn.gov.br
SETUR		
SETOR	**RESPONSÁVEL**	**CONTATO**
Secretário	Sanclair Solon de Medeiros	gabinete.seturnatal@natal.rn.gov.br
Secretária Adjunta de Turismo	Christiane de Araújo Alecrim	crisalecrim@gmail.com
SEMPLA		
SETOR	**RESPONSÁVEL**	**CONTATO**
Secretário	Francisco Vagner Gutemberg de Araújo	vagner.araujo@natal.rn.gov.br
Chefe de Gabinete	Maria da Conceição do Nascimento	conceicao.nascimento@natal.rn.gov.br
ARSBAN		
SETOR	**RESPONSÁVEL**	**CONTATO**

Diretor Presidente	Rossini Fernandes de Oliveira	rossini.oliveira@natal.rn.gov.br
Diretor Técnico	Victor Matheus D. Ramos de O. Freitas	victor.freitas@natal.rn.gov.br
Chefe de Gabinete	Elisa Campelo de Sousa Pereira	rossini.oliveira@natal.rn.gov.br
SEMUL		
SETOR	**RESPONSÁVEL**	**CONTATO**
Secretária	Andréa Cristina Costa Dias De Viveiros	semul@natal.rn.gov.br
Secretário Adjunto	Saulo Spinelli Florêncio da Cunha	semul@natal.rn.gov.br
Chefia de Gabinete	Maria Joice Torres dos Santos	semul@natal.rn.gov.br
SEMIDH		
SETOR	**RESPONSÁVEL**	**CONTATO**
Secretária	Luciana Dantas da Costa Oliveira	luciana.oliveira@natal.rn.gov.br
Secretário Adjunto	Thiago Barreto Ramos Tinoco	thiago.tinoco@natal.rn.gov.br
Chefia de Gabinete	Yasmin Raissa Araújo Martins	yasmin.martins@natal.rn.gov.br
Departamento de Políticas Públicas	Rosângela Kalina Veloso Silva	rosangela.kalina@natal.rn.gov.br
Departamento de Planejamento	Rafaela Lopes De Souza Araújo	rafaela.lopes@natal.rn.gov.br
Assessoria Técnica	Silvana Macedo De Souza	silvana.macedo@natal.rn.gov.br
Setor de Políticas Públicas LGBT	Sérgio Fabiano Cabral	sergio.cabral@natal.rn.gov.br
Setor de Políticas Públicas para Pessoas Idosas	Juliana Honório Cavalcanti	juliana.cavalcante@natal.rn.gov.br
Setor de atendimentos às comunidades	Cleyde Barbosa Dantas	-
Setor de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial	Renato Pereira Bezerra	-
Setor de Políticas Públicas para Pessoa com Deficiência	Ruth Brito De Lima	-

ANEXO X – PARCEIROS EXTERNOS

Órgão	Forma de acionamento	Contato
Defesa Civil Estadual	Coordenador Estadual - TC BM Marcos de Carvalho Fernandes	3232-5153 / 3232-5155
Corpo de Bombeiros Militar RN	CIOSP	199
Polícia Militar RN	CIOSP	190
Batalhão de Trânsito	CIOSP	193
Polícia Rodoviária Federal	CIOSP	191
CAERN		115
COSERN		116
ITEP		
Exército Brasileiro Marinha do Brasil Aeronáutica	Acionamento através do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD) via Ministério do Desenvolvimento Regional	(61) 2034-4600
Cruz Vermelha	Kelyson de Lima Monteiro, Presidente da Cruz Vermelha Brasileira, filial Rio Grande do Norte	(84) 3201-6400
ADRA Brasil	Responsável pela ADRA Natal	(84) 9991-9243

ANEXO XI - RESPONSÁVEIS PELOS SETORES NAS SECRETARIAS

	SETOR	RESPONSÁVEL	CONTATO (e-mail)
SEHARPE	Assessoria Jurídica	Julyana Araújo Marinho Fernandes	julyana.fernandes@natal.rn.gov.br
SEHARPE	Departamento de Habitação (DEPHAB)	Cláudia Souto César Dantas	claudia.dantas@natal.rn.gov.br
SEHARPE	Departamento de Ação Social (DASPE)	Violeta Odete Ribeiro de Quevedo	violeta.quevedo@natal.rn.gov.br
SEHARPE	Departamento de Regularização Fundiária (DEREF)	José Gilenildo Dos Santos	gilenildo.santos@natal.rn.gov.br
SEHARPE	Departamento de Desenvolvimento de Programas	Ana Clara Medeiros dos Santos	ana.medeiros@natal.rn.gov.br
SME	Assessoria de Planejamento e Avaliação	Sírlia Fernandes Bezerra	sirlia.lira@natal.rn.gov.br
SME	Assessoria de Comunicação	Riccelli de Araújo Medeiros	riccelli.araujo@natal.rn.gov.br
SME	Assessoria Técnica	Rodrigo Cabral de Oliveira	rodrigo.cabral@natal.rn.gov.br
SME	Assessoria Jurídica	Euriques Furtado Neto	euriques.furtado@edu.natal.rn.gov.br
SME	Secretaria Adjunta de Gestão Pedagógica	Naire Jane Capistrano	naire.capistrano@edu.natal.rn.gov.br
SME	Departamento de Educação Infantil	Danielly Kelly Oliveira	danielly.kelly@edu.natal.rn.gov.br
SME	Setor de Planejamento e Avaliação da Educação Infantil	Aline de Medeiros Silva	aline.medeiros@edu.natal.rn.gov.br
SME	Setor de Ações e Projetos da Educação Infantil	Clávia Goreth de Souza	clavia.souza@edu.natal.rn.gov.br
SME	Setor de Acompanhamento de Prog. e Convênios na Educação Infantil	Tatiane Inácio de Araújo	tatiannearaujo9@gmail.com
SME	Departamento de Ensino Fundamental	Daniele Freire de Lacerda	daniele.lacerda@edu.natal.rn.gov.br
SME	Setor de Planejamento e Avaliação do Ensino Fundamental	Juliana Dal Ava Augusto	juliana.dalava@edu.natal.rn.gov.br
SME	Setor de Ações e Projetos do Ensino Fundamental	Adriana do Carmo Ferreira dos Santos	adrianaferreira@edu.natal.rn.gov.br
SME	Setor de Educação de Jovens e Adultos	Luan Presley Mendonça Santiago	luan.santiago@edu.natal.rn.gov.br
SME	Setor de Educação em Tempo Integral	Noélia Barbosa Costa de Queiroz	noelia.barbosa@edu.natal.rn.gov.br
SME	Setor de Cultura, Eventos e Desporto	Marcelo Henrique de Almeida Araújo	marcelo.souza@edu.natal.rn.gov.br
SME	Setor de Educação Especial	Priscila Ferreira Ramos Dantas	priscila.dantas@edu.natal.rn.gov.br
SME	Departamento de Atenção ao Educando	Merise Maria Maciel	merise.maciel@prof.edu.natal.rn.gov.br
SME	Setor de Articulação Escola e Comunidade	Bárbara Cortez Martins Pinheiro	barbara.pinheiro@edu.natal.rn.gov.br
SME	Setor de Programa Bolsa Família	Viviane Costa de Souza Flôr	viviane.flor@edu.natal.rn.gov.br
SME	Setor do Programa Tributo à Criança	Clécia Tavares Lucena	clecialucenaa@gmail.com
SME	Secretaria Adjunta de Gestão Escolar	Adson Soares de Azevedo	adson.soares@natal.rn.gov.br
SME	Centro de Referência em Educação Aluízio Alves	Conceição Eliza Macedo	diogenesceia@yahoo.com.br
SME	Setor de Acervo e Pesquisa	Tiago Franklin Araújo de Lima	tiagofranklinadm@gmail.com
SME	Setor de Tecnologia Educacional e Desenvolvimento de Pessoal	Érika Silva de Lucena	ericaimmer@hotmail.com

SME	Departamento de Recursos Humanos	Flávio Fonseca de Assis	flavio.fonseca@edu.natal.rn.gov.br
SME	Setor de Gestão de Pessoal	Carlos Eduardo de Araújo Gomes	ceduardo.gomes@natal.rn.gov.br
SME	Departamento de Engenharia e Arquitetura	Marcelo da Fonseca Lopes	marcelo.lopes@edu.natal.rn.gov.br
SME	Setor de Projetos	Renata Camila dos Santos Souza Marinho	renatacss11@gmail.com
SME	Setor de Orçamento, Conferência e Manutenção	Mário Victor de Souza Alves	victormario188@gmail.com
SME	Departamento de Gestão Escolar	Renata Regina Silva de Queiroz	renatarqueiroz@hotmail.com
SME	Setor de Normas e Organização Escolar	Maria Clara Tomaz Pedroza de Aquino	maria.aquino@edu.natal.rn.gov.br
SME	Setor de Planejamento e Avaliação de Gestão Escolar	Márcia Soraya Praxedes da Silva	marcia.praxedes@edu.natal.rn.gov.br
SME	Setor de Alimentação Escolar	Murillo Victor Alves da Nóbrega	murillovictor@hotmail.com
SME	Secretaria Adjunta de Administração Geral	Lucas Bento da Silva	lucas.bento@edu.natal.rn.gov.br
SME	Departamento de Finanças	Francisco das Chagas Mendes Junior	francisco.mendes@natal.rn.gov.br
SME	Setor de Execução e Finanças	Álvaro André dos Santos Oliveira	alvaro.andre@natal.rn.gov.br
SME	Setor de Prestação de Contas	Mariana Gabriela da Costa Carrilho	mariana.carrilho@gmail.com
SME	Departamento de Administração Geral	Monique Martins da Câmara Freire	monique.freire@natal.rn.gov.br
SME	Setor de Almoxarifado	Suzana de Souza Silva	sssdiniz1976@outlook.com
SME	Setor de Informática	Elainy Polliny Guedes Tinôco Barbosa	elainy.tinoco@natal.rn.gov.br
SME	Setor de Materiais e Patrimônio	Josias Gomes de Lima	josias.lima@natal.rn.gov.br
SME	Setor de Transporte	Débora Larissa de Oliveira Trindade Silva	debora.larissa@edu.natal.rn.gov.br
SEMTAS	Departamento de Administração	Rayssa Lorena Marques F. Rêgo	natal.da.semtas@gmail.com
SEMTAS	Setor de Material e Patrimônio	João Batista Fernandes de Moura	patrimoniosemtas@gmail.com
SEMTAS	Departamento de Proteção Social Básica (DPSB)	Joyce Emanuele de Souza C. Fernandes	dpsb.semtas@gmail.com
SEMTAS	Setor de Coordenação Geral dos CRAS (CGCRAS)	Miessa C. Dutra Bezerra	dpsb.semtas@gmail.com
SEMTAS	Departamento de Proteção Social Especial (DPSE)	Silvia Eveliny Souza da Silveira	semtas.dpse@outlook.com
SEMTAS	Setor de Alta Complexidade	Maria Camila de Abrantes Lustosa	equipetecnica.alta@gmail.com; altacomplexidadeadm@gmail.com
SEMTAS	Setor de Média Complexidade	Cynthia Verícia Canuto Pereira	mediacomplexidade@hotmail.com
SEMTAS	Setor de Comunicação	Jéssika Sibelly Pereira Bessa e Silva	semtascomunicacao@gmail.com
SEMTAS	Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional	Marlene Ramalho de Castro Macedo	centraldeabastecimento_semtas@hotmail.com; dsagestao20@gmail.com
URBANA	Setor de Limpeza	Júlio César Formiga	-
SMS	Departamento de Vigilância em Saúde (DVS)	José Antônio de Moura	-
SMS	Departamento de Gestão, Trabalho e Educação na Saúde (DGTES)	Ângela Cely Fernandes Pinheiro de Souza	-
SMS	Departamento Administrativo (DAD)	Sandra Raissa Fernandes de Lima Escóssia de Oliveira	-

SMS	Departamento de Infraestrutura Física e Tecnológica (DIFT)	Clécio José Avelino Martins	-
SMS	Departamento de Orçamento e Finanças (DOF)	Keliane da Silva Mendes	-
SMS	Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas (DRAC)	Fernanda Otaviano Pereira	-
SMS	Assessoria de Planejamento	Elidiane Pereira da Silva Araújo	-
SMS	Assessoria de Comunicação (ASCOM)		-
SMS	Assessoria Jurídica	Valentina da Câmara Pinto Araújo Azevedo	-
SMS	Departamento de Atenção Especializada (DAE)	Danielle Azevedo Rodrigues Machado Rangel	-
SMS	Departamento de Atenção Básica (DAB)	Elizama Batista da Costa	-
SMS	Departamento de Assistência Farmacêutica, Diagnóstico e Incorporações de Novas Tecnologias (DAF)	Paula Rejane de Freitas Rocha	-
SMS	Departamento de Logística e Suporte Imediato aos Serviços de Saúde (DLS)	Weniston Fernandes Dutra Diniz	-
SMS	Distrito Oeste	Magali Rossana Fernandes de Araújo	-
SMS	Distrito Leste	Maria Analúcia Cavalcanti Monteiro	-
SMS	Distrito Sul	Mateus de Melo Santiago	-
SMS	Distrito Norte I	Helder de Melo dos Santos Lima	-
SMS	Distrito Norte II	Márcia Lima da Luz	-
SECOM	Secretária de Comunicação Social	Cristina D'Oliveira Vidal Bezerra	
SECOM	Secretário Adjunto	Marcos Alexandre O. de Araújo	marcosalexandre.232@gmail.com
SECOM	Chefe de Gabinete	Maria de Lourdes Gadelha Simas Ribeiro Dantas	lourdessimas@yahoo.com.br
SEL	Secretaria Geral	Hermes Câmara de Souza	
STTU	Secretária	Jódia Ferreira S. de Melo Menezes	jodiamelom@gmail.com
STTU	Sec. Adj. de Trânsito	Newton de Souza Pereira Filho	newton.spf@gmail.com
STTU	Sec. Adj. de Transportes		
STTU	Chefe de Gabinete	Nadja D. Freire Pinto	nadjadfpinto@gmail.com
STTU	Diretora do Departamento de Fiscalização	Emmily Caroline da Costa V. Silva	emmilyvasconcelos07@gmail.com
STTU	Inspetor Chefe (DFV)	Carlos Eugênio Barbosa de Oliveira	carloseubar@gmail.com
SEINFRA	Secretária	Shirley de Menezes Bezerra Cavalcanti Lago	shirley.cavalcanti@natal.rn.gov.br
SEINFRA	Secretário Adjunto de Conservação	Lucas Gabriel Pinheiro da Silva	lucas.gabriel@natal.rn.gov.br
	Secretário Adjunto de Obras	Rafael Gurgel Dias	rafael.dias@natal.rn.gov.br
SEINFRA	Diretor de Conservação	Paulo Tarcísio Lopes	paulo.tarcisio@natal.rn.gov.br
SEINFRA	Chefe do Setor de Pavimentação	George Hilton Lemos Neves	george.hilton@natal.rn.gov.br
SEMURB	Secretário	Thiago de Paula Nunes Mesquita	semurb.gabinete@gmail.com

SEMURB	Secretária Adjunta de Fiscalização de Licenciamento (SAFL)	Alessandra Maria de Oliveira Marinho	araujojr.nat@terra.com.br
SEMURB	Departamento de Fiscalização Urbanística e Ambiental (DFUA)	Aldir Leite de Araújo Júnior	araujojr.nat@terra.com.br
SEMURB	Supervisão Geral de Fiscalização Ambiental (SGFA)	Sebastião Leonardo Almeida de Araújo	sgfa.semurb.natal@gmail.com
SEMURB	Supervisão de Controle e Autorizações de Licenças Ambientais (SCALA)	Evânio Janeilson Mafra	scala.semurb.natal@gmail.com
SEMURB	Supervisão de Fiscalização de Água e Solo (SPASO)	Rejanne Alves da Silva França	spaso.semurb.natal@gmail.com
SEMURB	Supervisão de Fiscalização de Ambientes Naturais e Biodiversidade (SANBIO)	Yang de Brito Chaves Júnior	sanbio.semurb.natal@gmail.com
SEMURB	Supervisão de Fiscalização de Poluição Atmosférica e Sonora (SPATS)	Felipe Oliveira Gomes	spats.semurb.natal@gmail.com
SEMURB	Supervisão Geral de Fiscalização Urbanística (SGFU)	Rana Pereira Santos	rana_psantos@hotmail.com
SEMURB	Supervisão Específica de Fiscalização Urbanística (SEFU) ZONA OESTE	Gley Riviery Lacerda Morais Medeiros	gley.lacerda@natal.rn.gov.br
SEMURB	Supervisão Específica de Fiscalização Urbanística (SEFU) ZONA NORTE	Solange Medeiros Cunha	solangemc18@gmail.com
SEMURB	Supervisão Específica de Fiscalização Urbanística (SEFU) ZONA LESTE	Francisca Fátima de Oliveira Andrade	fcafatimaoa@yahoo.com.br
SEMURB	Supervisão Específica de Fiscalização Urbanística (SEFU) ZONA SUL	Juliana Emídia de Oliveira Silva	julianaemidia@gmail.com
SEMSUR	Chefe de Gabinete	Priscilla Cordeiro Leite Cado	prisleite101@gmail.com
ARSBAN	Presidência	Rossini Fernandes de Oliveira	rossini.oliveira@natal.rn.gov.br
ARSBAN	Departamento Técnico	Victor Matheus D. Ramos de O. Freitas	victor.freitas@natal.rn.gov.br
ARSBAN	Departamento Administrativo e Financeiro	Esdras Alves de Queiroz	esdrasalvesqueiroz@gmail.com
ARSBAN	Assessoria Jurídica	Gabriella Emerenciano Maia	gabimaia03@hotmail.com
ARSBAN	Gabinete	Elisa Campelo de Sousa Pereira	rossini.oliveira@natal.rn.gov.br
SEMUL	Secretária	Andréa Cristina da Costa Dias de Viveiros	
SEMUL	Secretário Adjunto	Sauro Spinelly Florêncio da Cunha	
SEMUL	Chefe de Gabinete	Maria Joice Torres dos Santos	
SEMUL	Departamento de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher	Priscilla Cândida Germana Lobo	
SEMUL	Setor Unidade Setorial de Administração e Finanças	Delânia Melo de Medeiros	
SEMUL	Setor de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher	Andreia da Câmara Rodrigues Melo	
SEMUL	Setor Casa da Mulher	Kariane Cristina Cavalcante Pinheiro	
SEMUL	Setor de Assessoramento Técnico	Maria Aparecida Cunha de Souza	
SEMUL	Setor do CREN	Fernanda Bezerra Freitas	
SEMIDH	Secretária	Luciana Dantas da Costa Oliveira	luciana.oliveira@natal.rn.gov.br
SEMIDH	Secretário Adjunto	Thiago Barreto Ramos Tinoco	thiago.tinoco@natal.rn.gov.br
SEMIDH	Chefia de Gabinete	Yasmin Raissa Araújo Martins	yasmin.martins@natal.rn.gov.br
SEMIDH	Departamento de Políticas Públicas	Rosângela Kalina Veloso Silva	rosangela.kalina@natal.rn.gov.br

SEMIDH	Departamento de Planejamento	Rafaela Lopes de Souza Araújo	rafaela.lopes@natal.rn.gov.br
SEMIDH	Assessoria Técnica	Silvana Macedo de Souza	silvana.macedo@natal.rn.gov.br
SEMIDH	Setor de Políticas Públicas LGBT	Sérgio Fabiano Cabral	sergio.cabral@natal.rn.gov.br
SEMIDH	Setor de Políticas Públicas para Pessoas Idosa	Juliana Honório Cavalcante	juliana.cavalcante@natal.rn.gov.br

ANEXO XII - VEÍCULOS DISPONIBILIZADOS PELAS SECRETARIAS PARA OPERAÇÕES ANTES, DURANTE E APÓS O DESASTRE

SECRETARIA/ÓRGÃO:	TIPO DE VEÍCULO	QUANTIDADE (PRÓPRIO)	QUANTIDADE (CONTRATO LOCAÇÃO)	FASE DO DESASTRE
SME	Carro de passeio (4 portas)		10	Antes/ Durante/ Pós
SME	Van		1	Antes/ Durante/ Pós
SME	Micro-ônibus		1	Antes/ Durante/ Pós
URBANA	Retroescavadeira		2	Pós
URBANA	Ônibus		2	Pós
URBANA	Caçamba		2	Pós
SMS	Viaturas de Suporte Básico (USB)	9		Antes/ Durante/ Pós
SMS	Transporte sanitário (2 USB e 1 USA)	3		Antes/ Durante/ Pós
SMS	Bases descentralizadas (UBS São João, UPA SUL, Maternidade Leide Morais)	3		Antes/ Durante/ Pós
SMS	Caminhonete S-10	3		Antes/ Durante/ Pós
SECOM	Carro de passeio (4 portas)	2		Antes/ Durante/ Pós
STTU	Carros de passeio (4 portas)		6	Antes/ Durante/ Pós
STTU	Motocicletas	65		Antes/ Durante/ Pós
STTU	Viaturas 4X2		5	Antes/ Durante/ Pós
SEINFRA	Carro de passeio (4 portas)		3	Antes/ Durante/ Pós
SEMDES	Van	1		Antes/ Durante/ Pós
SEMDES	Caminhonete 4x4	1		Antes/ Durante/ Pós
SEMDES	Viatura		1	Antes/ Durante/ Pós
SEMDES	Veículo administrativo	1		Antes/ Durante/ Pós
SEMURB	Caminhonete S-10 DUPLA		5	Antes/ Durante/ Pós
SEMURB	Carros de passeio (4 portas)		10	Antes/ Durante/ Pós
SEMURB	Saveiro		1	Antes/ Durante/ Pós
SEMSUR	Picape STRADA		1	Antes/Durante/Pós
SEMTAS	Micro-ônibus	2		Antes/Durante/Pós
SEMTAS	Carros de passeio (4 portas)		15	Antes/Durante/Pós
ARSBAN	Carro Toro		1	Antes/Durante/Pós
ARSBAN	Carros HB20		3	Antes/Pós

ANEXO XIII - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

SECRETARIA/ ÓRGÃO:	TIPO DE MÁQUINA/ EQUIPAMENTO	QUANTIDADE (PRÓPRIO)	QUANTIDADE (PARCEIRO)	FASE DO DESASTRE
URBANA	Retroescavadeira e caçamba; ônibus	6		Pós
STTU	Caminhão guincho	1		Antes/ Durante/ Pós
SEINFRA	Caminhão carroceria c/ cab. auxiliar cap. 6 passageiros	1		Antes/ Durante/ Pós
SEINFRA	Caminhão Munck 8T	1		Antes/ Durante/ Pós
SEINFRA	Gerador de energia potência 180 KVA	2		Antes/ Durante/ Pós
SEINFRA	Gerador de energia potência 30 KVA	1		Antes/ Durante/ Pós

ANEXO XIV - PESSOAS DA SECRETARIA DISPONÍVEIS PARA ATUAR ANTES, DURANTE E/OU PÓS-DESASTRE

	NOME	FASE DO DESASTRE
SEMDES	Samara Trigueiro Felix da Silva	Pré, durante e pós desastre
SEMDES	José Geraldo Moura da Fonseca	Pré, durante e pós desastre
SEMDES	Samuel Souto Medeiros	Pré, durante e pós desastre
SEMDES	Paloma Evangelista Nolasco Lemos	Pré, durante e pós desastre
SEMDES	Stenio Stephanio Santos de Oliveira	Pré, durante e pós desastre
SEMDES	Wanessa de Medeiros Mariano	Pré, durante e pós desastre
SEMDES	Grupo de ações em emergência composto por 30 agentes	Pré, durante e pós desastre
SEINFRA	Shirley de Menezes Bezerra Cavalcanti Lago	Pré, durante e pós desastre
SEINFRA	Lucas Gabriel Pinheiro da Silva	Pré, durante e pós desastre
SEINFRA	Carlos Queiroz Santos Júnior	Pré, durante e pós desastre
SEINFRA	Rafael Gurgel Dias	Pré, durante e pós desastre
SEINFRA	Paulo Tarcísio Lopes	Pré, durante e pós desastre
SEINFRA	Lucas de Figueiredo Formiga Alves	Pré, durante e pós desastre
SEINFRA	Pollyana Crystina Soares Pinheiro Rosa	Pré, durante e pós desastre
SEMTAS	Rayssa Lorena Marques F. Rêgo	Pré, durante e pós desastre
SEMTAS	João Batista Fernandes de Moura	Pré, durante e pós desastre
SEMTAS	Joyce Emanuele de Souza C. Fernandes	Pré, durante e pós desastre
SEMTAS	Miessa C. Dutra Bezerra	Pré, durante e pós desastre
SEMTAS	Silvia Eveliny Souza da Silveira	Pré, durante e pós desastre
SEMTAS	Maria Camila de Abrantes Lustosa	Pré, durante e pós desastre
SEMTAS	Cynthia Verícia Canuto Pereira	Pré, durante e pós desastre
SEMTAS	Jéssika Sibelly Pereira Bessa e Silva	Pré, durante e pós desastre
SEMTAS	Marlene Ramalho de Castro Macedo	Pré, durante e pós desastre
SEMTAS	Rayssa Lorena Marques F. Rêgo	Pré, durante e pós desastre
SEMTAS	João Batista Fernandes de Moura	Pré, durante e pós desastre
SEMTAS	Auricéia Xavier de Souza	Pré, durante e pós desastre
SEMTAS	Patrícia Celly Pacheco Vitor	Pré, durante e pós desastre
SEMTAS	Marlene Ramalho de Castro Macedo	Pós desastre
URBANA	Alvamar Silva do Vale	Pré, durante e pós desastre
URBANA	Josenildo Barbosa de Lira	Pré, durante e pós desastre
URBANA	Gustavo Henrique Tonelli Dutra de Almeida	Pré, durante e pós desastre
URBANA	Ellen Bruna Azevedo Barbosa	Pré, durante e pós desastre
URBANA	Marcos Rogério Bezerra de Aquino Segundo	Pré, durante e pós desastre
URBANA	Rubens Cyro Costa Neto	Pré, durante e pós desastre
URBANA	Albany Salustino Fernandes Dutra	Pré, durante e pós desastre
URBANA	Edimar Andrade da Silva	Pré, durante e pós desastre
URBANA	Sandro Serafim da Silva	Pré, durante e pós desastre
SMS	Geraldo Souza Pinho Alves	Pré, durante e pós desastre
SMS	Rayanne Araújo Costa	Pré, durante e pós desastre
SMS	Caio César de Souza Melo	Pré, durante e pós desastre

SMS	Ana Luiza Brito Tersuliano	Pré, durante e pós desastre
SMS	Magali Rossana Fernandes de Araújo	Pré, durante e pós desastre
SMS	Maria Analúcia Cavalcanti Monteiro	Pré, durante e pós desastre
SMS	Mateus de Melo Santiago	Pré, durante e pós desastre
SMS	Helder de Melo dos Santos Lima	Pré, durante e pós desastre
SMS	Márcia Lima da Luz	Pré, durante e pós desastre
SMS	José Antônio de Moura	Pré, durante e pós desastre
SMS	Ângela Cely Fernandes Pinheiro de Souza	Pré, durante e pós desastre
SMS	Sandra Raissa Fernandes de Lima Escóssia de Oliveira	Pré, durante e pós desastre
SMS	Clécio José Avelino Martins	Pré, durante e pós desastre
SMS	Keliane da Silva Mendes	Pré, durante e pós desastre
SMS	Weniston Fernandes Dutra Diniz	Pré, durante e pós desastre
SMS	Elidiane Pereira da Silva Araújo	Pré, durante e pós desastre
SMS	Valentina da Câmara Pinto Araújo Azevedo	Pré, durante e pós desastre
SMS	Danielle Azevedo Rodrigues Machado Range	Pré, durante e pós desastre
SMS	Elizama Batista da Costa	Pré, durante e pós desastre
SMS	Cláudio Augusto Câmara de Macedo	Pré, durante e pós desastre
SMS	Weniston Fernandes Dutra Diniz	Pré, durante e pós desastre
SEHARPE	Ademires Silva Machado	Pré, durante e pós desastre
SEHARPE	Felipe Maciel Pinheiro Barros	Pré, durante e pós desastre
SEHARPE	Adriana de Camargo	Pré, durante e pós desastre
SEHARPE	Julyana Araújo Marinho Fernandes	Pré, durante e pós desastre
SEHARPE	Cláudia Souto César Dantas	Pré, durante e pós desastre
SEHARPE	José Gilenildo dos Santos	Pré, durante e pós desastre
SEHARPE	Violeta Odete Ribeiro de Quevedo	Pré, durante e pós desastre
SEHARPE	Ana Clara Medeiros dos Santos	Pré, durante e pós desastre
SEHARPE	Rosemeri Pereira da Fonseca Santos	Pré, durante e pós desastre
SEHARPE	Kézia Menezes de Aguiar	Pré, durante e pós desastre
SEHARPE	Daline Maria de Souza	Pré, durante e pós desastre
SEHARPE	Érica Nascimento de Freitas Jales	Pré, durante e pós desastre
SME	Aldo Fernandes Sousa Neto	Pré, durante e pós desastre
SME	Wanessa Cristina Maranhão de Freitas Rodrigues	Pré, durante e pós desastre
SME	Euriques Furtado Neto	Pré, durante e pós desastre
SME	Sírlia Fernandes Bezerra	Pré, durante e pós desastre
SME	Rodrigo Cabral de Oliveira	Pré, durante e pós desastre
SME	Riccelli de Araújo Medeiros	Pré, durante e pós desastre
SME	Naire Jane Capistrano	Pré, durante e pós desastre
SME	Adson Soares de Azevedo	Pré, durante e pós desastre
SME	Lucas Bento da Silva	Pré, durante e pós desastre
SME	Danielly Kelly Oliveira	Pré, durante e pós desastre
SME	Tatiane Inácio de Araújo	Pré, durante e pós desastre
SME	Clávia Goreth de Souza	Pré, durante e pós desastre
SME	Daniele Freire de Lacerda	Pré, durante e pós desastre
SME	Juliana Dal Ava Augusto	Pré, durante e pós desastre
SME	Adriana do Carmo Ferreira dos Santos	Pré, durante e pós desastre

SME	Luan Presley Mendonça Santiago	Pré, durante e pós desastre
SME	Noélia Barbosa Costa de Queiroz	Pré, durante e pós desastre
SME	Marcelo Henrique de Almeida Araújo	Pré, durante e pós desastre
SME	Priscila Ferreira Ramos Dantas	Pré, durante e pós desastre
SME	Merise Maria Maciel	Pré, durante e pós desastre
SME	Bárbara Cortez Martins Pinheiro	Pré, durante e pós desastre
SME	Clécia Tavares Lucena	Pré, durante e pós desastre
SME	Viviane Costa de Souza Flôr	Pré, durante e pós desastre
SME	Renata Regina Silva de Queiroz	Pré, durante e pós desastre
SME	Murillo Victor Alves da Nóbrega	Pré, durante e pós desastre
SME	Maria Clara Tomaz Pedroza de Aquino	Pré, durante e pós desastre
SME	Márcia Soraya Praxedes da Silva	Pré, durante e pós desastre
SME	Marcelo da Fonseca Lopes	Pré, durante e pós desastre
SME	Renata Camila dos Santos Souza Marinho	Pré, durante e pós desastre
SME	Mário Victor de Souza Alves	Pré, durante e pós desastre
SME	Conceição Eliza Macedo	Pré, durante e pós desastre
SME	Tiago Franklin Araújo de Lima	Pré, durante e pós desastre
SME	Érika Silva de Lucena	Pré, durante e pós desastre
SME	Francisco das Chagas Mendes Júnior	Pré, durante e pós desastre
SME	Monique Martins da Câmara Freire	Pré, durante e pós desastre
SME	Suzana de Souza Silva	Pré, durante e pós desastre
SME	Josias Gomes de Lima	Pré, durante e pós desastre
SME	Débora Larissa de Oliveira Trindade Silva	Pré, durante e pós desastre
SEMURB	Thiago de Paula Nunes Mesquita	Pré, durante e pós desastre
SEMURB	Alessandra Maria de Oliveira Marinho	Pré, durante e pós desastre
SEMURB	Aldir Leite de Araújo Júnior	Pré, durante e pós desastre
SEMURB	Sebastião Leonardo Almeida de Araújo	Pré, durante e pós desastre
SEMURB	Felipe Oliveira Gomes	Pré, durante e pós desastre
SEMURB	Yang de Brito Chaves Júnior	Pré, durante e pós desastre
SEMURB	Evânio Janeilson Mafra	Pré, durante e pós desastre
SEMURB	Rejanne Alves da Silva França	Pré, durante e pós desastre
SEMURB	Rana Pereira Santos	Pré, durante e pós desastre
SEMURB	Gley Riviery Lacerda Morais Medeiros	Pré, durante e pós desastre
SEMURB	Solange Medeiros Cunha	Pré, durante e pós desastre
SEMURB	Francisca Fátima de Oliveira Andrade	Pré, durante e pós desastre
SEMURB	Juliana Emídia de Oliveira Silva	Pré, durante e pós desastre
SECOM	Cristina D'Oliveira Vidal Bezerra	Durante e Pós desastre
SECOM	Maria de Lourdes Gadelha Simas Ribeiro Dantas	Durante e Pós desastre
SEL	Hermes Câmara de Souza	Pré, durante e pós desastre
SEL	Marcio Gomes dos Santos	Pré, durante e pós desastre
SEL	Clara Maria Silva Borges	Pré, durante e pós desastre
STTU	Jódia Ferreira S. de Melo Menezes	Pré, durante e pós desastre
STTU	Newton de Souza Pereira	Pré, durante e pós desastre
STTU	Emmily Caroline da Costa V. Silva	Pré, durante e pós desastre
STTU	Nadja D. Freire Pinto	Pré, durante e pós desastre

STTU	Carlos Eugênio Barbosa de Oliveira	Pré, durante e pós desastre
SEMSUR	Felipe Queiroz da Cunha Alves	Pré, durante e pós desastre
SEMSUR	Victor da Cunha Matoso	Pré, durante e pós desastre
SEMSUR	Luciandro Paulo Dantas Pinheiro	Pré, durante e pós desastre
ARSBAN	Rossini Fernandes de Oliveira	Pré, durante e pós desastre
ARSBAN	Victor Matheus D. Ramos de O. Freitas	Pré, durante e pós desastre
ARSBAN	Esdras Alves de Queiroz	Pré, durante e pós desastre
ARSBAN	Gabriella Emerenciano Maia	Pré, durante e pós desastre
ARSBAN	Elisa Campelo de Sousa Pereira	Pré, durante e pós desastre
ARSBAN	Jeane Barbosa de Oliveira	Pré, durante e pós desastre
ARSBAN	Pedro Celestino Dantas Junior	Pré, durante e pós desastre
SEMUL	Andréa Cristina da Costa Dias de Viveiros	Pré, durante e pós desastre
SEMUL	Sauro Spinelly Florêncio da Cunha	Pré, durante e pós desastre
SEMUL	Maria Joice Torres dos Santos	Pré, durante e pós desastre
SEMUL	Priscilla Cândida Germana Lobo	Pré, durante e pós desastre
SEMUL	Delânia Melo de Medeiros	Pré, durante e pós desastre
SEMUL	Andreia da Câmara Rodrigues Melo	Pré, durante e pós desastre
SEMUL	Kariane Cristina Cavalcante Pinheiro	Pré, durante e pós desastre
SEMUL	Maria Aparecida Cunha de Souza	Pré, durante e pós desastre
SEMUL	Fernanda Bezerra Freitas	Pré, durante e pós desastre
SEMIDH	Luciana Dantas da Costa Oliveira	Pré, durante e pós desastre
SEMIDH	Thiago Barreto Ramos Tinoco	Pré, durante e pós desastre
SEMIDH	Yasmin Raissa Araújo Martins	Pré, durante e pós desastre
SEMIDH	Rosângela Kalina Veloso Silva	Pré, durante e pós desastre
SEMIDH	Rafaela Lopes de Souza Araújo	Pré, durante e pós desastre
SEMIDH	Silvana Macedo de Souza	Pré, durante e pós desastre
SEMIDH	Sérgio Fabiano Cabral	Pré, durante e pós desastre
SEMIDH	Juliana Honório Cavalcanti	Pré, durante e pós desastre
SEMIDH	Cleyde Barbosa Dantas	Pré, durante e pós desastre
SEMIDH	Renato Pereira Bezerra	Pré, durante e pós desastre

ANEXO XV – UNIDADES DE SAÚDE

DISTRITO SANITÁRIO SUL	
Unidades	Endereço
Sede Distrito Sanitário Sul	Rua Tomaz Pereira, 1894 - Lagoa Nova, Natal - RN, 59064-630
UBS Nova Descoberta	Av. Xavier da Silveira, 1176 - Nova Descoberta, Natal - RN, 59056-700
UBS Mirassol	R. das Violetas, 676 - Capim Macio, Natal - RN, 59078-160
Policlínica Sul (Neópolis)	Rua Rio Jucuí, 96 - Neópolis
UBS Jiqui	Rua União dos Palmares, 11 – Neópolis (Conj. Jiqui)
UBS Pirangi	Rua São Miguel dos Caribes, 4650 – Neópolis (C. Pirangi)
USF Ponta Negra	R. José Medeiros, 01 - Vila de Ponta Negra, Natal - RN, 59090-660
UBS Candelária	Rua Barão de Açu - Candelária, Natal - RN, 59065-540
UBS Pitimbu	R. Serra do Piracambú, 2 - Pitimbú, Natal - RN, 59110-320
UM Cidade Satélite	R. das Carnaúbas, s/n - Pitimbú, Natal - RN, 59067-580
ESF Planalto (Rosângela Lima)	R. Santa Beatriz - Planalto, Natal - RN, 59073-246
UBS Santa Beatriz	Rua Santa Beatriz, 57 Planalto
Laboratório TT	Avenida Nascimento de Castro, 2024 - Lagoa Nova
USF Ronaldo Machado	R. Desportista Arthur Veiga, 145 - Planalto, Natal - RN, 59073-101
DISTRITO SANITÁRIO LESTE	
Unidades	Endereço
Distrito Leste	Praça Augusto Severo, nº 281 Ribeira CEP:59.012-380 – Bloco C - 1º Andar.
UBS São João	Av. Romualdo Galvão, 891 - Tirol, Natal - RN, 59022-205
UBS Alecrim	Tv. Ocidental de Baixo, 27 - Alecrim, Natal - RN, 59040-085
UBS Lagoa Seca	R. Padre Antônio, S/N - Lagoa Seca, Natal - RN, 59032-230
USF Aparecida	R. Guanabara, 195 - Mãe Luíza, Natal - RN, 59014-180
UM Mãe Luíza	Rua João XXIII – Mãe Luíza - CEP: 59.014-250
USF Brasília Teimosa	R. Miramar, s/n - Praia do Meio, Natal - RN, 59010-470
USF Passo da Pátria	Tv. Ocidental de Baixo, 27 - Alecrim, Natal - RN, 59040-085
USF Guarita	Tv. Ocidental de Baixo, 27 - Alecrim, Natal - RN, 59040-085
USF Rocas	Rua Francisco Bicalho nºs/n Rocas – CEP: 59.010-335
Centro de Referência em Práticas Integrativas e Complementares (CERPIC)	Av. Deodoro da Fonseca, 535 - Petrópolis, Natal - RN, 59012-240
Unidade Pescadores (CISPESC)	R. São João de Deus, 80 - Rocas, Natal - RN, 59010-775
Serviço de Atenção Domiciliar (SAD)	Praça Augusto Severo, S/N - Ribeira, Natal - RN, 59012-380
SAE NATAL	R. Fonseca e Silva, 1129 - Alecrim, Natal - RN, 59030-270
PROSUS	Praça Augusto Severo, S/N - Ribeira, Natal - RN, 59012-380

Programa de Acessibilidade Especial – Porta a Porta (PRAE)	-
CEREST	Av. Deodoro da Fonseca, 535 - Petrópolis, Natal - RN, 59012-240
CRO Morton Mariz	Praça Cap. José da Penha, 155 - Ribeira, Natal - RN, 59012-100
DISTRITO SANITÁRIO NORTE I	
Unidades	Endereço
Sede Distrito Sanitário Norte I	Rua Ivaiporã, 133, Conjunto Santarém, Bairro: Potengi, CEP: 59.125-050.
Unidade de Saúde da Família África	Tv. Sudão, 63 - Redinha, Natal - RN, 59122-229
Unidade de Saúde da Família Pompéia	R. Oceano Atlântico, 172 - Potengi, Natal - RN, 59123-400
Unidade de Saúde da Família Parque das Dunas	R. Mar do Sul, S/n - Pajuçara, Natal - RN, 59133-020
Unidade de Saúde da Família Redinha	Rua do Campo, 397 - Redinha, Natal - RN, 59122-080
Unidade de Saúde da Vista Verde	R. Linda Batista, S/N - Pajuçara, Natal - RN, 59132-780
UBS Pajuçara	R. Linda Batista - Pajuçara, Natal - RN, 59132-780
Unidade de Saúde da Família Gramoré	Av. Guaratinguetá, 609 - Lagoa Azul, Natal - RN, 59135-500
Unidade de Saúde da Família Nova Natal	R. do Pastoril, 902 - Lagoa Azul, Natal - RN, 59138-680
Unidade de Saúde da Família José Sarney	R. dos Lírios, 232 - Loteamento José Sarney, Natal - RN, 59122-300
Unidade de Saúde da Família Nordelândia	Rua José França da Silva - Lagoa Azul, Natal - RN, 59139-510
Unidade de Saúde da Família Cidade Praia	Rua São Caetano, 520, Lagoa Azul, Natal, RN, 59115-489
DISTRITO SANITÁRIO NORTE II	
Unidades	Endereço
Sede Distrito Sanitário Norte II	Av. Florianópolis, 05 A - Potengi, Natal - RN, 59110-000
Unidade de Saúde da Família de Soledade II	R. Serra Negra, s/n - Potengi, Natal - RN, 59129-660
Unidade de Saúde da Família de Soledade I (Pedra do Sino)	R. Pedra do Sino, 1029 - Potengi, Natal - RN, 59127-080
Unidade de Saúde da Família de Planície das Mangueiras	Rua Nova Granada, s/n - Nossa Sra. da Apresentação, Natal - RN, 59114-242
Unidade de Saúde da Família de Igapó	R. Santiago - Igapó, Natal - RN, 59104-090
Unidade de Saúde da Família de Panatis	R. Milton Servita Brito, 994 - Potengi, Natal - RN, 59108-310
Unidade de Saúde da Família de Vale Dourado	R. Irmã Vitória, 706 - Nossa Sra. da Apresentação, Natal - RN, 59106-020
Unidade de Saúde da Família de Potengi	Av. Sr. do Bonfim, S/n - Potengi, Natal - RN, 59120-000
Unidade de Saúde da Família de Santarém	Av. Rio Doce, 12 - Potengi, Natal-RN, 59129-200
Unidade de Saúde da Família de Parque dos Coqueiros	R. das Pedrinhas, S/N - Igapó, Natal - RN, 59114-410
Unidade de Saúde da Família de Jardim Progresso	Rua Antônia Santana, Nossa senhora da apresentação , Natal- CEP:, Natal - RN, 59114-266
UBS Nossa Senhora da Apresentação	R. da Paz, 13 - Nossa Sra. da Apresentação, Natal - RN, 59115-603

UBS Nova Aliança	R. Consolação, 394 - Nossa Sra. da Apresentação, Natal - RN, 59115-040
Centro de Saúde Bela Vista	2ª Travessa Bela Vista, 2 - Igapó, Natal - RN
Policlínica Norte	Av. Florianópolis, 4 - Potengi, Natal - RN
DISTRITO SANITÁRIO OESTE	
Unidades	Endereço
Sede Distrito Sanitário Oeste	R. Rubens Mariz, 743 - Nossa Sra. de Nazaré, Natal - RN, 59062-180
Unidade de Saúde da Família Bairro Nordeste	R. Alto da Bela Vista, 492 - Nordeste, Natal - RN, 59042-250
Unidade de Saúde da Família Cidade da Esperança	Rua Vinte Um de Abril, 139 - Boa Esperança, Parnamirim - RN, 59140-390
Unidade de Saúde da Família Bom Pastor	R. Augusto Calheiros, S/N - Bom Pastor, Natal - RN, 59052-070
Unidade de Saúde da Família Felipe Camarão II	Av. Nossa Sra. do Livramento, 261 - Felipe Camarão, Natal - RN
Unidade de Saúde da Família Felipe Camarão III	Rua Arco-íris, 500 - Felipe Camarão, Natal - RN, 590743-10
Unidade de Saúde da Família Guarapes	R. Projetada, 131 - Guarapes, Natal - RN, 59074-750
Unidade de Saúde da Família KM 06	Av. Capitão-Mor Gouveia, S/N - Felipe Camarão, Natal - RN, 59070-400
Unidade de Saúde da Família Monte Líbano	R. Matusalém, 191-279 - Bom Pastor, Natal - RN, 59060-080
Unidade de Saúde da Família Nazaré	R. Rubens Mariz, 744 - Nossa Sra. de Nazaré, Natal - RN, 59062-180
Unidade de Saúde da Família Nova Cidade	R. Francisco Martins de Assis - Candelária, Natal - RN, 59064-055
Unidade de Saúde da Família Novo Horizonte	R. dos Paiatis, 128 - Quintas, Natal - RN, 59052-700
Unidade de Saúde da Família Quintas	Travessa Luiz Sampaio, 712 - Quintas, Natal - RN, 59042-035
Laboratório Central Municipal (LACEN)	R. Cônego Monte, 410 - Quintas, Natal - RN, 59037-170
SAMU	Av. Nascimento de Castro, 300 - Dix-Sept Rosado, Natal - RN, 59054-280
Transporte Sanitário	Av. Nascimento de Castro, 300 - Dix-Sept Rosado, Natal - RN, 59054-280
Policlínica Oeste	Av. Pernambuco, 251 - Cidade da Esperança, Natal - RN
UNIDADES DE FUNCIONAMENTO 24H	
Unidades	Endereço
Mat. Araken Pinto	Rua Coronel Joaquim Manoel, 654 - Petrópolis, Natal - RN, 59012-330
UPA Cid. Satélite	Av. dos Xavantes, 1228 - Pitimbu, Natal - RN, 59069-605
UPA Pajuçara	Av. Moema Tinoco da Cunha Lima, 3393, Conjunto Pajuçara, Pajuçara.
UPA Potengi	Av. Sr. do Bonfim, S/n - Potengi, Natal - RN, 59120-000
Maternidade Leide Morais	Av. das Fronteiras, S/N - Potengi, Natal - RN, 59114-275
Hospital Municipal de Natal Newton Azevedo	Avenida Omar O'Grady, no bairro Pitimbu, Natal

UM Mãe Luíza	Rua João XXIII – Mãe Luíza - CEP: 59.014-250
UM de Felipe Camarão	Rua da Tamarineira, 25 - Felipe Camarão
UPA Esperança	Av. Paraíba, s/n - Cidade da Esperança, Natal - RN
Hospital dos Pescadores	R. São João de Deus, 80 - Rocas, Natal - RN, 59010-775
SAMU	Av. Nascimento de Castro,nº300 - Dix-Sept Rosado
CENTRO DE ATENÇÃO AO IDOSO	
Unidades	Endereço
CEASI	Pç Augusto Severo, nº281-Ribeira. CEP:59.012-380- Bl-B.
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	
Unidades	Endereço
CAPS AD II	Rua Pacífico de Medeiros, 1251 - Barro Vermelho, Natal - RN, 59030-460
CAPS III Leste	Rua Pacífico de Medeiros, 1251 - Barro Vermelho, Natal - RN, 59030-460
CAPS AD III NORTE	Av. Rio Doce, nº 03 - Conjunto Santarém - Potengi, Natal - RN, 59108-120
CAPS INFANTIL	Av. Capitão-Mor Gouveia, 960 - Felipe Camarão, Natal - RN, 59072-100
CAPS II Oeste	Av. Capitão-Mor Gouveia, 960 - Felipe Camarão, Natal - RN, 59072-100

ANEXO XVI – LISTAGEM DE LEITOS

HOSPITAIS	GESTÃO	LEITOS EXISTENTES	LEITOS SUS	UTI SUS
HOSPITAL MUNICIPAL	Municipal	25	10	10
HOSPITAL WALFREDO GURGEL	Dupla	385	385	45
HOSPITAL DR. JOÃO MACHADO	Dupla	160	140	0
HOSPITAL GISELDA TRIGUEIRO	Dupla	109	109	7
HOSPITAL DR. PEDRO BEZERRA	Dupla	207	203	30
HOSPITAL MARIA ALICE FERNANDES	Dupla	122	103	20
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ONOFRE LOPES	Municipal	255	255	24
HOSPITAL PSIQUIÁTRICO SEVERINO LOPES	Municipal	220	160	0
HOSPITAL INFANTIL VARELA SANTIAGO	Dupla	119	119	20
LIGA (HOSP. DRº LUIZ ANTONIO)	Dupla	203	202	10
LIGA (CECAN)	Municipal	7	3	0
LIGA (POLICLINICA)	Municipal	94	4	4
INCOR	Municipal	75	64	33
HOSPITAL MEMORIAL	Dupla	95	84	21
NATAL HOSPITAL CENTER (Rio Grande)	Dupla	216	53	19
HOSPITAL DO CORAÇÃO DE NATAL	Dupla	173	57	13
PRONTOCLINICA DA CRIANÇA PAULO GURGEL	Dupla	49	24	0
HOSPITAL CEL. PEDRO GERMANO	Estadual			
MATERNIDADE ARAKEN IRERÊ PINTO	Municipal	41	41	0
MATERNIDADE ESCOLA JANUÁRIO CICCO	Municipal	128	128	26
MATERNIDADE LEIDE MORAIS	Municipal	46	46	0
TOTAL GERAL		2.729	2.190	282

ANEXO XVII – LISTAGEM DE ABRIGOS

ABRIGAMENTO PARA SITUAÇÕES DE CALAMIDADE - Por Região de CRAS	
LOCAL	ENDEREÇO
CRAS África	
Galpão - Projeto de Grafitagem Carcará	Rua São Luiz, Redinha
Escola Professora Noilde Pessoa Ramalho	Rua Manoel Caetano, 835, Redinha
Escola Municipal Nossa Sra. dos Navegantes	Rua do Cruzeiro, 664, Redinha
CRAS Felipe Camarão	
Lar Fabiano de Cristo (ONG)	Rua São Benedito, 377, Felipe Camarão.
Cozinha Comunitária Cidade Nova	Rua Dantas Barreto, 653, Cidade Nova
Escola Estadual União do Povo	Av. Solange Nunes do Nascimento, 503, Cidade Nova
Escola Estadual Soldado Luiz Gonzaga	Av. Amintas Barros, 1198, Nossa Sra. de Nazaré
Escola Estadual Prof. Judith Bezerra de Melo	Rua Jeronimo Câmara, Nossa Sra. de Nazaré
Escola Estadual Jean Mermoz	Tv. Barão de Mauá, S/N, Bom Pastor
Escola Estadual Belém Câmara	Rua Lajes, S/N, Cidade da Esperança
Escola Estadual Lauro de Castro	Rua Souza, 71, Cidade da Esperança
Escola Estadual Raimundo Soares	Rua Patos, Cidade da Esperança
Escola Estadual Clara Camarão	Rua Itamar Maciel, 37, Felipe Camarão
Escola Municipal Djalma Maranhão	Rua Santa Maria Madalena, 1, Felipe Camarão
Escola Municipal Celestino Pimentel	Av. Pernambuco, 145, Cidade da Esperança
Escola Municipal Francisca Ferreira da Silva	Av. Industrial João Francisco da Mota, 1, Bom Pastor
Escola Municipal Maria Cristina Osório Tavares	Rua Antônio Carolino, Felipe Camarão
Escola Estadual Maria Queiroz	Rua da Tamarineira, 180, Felipe Camarão
Escola Estadual Maria Luiza Costa	Av. Nossa Sra. do Rosário, Felipe Camarão
Escola Municipal Luiz Maranhão	Av. Solange Nunes do Nascimento, Cidade Nova
Escola Municipal Prof. Ivonete Maciel	Rua Adolfo Gordo, 664, Cidade da Esperança
Escola Municipal Zeneide Igino de Moura	Rua Solange Nunes do Nascimento, 277, Cidade Nova
Escola Municipal Marize Paiva	Rua Solange Nunes do Nascimento, 259, Cidade Nova
Instituto Viva Videira (IVV)	Rua Manoel Machado, 81, Felipe Camarão
CRAS Guarapes	
Escola Municipal Prof. Francisco de Assis Varela	Rua da Lagoa Seca, Guarapes
Escola Municipal Almerinda Bezerra Furtado	Rua Novo Guarapes, Guarapes

CRAS Lagoa Azul	
Ginásio Nélio Dias	Av. Guararapes, Lagoa Azul
Centro Educacional Dom Bosco	Av. Guaratinguetá, 715, Lagoa Azul
Estação Cidadania	Av. do Baião, 2908, Lagoa Azul
Centro de Convivência Ivone Alves	Av. das Cirandas, S/N, Lagoa Azul
CRAS Mãe Luíza	
Palácio dos Esportes Djalma Maranhão	Rua Trairi, 516, Petrópolis
Escola Estadual Prof. Severino B de Melo (7 salas)	Decima Travessa Joao XXIII, S/N, Mãe Luíza
Escola Estadual Senador Dinarte Mariz (8 salas)	Rua Camaragibe, Mãe Luíza
Escola Municipal Prof. Antônio Campos e Silva (6 salas)	Rua João XXIII, 1821, Mãe Luíza, Natal
CMEI Galdina Silveira Guimarães (6 salas)	Rua João XXIII, 1565, Mãe Luíza
CRAS Nordelândia	
Fundação Fé e Alegria (ONG) – CEDEC Boa Esperança	Rua Tijuana, 472, Lot. Boa Esperança, Lagoa Azul. Tel.: (84) 3614-3739.
CMEI Prof. Nazaré da Costa Galvão	Rua Serafim Pinheiro de Souza, 265, Lot. Nordelândia.
CRAS Nossa Senhora da Apresentação	
Escola Municipal Nossa Senhora da Apresentação	Rua José Luiz da Silva, s/n, Nossa Senhora da Apresentação
Escola Municipal Laércio Fernandes	Rua Noel Costa, 1232, Nossa Sra. da Apresentação
CRAS Pajuçara	
Conselho Comunitário do Pajuçara (para poucas famílias)	Rua Ordânia, 35, Pajuçara
Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (ONG – Mórmons)	Rua dos Imigrantes, 542, Pajuçara
Escola Municipal Prof. Maria Alexandrina Sampaio	Av. Anequim, S/N, Parque das Dunas, Pajuçara
Escola Municipal Prof. Zuleide Fernandes de Macedo Silva	Av. Armando Ribeiro Gonçalves, S/N, Brasil Novo, Pajuçara
Escola Municipal Prof. Vera Lúcia Soares Barros	Av. Mar Mediterrâneo, S/N, Parque das Dunas Iv, Pajuçara
CRAS Passo da Pátria	
ADIC (ONG)	Rua Joaquim Alves (antiga Travessa Ocidental de Baixo), 120, Passo da Pátria – Alecrim
Instituto de Educação e Reabilitação de Cegos do RN – Clínica de Reabilitação em Natal	Rua Fonseca e Silva, 1113, Alecrim
Escola Municipal Prof. Mareci Gomes	Tv. Ocidental de Baixo, 333, Alecrim
Escola Municipal Joaquim Honorio	Rua Pres. Mascarenhas, Quintas
Escola Municipal João XXIII	Rua Dos Pajeús, S/N, Alecrim
Escola Municipal 4º Centenário	Rua Sílvio Pelico, S/N, Alecrim
CRAS Planalto	

CMEI Prof. Claudete Costa Maciel	Rua Serra de Jurema, 3160, Conj. Cidade Satélite, Pitimbu
CMEI Prof. Antônia Fernanda Jale	Rua Rio Suassui, 771, Conj. Cidade Satélite, Pitimbu
CMEI Prof. Maria dos Martírios Lisboa de Menezes	Rua Joaquim Cardoso, s/n, Conj. Pitimbu
CMEI Prof. Maria Salete Alves Bila	Rua Abreulândia , s/n, Planalto.
CMEI Prof. Maria Luiza Santos de Souza	Rua São Gregório, s/n, Conj. Santa Clara, Planalto
CMEI Prof. Arnaldo Arsênio	Rua Ana Paula Barbosa, Conj. Leningrado, Planalto
Escola Municipal Prof. Ascendio de Almeida	Rua Engenheiro Joaquim Cardoso, Conj. Pitimbu
Escola Municipal Prof. Teresa Satisuqui	Rua Mira Mangue, 205, Planalto
Escola Municipal Estudante Emanoel Bezerra	Rua Mira Mangue, 1187, Planalto
Escola Municipal Prof. Otto de Brito Guerra (CAIC SATÉLITE)	Rua Serra da Jurema, s/n, Conj. Cidade Satélite, Pitimbu
CRAS Salina	
Ginásio Poliesportivo Soledade II	Av. Pico do Cabugi, Potengi
Complexo Cultural da UERN	Av. Dr. João Medeiros Filho, 3419, Potengi. Tel.: (84) 3232-6120
Escola Municipal Prof. José do Patrocínio Pereira Pinto	Av. Mangabeira, 1905, Potengi
Polícia Militar (CFAPM)	Rua Massaranduba, 439, Potengi
CMEI Prof. José Carlos Bezerra de Jesus Filho	Rua Alvorada, 957, Igapó
CMEI Prof. Marluce Carlos de Melo	Rua Volta Redonda, 2320, Conj. Santa Catarina, Potengi
CMEI Dr. Vulpiano Cavalcanti de Araújo	Rua Sebastião Gonçalves, 77, Vila Paraiso, Igapó
CMEI Prof. Maria Cleonice Alves Pontes	Av Maranguape, 660, Panatis III, Potengi
CMEI Paulina Engracia Mariz de Faria	Rua Laurentino, 142, Conj. Santa Catarina, Potengi
CMEI Prof. Antonio Gurgel de Melo	Praça Araruana, 30, Conj. Soledade, Potengi
CMEI Maria Nazaré De Costa Galvão	Rua São Luiz, 120, Beira Rio, Igapó
CMEI Teófilo Canaã	Rua Santa Luzia, 797, Igapó
CMEI Prof. Rosalba Dias de Barros	Rua Carambei, 95, Conj. Santarém, Potengi
Escola Municipal Prof. Maria Madalena Xavier de Andrade - Potengi	Av. Votuporange, 35, Santarém,
Escola Municipal Prof. Adelina Fernandes	Rua Angra dos Reis, Conj. Soledade II, Potengi
Escola Municipal Prof. Palmira de Souza	Rua Volta Redonda, Conj. Santa Catarina, Potengi
Vila de Ponta Negra	
Escola Municipal Josefa Botelho	Rua Manoel Congo, Vila de Ponta Negra
Comunidade Cristã Videira (ONG)	Av. Ayrton Senna, 1440, Capim Macio
7º Batalhão de Engenharia e Combate	Rua Djalma Maranhão, s/n, Nova Descoberta

ANEXO XVIII – MODELO DE DECRETO MUNICIPAL DA SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Endereço do gabinete [do governador/prefeito municipal com CEP]
CNPJ: [nº]
Telefone do Gabinete: [nº com DDD] – Telefone da [COMPDEC/CEPDEC]: [nº com DDD]
E-mail do Gabinete: [e-mail] – E-mail da [COMPDEC/CEPDEC]: [e-mail]

GOVERNO DO ESTADO [NOME] OU PREFEITURA MUNICIPAL [NOME]

DECRETO n. [0000], de [dia] de [mês] de [ano].

Declara [Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública] nas áreas do [estado/município] afetadas por [desastre – COBRADE; Exemplo: Inundação – COBRADE 1.2.1.0.0], conforme a Instrução Normativa MDR nº 36/2020.

O(A) Senhor(a) [nome completo], [Governador(a) do Estado de... / Prefeito(a) do Município de... localizado no Estado de...], no uso de suas atribuições legais, conferidas pela [Inserir o nº da Lei Estadual/Municipal] e pelo [Inciso VII do Art. 7º / Inciso VI do artigo 8º] da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

CONSIDERANDO:

I – Que [descrição sucinta do evento que causou o desastre, a data e a hora de ocorrência, sua duração e localização no território do estado/município];

II- Que em decorrência do referido evento ocorreram [descrição sucinta dos danos humanos, materiais e/ou ambientais causados pelo desastre] e que são necessárias [descrição sucinta das ações de resposta e/ou reconstrução e/ou outros benefícios ou ações federais necessárias para restabelecer a normalidade local];

III – Que a fundamentação deste ato, com o detalhamento do desastre, consta em Parecer Técnico do(a) [nome do órgão de Proteção e Defesa Civil do estado/município] favorável à declaração da situação de anormalidade, conforme disposto no § 2º do Art. 2º da Instrução Normativa MDR nº 36 de 04 de dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a(o) [Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública] nas áreas do [estado/município] registradas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como [desastre – COBRADE], conforme o anexo V da Instrução Normativa MDR nº 36/2020.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos [estaduais/municipais] para atuarem sob a coordenação do(a) [nome do órgão de Proteção e Defesa Civil do estado/município], nas ações de resposta ao desastre e reconstrução das áreas afetadas.

Endereço do gabinete [do governador/prefeito municipal com CEP]
CNPJ: [nº]
Telefone do Gabinete: [nº com DDD] – Telefone da [COMPDEC/CEPDEC]: [nº com DDD]
E-mail do Gabinete: [e-mail] – E-mail da [COMPDEC/CEPDEC]: [e-mail]

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários e a realização de campanhas de arrecadação de recursos para reforçar as ações de resposta ao desastre, com o objetivo de assistir a população afetada pelo desastre, sob a coordenação do(a) [nome do órgão de Proteção e Defesa Civil do estado/município].

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de proteção e defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:
I – adentrar em residências para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
Parágrafo único: Será responsabilizado o agente de proteção e defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco de desastre.
§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.
§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com fulcro no Inciso VIII do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), é dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa já contratada com base no disposto no citado inciso.

Art. 7º. Este Decreto tem validade por [prazo de vigência do decreto, máximo de 180 (cento e oitenta)] dias e entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do(a) [Governador(a) / Prefeito(a)], em [dia] de [mês] de [ano].

[nome]
Governador(a) / Prefeito(a) Municipal

ANEXO XIX – MODELO DE OFÍCIO MUNICIPAL DE REQUERIMENTO DE RECONHECIMENTO FEDERAL

(OFÍCIO DE REQUERIMENTO DE RECONHECIMENTO FEDERAL - MODELO)

[timbre]
[órgão proponente]
[endereço com CEP]
[números de telefone/fax e e-mail]

Ofício nº [00/ano/sigla da área/órgão]

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Ao Senhor
[Nome do Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil]
Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 7º andar, Sala 704
CEP: 70.067-901 – Brasília/DF

Assunto: **Solicitação de Reconhecimento Federal**.

Senhor Secretário Nacional,

1. [Introdução], com fulcro na Instrução Normativa nº 36 de 04 de dezembro de 2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional, participo a ocorrência de situação de anormalidade por desastre, registrada no sistema S2iD, em resumo:

UF:	Município:
Desastre: [classificação conforme decretação e FIDE]	Data do desastre: [00/00/0000]
Decreto [nº e data]	Publicação do decreto: [Diário Oficial Municipal/Estadual nº e data]
Situação de Anormalidade: [situação de emergência ou estado de calamidade pública]	Protocolo S2iD: [UF-F-0000000-00000-00000000]

2. Tendo em vista as informações apresentadas no Formulário de Informações do Desastre (FIDE) e demais documentos enviados por meio do protocolo S2iD supracitado, **solicita-se o reconhecimento federal da situação de anormalidade decretada devido à necessidade de apoio federal para** [descrever sucintamente os benefícios federais a serem pleiteados e motivadores da necessidade do reconhecimento federal].

3. Para todos os fins, e em conformidade com a legislação vigente, **declaro ciência e ratifico as informações contidas nos documentos e formulários eletrônicos contidos no Protocolo S2ID supracitado.**

Atenciosamente,

[Nome e assinatura]
Prefeito Municipal

Se pleito estadual:
[Nome e assinatura]
Governador ou Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil

ANEXO XX – MODELO DE PARECER FAVORÁVEL DO ÓRGÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

MODELO – PARECER TÉCNICO / RECONHECIMENTO ESTADUAL

GOVERNO DO ESTADO [nome] OU PREFEITURA MUNICIPAL [nome]

[ÓRGÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL]
[Endereço com CEP]
[Números de telefone e e-mail]

PARECER TÉCNICO Nº. [000/ANO]

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Assunto: [Decretação ou Reconhecimento estadual] de situação de anormalidade

I. INFORMAÇÕES GERAIS

O presente parecer versa sobre o **desastre e situação de anormalidade** abaixo resumida.

A. INFORMAÇÕES GERAIS			
UF:	Município(s):		
Decreto [Se já publicado: nº e data]	Publicação: [Diário Oficial Municipal/Estadual n. e data]		
CÓDIGO COBRADE:	TIPO:	DATA:	HORA:
CAUSAS E RECORRÊNCIA:			
Situação de Anormalidade: [SE/ECP]	Desastre Nível [I, II ou III]		
Protocolo de Registro no S2ID: [Se já registrado: UF-F-0000000-00000-00000000]			

II. EFEITOS DO DESASTRE

Em decorrência do levantamento de danos e prejuízos, seguem as principais informações dos efeitos **diretos** do desastre em tela.

B. DANOS HUMANOS: [Breve descrição qualiquantitativa dos danos, conforme registrado no Decreto e FIDE, relacionando-os aos respectivos prejuízos]
C. DANOS MATERIAIS: [Breve descrição qualiquantitativa dos danos, conforme registrado no Decreto e FIDE, relacionando-os aos respectivos prejuízos]
D. DANOS AMBIENTAIS: [Breve descrição qualiquantitativa dos danos, conforme registrado no Decreto e FIDE, relacionando-os aos respectivos prejuízos]

III. AÇÕES DE RESPOSTA REALIZADAS

Com base no Plano de Contingência para o desastre em tela, as seguintes ações emergenciais foram executadas.

E. MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS HUMANOS E INSTITUCIONAIS:
[Breve descrição qualiquantitativa dos recursos, conforme as informações gerais da atuação emergencial descrita no FIDE, relacionando-os aos recursos financeiros envolvidos]
F. MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS MATERIAIS:
[Breve descrição qualiquantitativa dos recursos, conforme as informações gerais da atuação emergencial descrita no FIDE, relacionando-os aos recursos financeiros envolvidos]

IV. CONCLUSÃO

Diante do exposto, **conclui-se que a situação de anormalidade se apresenta fundamentada para fins de [decretação OU Reconhecimento estadual], conforme as normas vigentes.**

Em caso de necessidade de apoio complementar federal, o requerimento para o reconhecimento federal deve ser enviado à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, conforme os procedimentos e documentação previstos na **Instrução Normativa n. 36/2020.**

É o parecer.

[Local], [dia] de [mês] de [ano.]

[Assinatura]
[Nome]
[Coordenador (Estadual/Municipal) de Proteção e Defesa Civil]

ANEXO XXI – FORMULÁRIOS A SEREM PREENCHIDOS NO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES SOBRE DESASTRES

SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – SINPDEC						
DEFESA CIVIL BRASIL	Formulário de Informações do Desastre – FIDE					
1. IDENTIFICAÇÃO SEMAD						
UF:		MUNICÍPIO:				
POPULAÇÃO (HABITANTES):	PIB (ANUAL):	ORÇAMENTO (ANUAL):	ARRECADAÇÃO (ANUAL):			
	R$	R$	R$			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL						
TOTAL ANUAL: R$		MÉDIA MENSAL: R$				
2. TIPIFICAÇÃO DEFESA CIVIL		3. DATA DE OCORRÊNCIA DEFESA CIVIL				
COBRADE	DENOMINAÇÃO (TIPO OU SUBTIPO)	DIA	MÊS	ANO	HORÁRIO	
4. ÁREA AFETADA/TIPO DE OCUPAÇÃO DEFESA CIVIL	Não Existe/ Não Afetada	Urbana	Rural	Urbana e Rural		
RESIDENCIAL						
COMERCIAL						
INDUSTRIAL						
AGRÍCOLA						
PECUÁRIA						
EXTRATIVISMO VEGETAL						
RESERVA FLORESTAL OU APA						
MINERAÇÃO						
TURISMO E OUTRAS						
DESCRIÇÃO DAS ÁREAS AFETADAS (ESPECIFICAR SE URBANA E/OU RURAL):						
5. CAUSAS E EFEITOS DO DESASTRE - DESCRIÇÃO DO EVENTO E SUAS CARACTERÍSTICAS: DEFESA CIVIL						

6. DANOS HUMANOS, MATERIAIS OU AMBIENTAIS (SEMTAS, SEHARPE, SMS, GUARDA MUNICIPAL)		
6.1 – DANOS HUMANOS	TIPO	Nº DE PESSOAS
	MORTOS	
	FERIDOS	
	ENFERMOS	
	DESABRIGADOS	
	DESALOJADOS	
	DESAPARECIDOS	
	OUTROS AFETADOS	
	TOTAL DE AFETADOS	
DESCRIÇÃO DOS DANOS HUMANOS:		

6.2 – DANOS MATERIAIS SEINFRA DEFESA CIVIL	TIPO	QUANTIDADES DESTRUÍDAS	QUANTIDADES DANIFICADAS	VALOR (R$)
	UNIDADES HABITACIONAIS			
	INSTALAÇÕES PÚBLICAS DE SAÚDE			
	INSTALAÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO			
	INSTALAÇÕES PÚBLICAS PRESTADORAS DE OUTROS SERVIÇOS			
	INSTALAÇÕES PÚBLICAS DE USO COMUNITÁRIO			
	OBRAS DE INFRAESTRUTURA PÚBLICA			
DESCRIÇÃO DOS DANOS MATERIAIS:				

6.3 – DANOS AMBIENTAIS SEMURB GUARDA AMBIENTAL SMS		TIPO	POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO ATINGIDA
	CONTAMINAÇÃO DO AR	( ) 0 A 5% ( ) 5 A 10% ( ) 10 A 20% ( ) MAIS DE 20%	
	CONTAMINAÇÃO DA ÁGUA	( ) 0 A 5% ( ) 5 A 10% ( ) 10 A 20% ( ) MAIS DE 20%	
	CONTAMINAÇÃO DO SOLO	( ) 0 A 5% ( ) 5 A 10% ( ) 10 A 20% ( ) MAIS DE 20%	
	DIMINUIÇÃO OU EXAURIMENTO HÍDRICO	( ) 0 A 5% ( ) 5 A 10% ( ) 10 A 20% ( ) MAIS DE 20%	
	INCÊNDIO EM PARQUES, APAS OU APPS	ÁREA ATINGIDA ( ) ATÉ 40% ( ) MAIS DE 40%	
DESCRIÇÃO DOS DANOS AMBIENTAIS:			

7. PREJUÍZOS ECONÔMICOS PÚBLICOS E PRIVADOS		
7.1	SERVIÇOS ESSENCIAIS PREJUDICADOS	VALOR PARA RESTABELECIMENTO (R$)
	ASSISTÊNCIA MÉDICA, SAÚDE PÚBLICA E ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIAS MÉDICAS	
	ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL	
	ESGOTO DE ÁGUAS PLUVIAIS E SISTEMA DE ESGOTOS SANITÁRIOS	
	SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E DE RECOLHIMENTO E DESTINAÇÃO DO LIXO	
	SISTEMA DE DESINFESTAÇÃO/DESINFECÇÃO DO HABITAT/CONTROLE DE PRAGAS E VETORES	
	GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	
	TELECOMUNICAÇÕES	
	TRANSPORTES LOCAIS, REGIONAIS E DE LONGO CURSO	
	DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (ESPECIALMENTE OS DE USO DOMÉSTICO)	
	SEGURANÇA PÚBLICA	
	ENSINO	
	VALOR TOTAL DOS PREJUÍZOS PÚBLICOS	
DESCRIÇÃO DOS PREJUÍZOS ECONÔMICOS PÚBLICOS:		

7.2 –	SETORES DA ECONOMIA	VALOR (R$)
	AGRICULTURA	
	PECUÁRIA	
	INDÚSTRIA	
	COMÉRCIO	
	SERVIÇOS	
	VALOR TOTAL DOS PREJUÍZOS PRIVADOS	
Descrição dos Prejuízos Econômicos Privados:		

<table>
<tr><td colspan="6">8. INSTITUIÇÃO INFORMANTE</td></tr>
<tr><td colspan="2">NOME DA INSTITUIÇÃO:

ENDEREÇO:

CEP:

E-MAIL:</td><td colspan="4">NOME DO RESPONSÁVEL:</td></tr>
<tr><td rowspan="2">CARGO:</td><td rowspan="2">ASSINATURA
E CARIMBO</td><td rowspan="2">TELEFONES:

( )

( )</td><td>DIA</td><td>MÊS</td><td>ANO</td></tr>
<tr><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td colspan="4">9. INSTITUIÇÕES INFORMADAS (DEFESA CIVIL)</td><td>SIM</td><td>NÃO</td></tr>
<tr><td colspan="4">ÓRGÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL</td><td></td><td></td></tr>
<tr><td colspan="4">SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SEDEC</td><td></td><td></td></tr>
<tr><td colspan="6">SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SEDEC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO E, 7º ANDAR
CEP: 70.067-901 - BRASÍLIA/DF
TELEFONE PLANTÃO: 0800 644 0199</td></tr>
</table>

SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – SINPDEC	
DECLARAÇÃO MUNICIPAL DE ATUAÇÃO EMERGENCIAL - DMATE	
MUNICÍPIO:	UF:

1. CARACTERIZAÇÃO DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA: (DEFESA CIVIL)	SIM	NÃO
A MAGNITUDE DO EVENTO SUPEROU A CAPACIDADE DE GESTÃO DO DESASTRE PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL		
OS DANOS E PREJUÍZOS COMPROMETERAM A CAPACIDADE DE RESPOSTA DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, FICOU E ESTÁ COMPROMETIDA		
OS PREJUÍZOS ECONÔMICOS PÚBLICOS FORAM CAUSADOS POR ESSE DESASTRE		
OS PREJUÍZOS ECONÔMICOS PÚBLICOS DESSE DESASTRE FORAM SEPARADOS DOS PRIVADOS		
INFORME, RESUMIDAMENTE, ESSES DANOS E PREJUÍZOS:		

2. INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE O DESASTRE (DEFESA CIVIL)	SIM	NÃO

3. INFORMAÇÕES SOBRE CAPACIDADE GERENCIAL DO MUNICÍPIO (DEFESA CIVIL)	SIM	NÃO
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO/TÁTICO/OPERACIONAL MUNICIPAL		
JÁ FOI EFETUADO O MAPEAMENTO DAS ÁREAS DE RISCO NESTE MUNICÍPIO		
O MUNICÍPIO POSSUI COMDEC OU ÓRGÃO CORRESPONDENTE		
EXISTE PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA O TIPO DE DESASTRE OCORRIDO		
FORAM REALIZADOS SIMULADOS DE EVACUAÇÃO DA POPULAÇÃO NAS ÁREAS DE RISCO DO MUNICÍPIO		
ESSE DESASTRE FOI PREVISTO E TEM RECURSO ORÇAMENTÁRIO NA LOA ATUAL		
EXISTE UM PROGRAMA/PROJETO PARA ENFRENTAMENTO DESSE PROBLEMA COM INCLUSÃO NO PPA		
ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES ESTADUAIS APOIAM A DEFESA CIVIL MUNICIPAL		
INFORME AS DIFICULDADES DO MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO DESASTRE		

4. MEDIDAS E AÇÕES EM CURSO: INDICAR AS MEDIDAS E AÇÕES DE SOCORRO, ASSISTÊNCIA E DE REABILITAÇÃO DO CENÁRIO ADOTADAS PELO ESTADO.

4.1 MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS HUMANOS E INSTITUCIONAIS
INDICAR O EMPREGO COM: "S" PARA SIM, "N" PARA NÃO. MARCAR "NA" COM UM "X" CASO NECESSITE APOIO. (DEFESA CIVIL)

PESSOAL / EQUIPES EMPREGADAS	S/N	NA	QUANT.
APOIO À SAÚDE E SAÚDE PÚBLICA			
AVALIAÇÃO DE DANOS			
REABILITAÇÃO DE CENÁRIOS (OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS GERAIS)			
ASSISTÊNCIA MÉDICA			
BUSCA, RESGATE E SALVAMENTO			
SEGURANÇA PÚBLICA			
AJUDA HUMANITÁRIA			
PROMOÇÃO, ASSISTÊNCIA E COMUNICAÇÃO SOCIAL			
OUTROS			

DESCREVER OUTROS E/OU DETALHAR, QUANDO FOR O CASO, O PESSOAL

E EQUIPES JÁ EMPREGADOS OU MOBILIZADOS.

4.2 MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS MATERIAIS: (DEFESA CIVIL, SEINFRA, SEMTAS)
INDICAR O EMPREGO COM: "S" PARA SIM, "N" PARA NÃO. MARCAR "NA" COM UM "X" CASO NECESSITE APOIO.

MATERIAL / EQUIPAMENTO EMPREGADO	S/N	NA	QUANT.
HELICÓPTEROS, BARCOS, VEÍCULOS, AMBULÂNCIAS, OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE			
EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS			
ÁGUA POTÁVEL/ ALIMENTOS/MEDICAMENTOS			
MATERIAL DE USO PESSOAL (ASSEIO E HIGIENE, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, VESTUÁRIO, CALÇADOS ETC.)			
MATERIAL DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO, DESINFESTAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS E VETORES			
OUTROS			

DESCREVER E/OU DETALHAR, QUANDO FOR O CASO, OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS JÁ EMPREGADOS OU PROVIDENCIADOS.

4.3. MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS FINANCEIROS
INDICAR O EMPREGO COM: "S" PARA SIM, "N" PARA NÃO. MARCAR "NA" COM UM "X" CASO NECESSITE APOIO. (SEMAD, SEMPLA, DEFESA CIVIL)

VALOR FINANCEIRO EMPREGADO	S/N	NA	VALOR (R$)
ORIUNDOS DE FONTE ORÇAMENTÁRIA MUNICIPAL			
ORIUNDOS DE FONTE EXTRA ORÇAMENTÁRIA MUNICIPAL			
ORIUNDOS DE DOAÇÕES: PESSOAS FÍSICAS, PESSOAS JURÍDICAS, ONG			
ORIUNDOS DE OUTRAS FONTES			

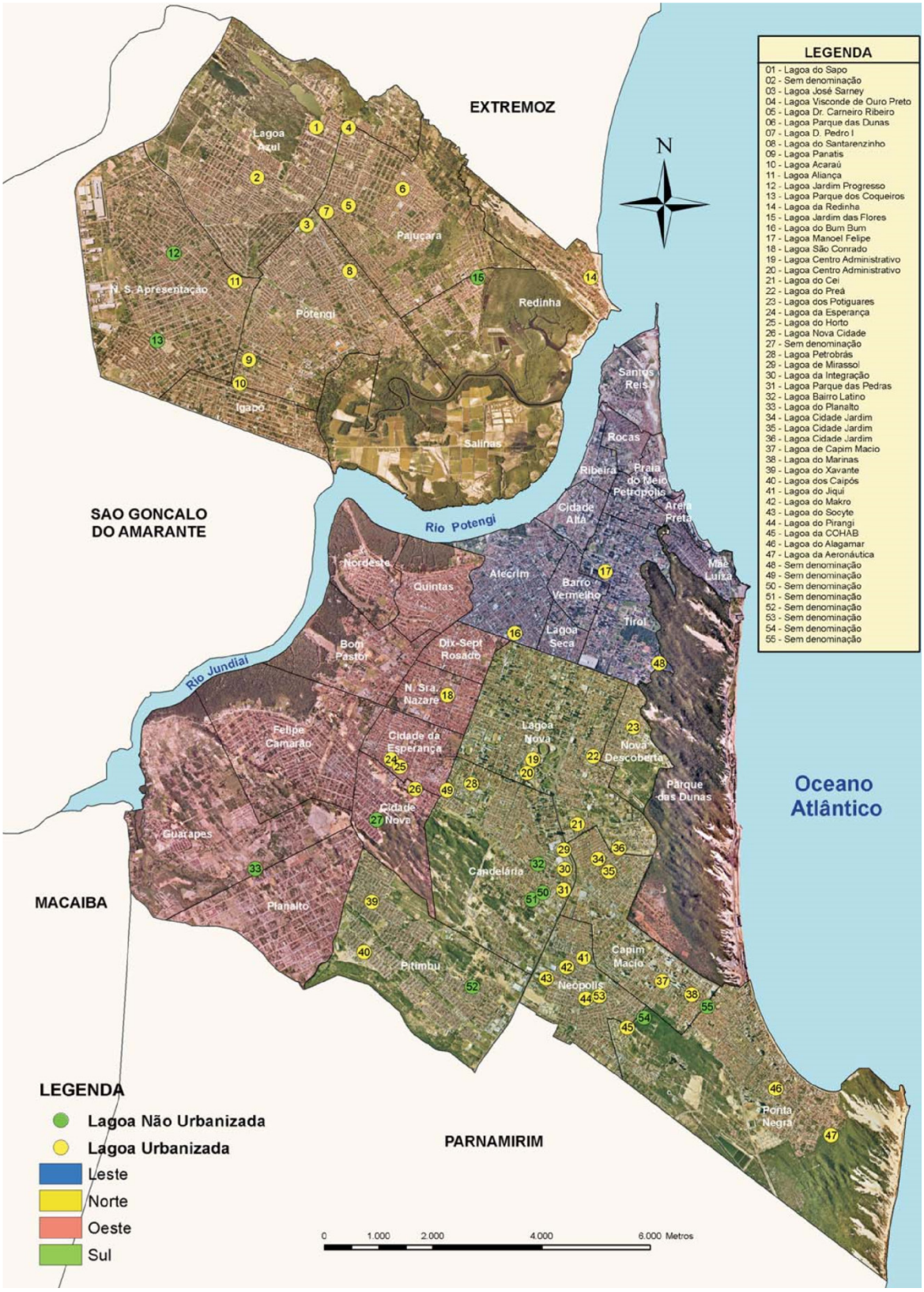
DESCREVER E/OU DETALHAR

5. INFORMAÇÕES PARA CONTATO

ÓRGÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL:
TELEFONE: ( )
CELULAR: ( )
FAX: ( )
E-MAIL:

LOCAL E DATA : , DE DE 20_

ANEXO XXII – CARACTERIZAÇÃO DAS LAGOAS DE CAPTAÇÃO



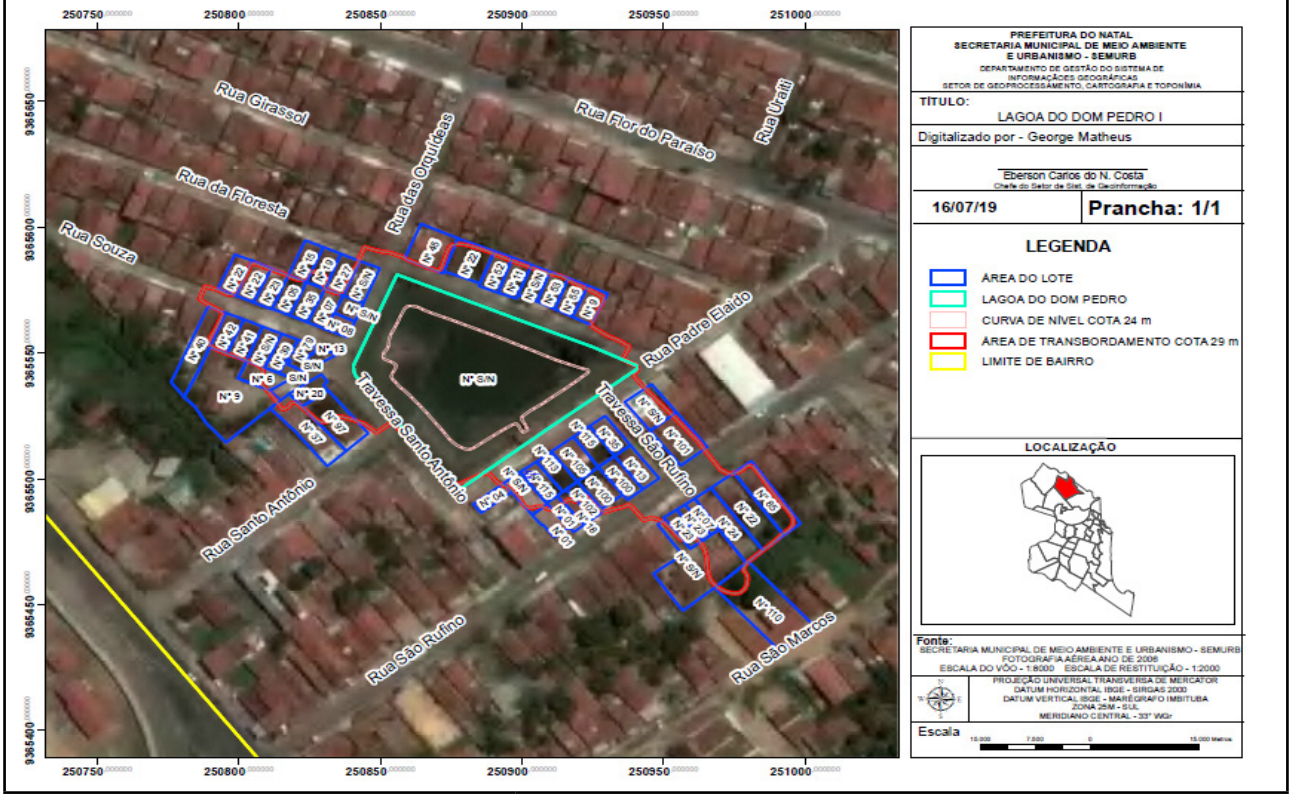
01 - LAGOA DO GRAMOREZINHO (OU SAPO)	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Lagoa Azul
ENDEREÇO:	Rua Guamorema
COORDENADAS:	-5.721303, -35.251155
ESTRUTURA FÍSICA	
DESCRIÇÃO:	Não possui bombas, guaritas e nem cerca de proteção.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Baixo 🟢	Ao longo do seu funcionamento, não apresentou riscos adversos, como transbordamentos e inundações na área do entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

03 - LAGOA JOSÉ SARNEY	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Potengi
ENDEREÇO:	Rua Votuporanga
COORDENADAS:	-5.737758, -35.252657
ESTRUTURA FÍSICA:	
DESCRIÇÃO:	Não possui bombas e nem guarita.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Alto 🔴	Ao longo do seu funcionamento, não apresentou riscos adversos, como transbordamentos e inundações na área do entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

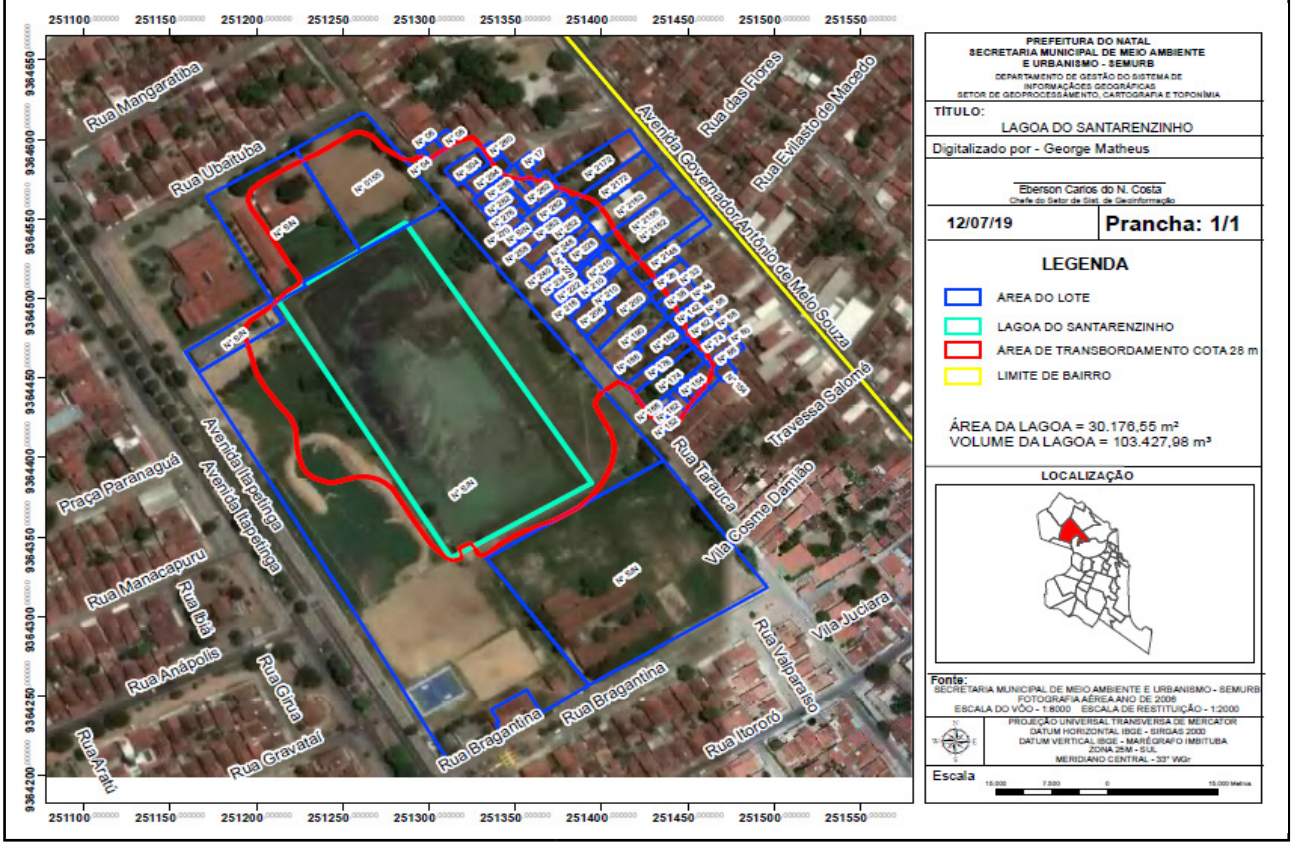
04 - LAGOA DO PAJUÇARA 2 (OU VISCONDE DE OURO PRETO)	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Pajuçara I
ENDEREÇO:	Rua Visconde de Ouro Preto
COORDENADAS:	-5.721519, -35.245734
ESTRUTURA FÍSICA:	
DESCRIÇÃO:	Não possui bombas.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Baixo 🟢	Ao longo do seu funcionamento, não apresentou riscos adversos, como transbordamentos e inundações na área do entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

05 - LAGOA VILA VERDE I (PAJUÇARA, OU DR. CARNEIRO RIBEIRO)	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Pajuçara II
ENDEREÇO:	Rua Dr. Carneiro Ribeiro
COORDENADAS:	-5.734553, -35.245705
ESTRUTURA FÍSICA	
DESCRIÇÃO:	Não possui bombas e nem guaritas.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Baixo 🟢	Ao longo do seu funcionamento, não apresentou riscos adversos, como transbordamentos e inundações na área do entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

07 - LAGOA DOM PEDRO I	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Pajuçara II
ENDEREÇO:	Rua Padre Elálio
ESTRUTURA FÍSICA:	
ESTAÇÃO ELEVATÓRIA	Em operação
CAP. DE BOMBAS	Capacidade para 2 bombas
QUANT. DE BOMBAS	2 bombas
QUANT. DE BOMBAS FUNC.	2 bombas funcionando
TUBULAÇÃO DE SUCÇÃO	Tubulação de 150mm
TUBULAÇÃO ADUTORA	Tubulação de 150mm
REGISTRO DE GAVETA	2 registros de gaveta
VÁLVULAS DE RETENÇÃO	2 válvulas de retenção
QUADROS ELÉTRICOS	2 quadros elétricos
BOIAS DE ACIONAMENTO	0 kit
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Elevado 🔴	Possui risco de alagamento, podendo ainda inundar edificações, conforme índice pluviométrico, e aprisionar veículos.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas. Manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.



08 - LAGOA DE SANTARÉM (OU NOVA REPÚBLICA)	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Potengi
ENDEREÇO:	Rua Taraucá com Av. Itapetinga.
ESTRUTURA FÍSICA:	
ESTAÇÃO ELEVATÓRIA	Em operação
CAP. DE BOMBAS	Capacidade para 2 bombas
QUANT. DE BOMBAS	2 bombas
QUANT. DE BOMBAS FUNC.	2 bombas funcionando
TUBULAÇÃO DE SUCÇÃO	Tubulação de 250mm
TUBULAÇÃO ADUTORA	Tubulação de 300mm
REGISTRO DE GAVETA	2 registros de gaveta
VÁLVULAS DE RETENÇÃO	2 válvulas de retenção
QUADROS ELÉTRICOS	2 quadros elétricos
BOIAS DE ACIONAMENTO	1 kit
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Elevado ●	Possui risco de alagamento, principalmente em direção à Rua Taraucá, podendo ainda inundar edificações, conforme índice pluviométrico, e aprisionar veículos.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.



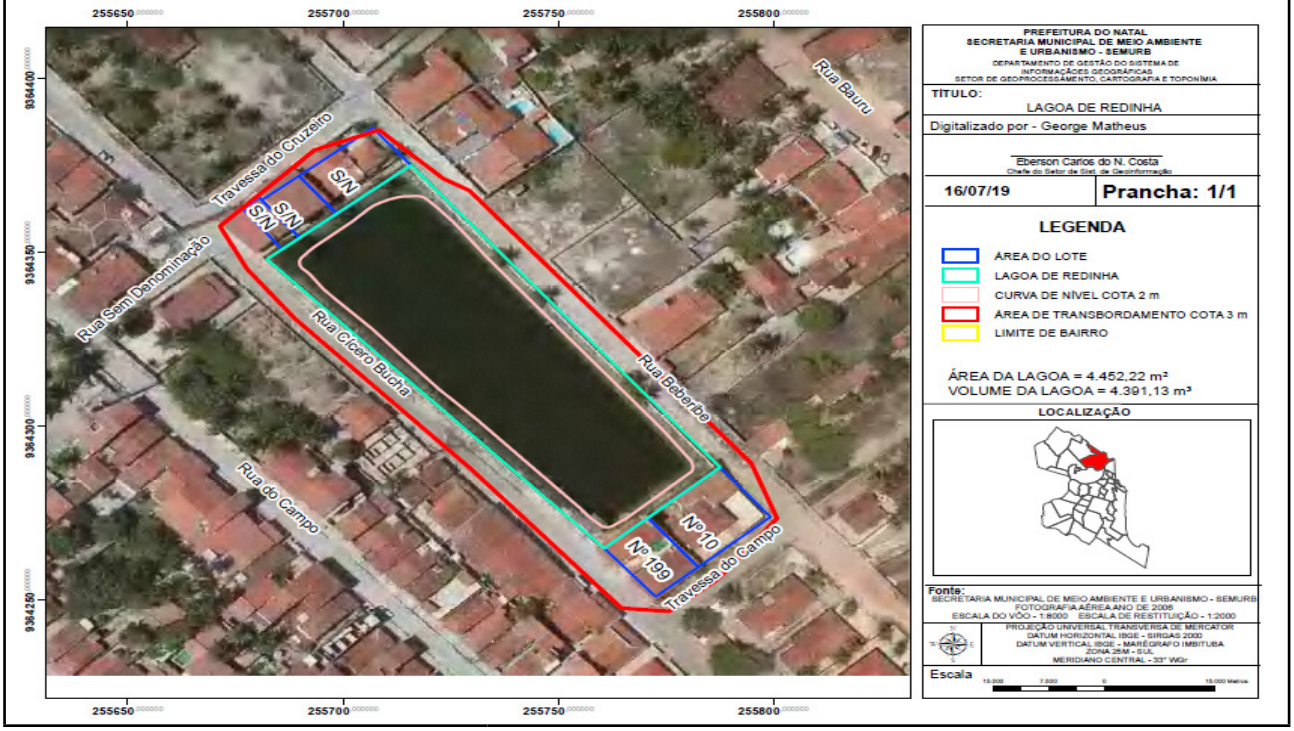
09 - LAGOA DO PANATIS	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Bairro Potengi, Conjunto Panatis
ENDEREÇO:	Rua Laureano Gomes
COORDENADAS:	-5.760649, -35.262157
ESTRUTURA FÍSICA:	
DESCRIÇÃO:	Não possui bombas, guaritas e nem cerca de proteção.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Médio 🟢	Pode oferecer eventos adversos de transbordamento e inundação no entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

11 - LAGOA ALIANÇA	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Rocas - Nova Aliança
ENDEREÇO:	Rua Mestre Lucarino
COORDENADAS:	
ESTRUTURA FÍSICA	
DESCRIÇÃO:	Não possui bombas e nem refletores, logo, apresenta cerca de proteção.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Baixo 🟢	Ao longo do seu funcionamento, não apresentou riscos adversos, como transbordamentos e inundações na área do entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

12 - LAGOA DO JARDIM PRIMAVERA (OU JARDIM PROGRESSO)	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Nossa Srª. da Apresentação
ENDEREÇO:	Rua Rizomar Correia dos Santos
COORDENADAS:	-5.742175, -35.274972
ESTRUTURA FÍSICA:	
DESCRIÇÃO:	Não possui bombas, logo, apresenta cerca e mureta de proteção.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Alto 🔴	Pode oferecer eventos adversos de transbordamento e inundação no entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

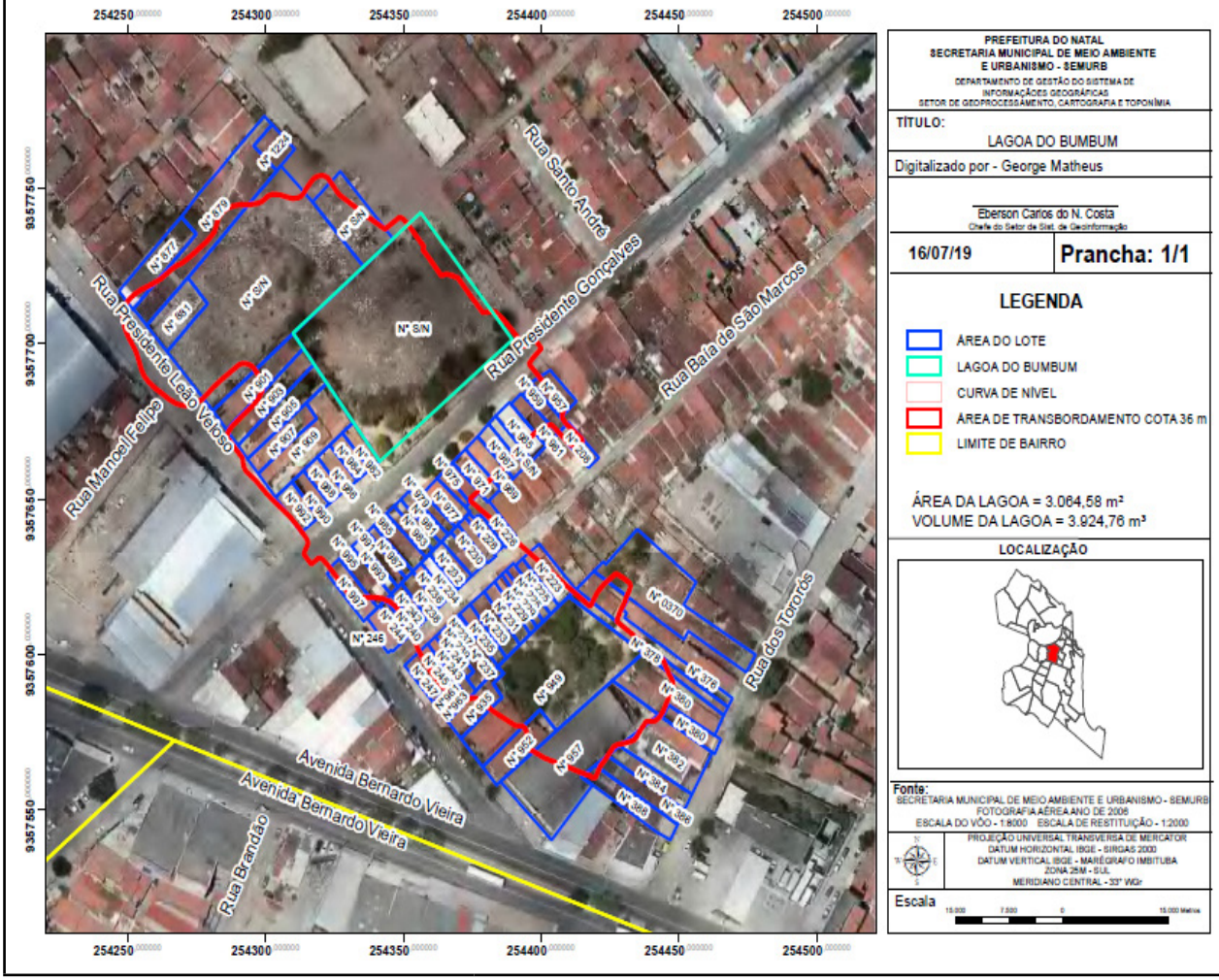
13 - LAGOA DO PARQUE DOS COQUEIROS	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Nossa Srª. da Apresentação
ENDEREÇO:	Rua das Seringueiras
COORDENADAS:	-5.757120, -35.277508
ESTRUTURA FÍSICA:	
DESCRIÇÃO:	Não possui bombas.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO:Baixo 🟢	Ao longo do seu funcionamento, não apresentou riscos adversos, como transbordamentos e inundações na área do entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

14 - LAGOA DA REDINHA 2	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Bairro Redinha
ENDEREÇO:	Rua Cícero Bucha
ESTRUTURA FÍSICA	
DESCRIÇÃO:	Possui 2 bombas e cerca de proteção.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO:Baixo 🟢	Ao longo do seu funcionamento, não apresentou riscos adversos, como transbordamentos e inundações na área do entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.



15 - LAGOA DA REDINHA 1 (OU JARDIM DAS FLORES)	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Redinha
ENDEREÇO:	Rua Padre Cícero Romão
COORDENADAS:	-5.743415, -35.213200
ESTRUTURA FÍSICA	
DESCRIÇÃO:	Não possui bombas, guaritas e nem refletores, entretanto, apresenta cerca de proteção.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO:Baixo 🟢	Ao longo do seu funcionamento, não apresentou riscos adversos, como transbordamentos e inundações na área do entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

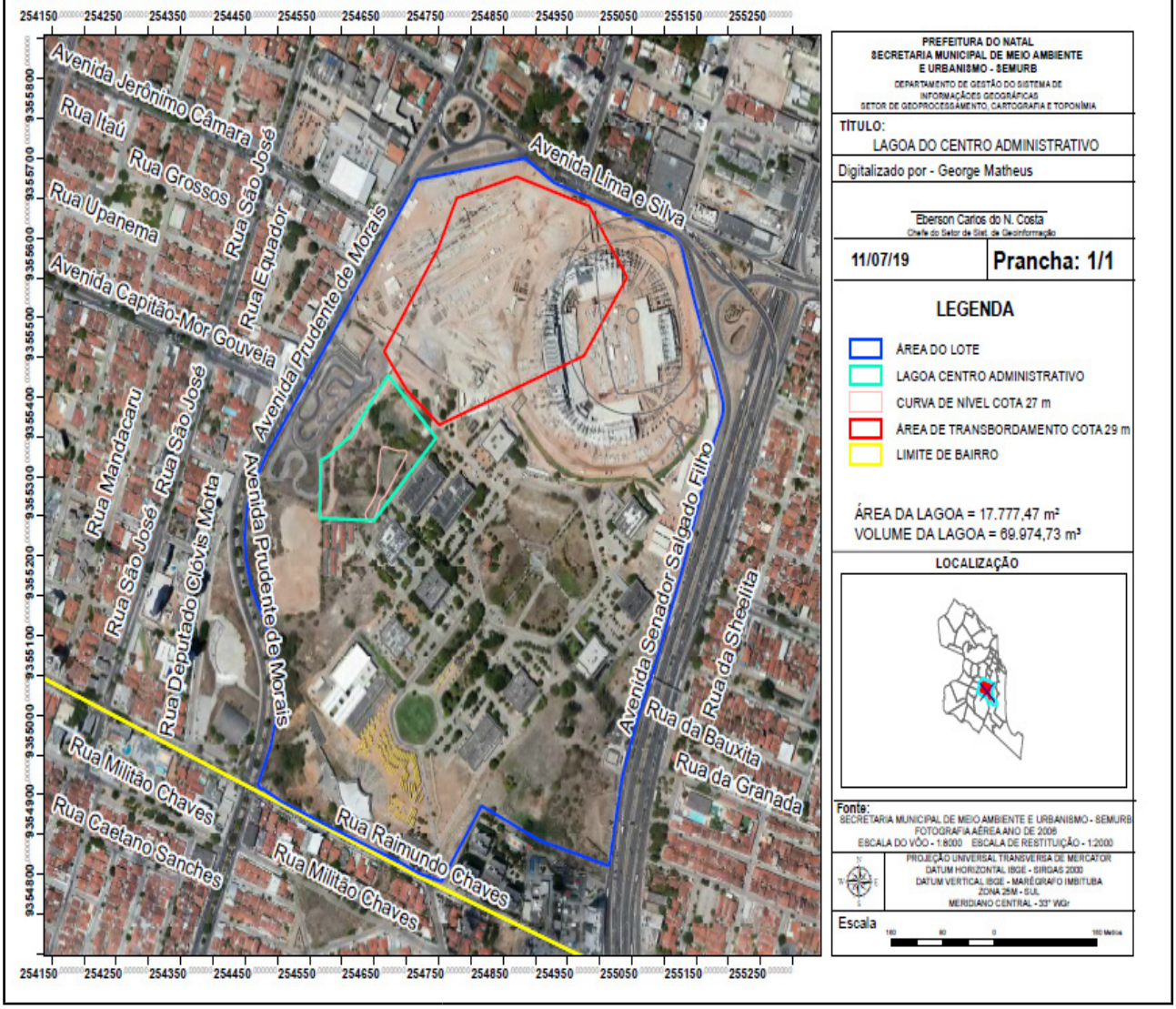
16 - LAGOA DO BUMBUM	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Alecrim
ENDEREÇO:	Próxima ao mercado da Av. 4
ESTRUTURA FÍSICA:	
DESCRIÇÃO:	
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO:Baixo 🟢	Ao longo do seu funcionamento, não apresentou riscos adversos, como transbordamentos e inundações na área do entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.



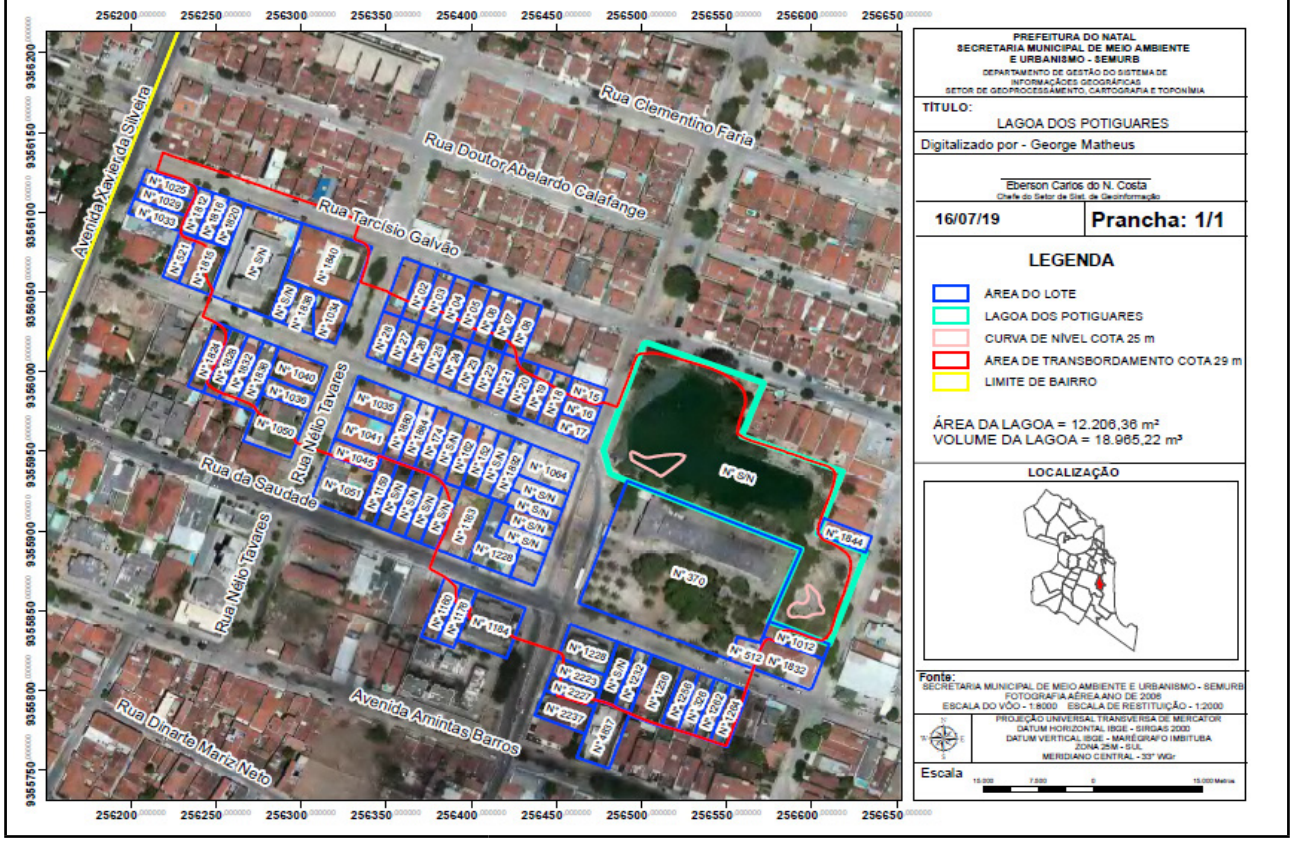
18 - LAGOA DE SÃO CONRADO	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Dix-Sept Rosado
ENDEREÇO:	Av. Interventor Mário Câmara
ESTRUTURA FÍSICA	
ESTAÇÃO ELEVATÓRIA	Em operação
CAP. DE BOMBAS	Capacidade para 2 bombas
QUANT. DE BOMBAS	2 bombas
QUANT. DE BOMBAS FUNCIONANDO	1 bomba funcionando
TUBULAÇÃO DE SUCÇÃO	Tubulação de 250mm
TUBULAÇÃO ADUTORA	Tubulação de 300mm
REGISTRO DE GAVETA	2 registros de gaveta
VÁLVULAS DE RETENÇÃO	3 válvulas de retenção
QUADROS ELÉTRICOS	2 quadros elétricos
BOIAS DE ACIONAMENTO	1 kit
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Médio 🟢	Pode oferecer eventos adversos de transbordamento e inundação no entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.



19 - LAGOA DO CENTRO ADMINISTRATIVO 1	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Lagoa Nova
ENDEREÇO:	Próxima do Centro Administrativo L1
ESTRUTURA FÍSICA	
DESCRIÇÃO:	Lagoa apresenta cerca de proteção e iluminação.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO:Baixo ●	Ao longo do seu funcionamento, não apresentou riscos adversos, como transbordamentos e inundações na área do entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.



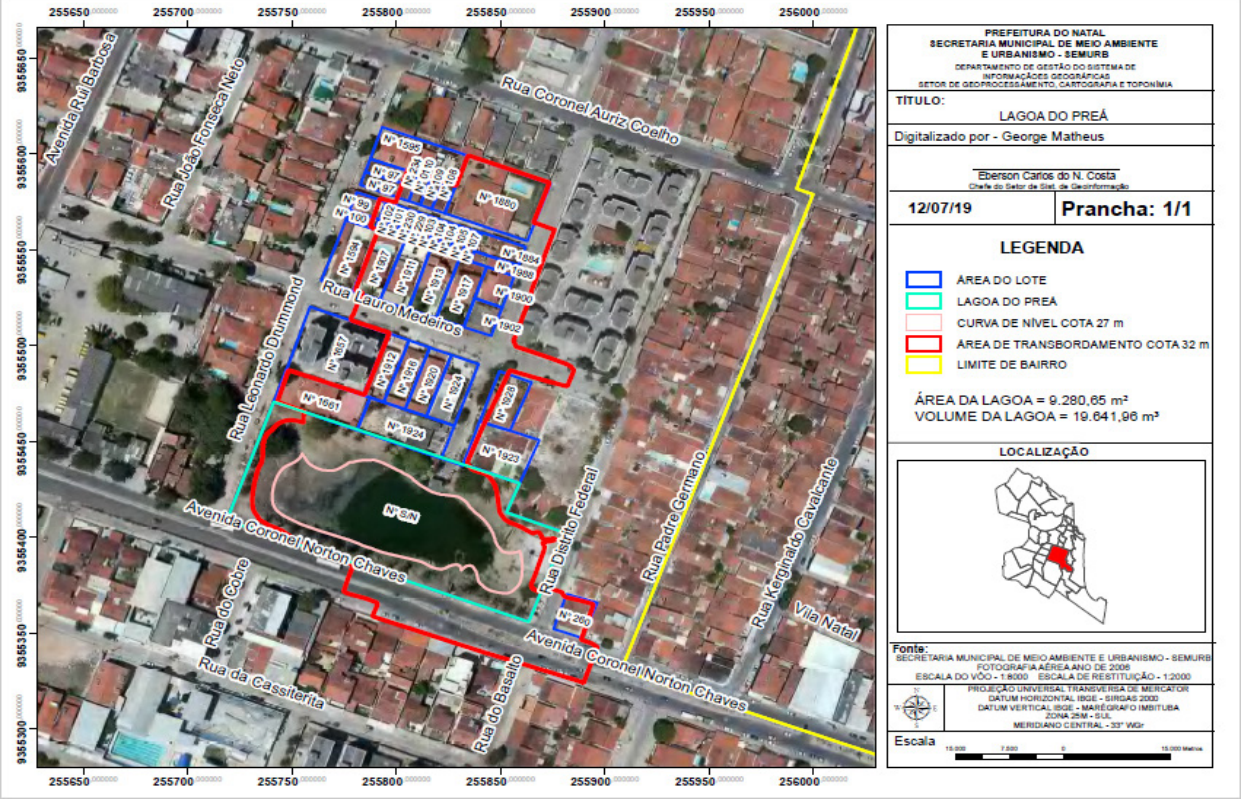
23 - LAGOA DOS POTIGUARES (OU MORRO BRANCO)	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Nova Descoberta
ENDEREÇO:	Av. Brigadeiro Gomes Ribeiro
ESTRUTURA FÍSICA	
ESTAÇÃO ELEVATÓRIA	Em operação
CAP. DE BOMBAS	Capacidade para 3 bombas
QUANT. DE BOMBAS	2 bombas
QUANT. DE BOMBAS FUNC.	1 bomba funcionando
TUBULAÇÃO DE SUCÇÃO	Tubulação de 250mm
TUBULAÇÃO ADUTORA	Tubulação de 300mm
REGISTRO DE GAVETA	2 registros de gaveta
VÁLVULAS DE RETENÇÃO	2 válvulas de retenção
QUADROS ELÉTRICOS	2 quadros elétricos
BOIAS DE ACIONAMENTO	2 kits
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Elevado 🔴	Possui risco de alagamento, podendo ainda inundar edificações, conforme índice pluviométrico, e aprisionar veículos.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.



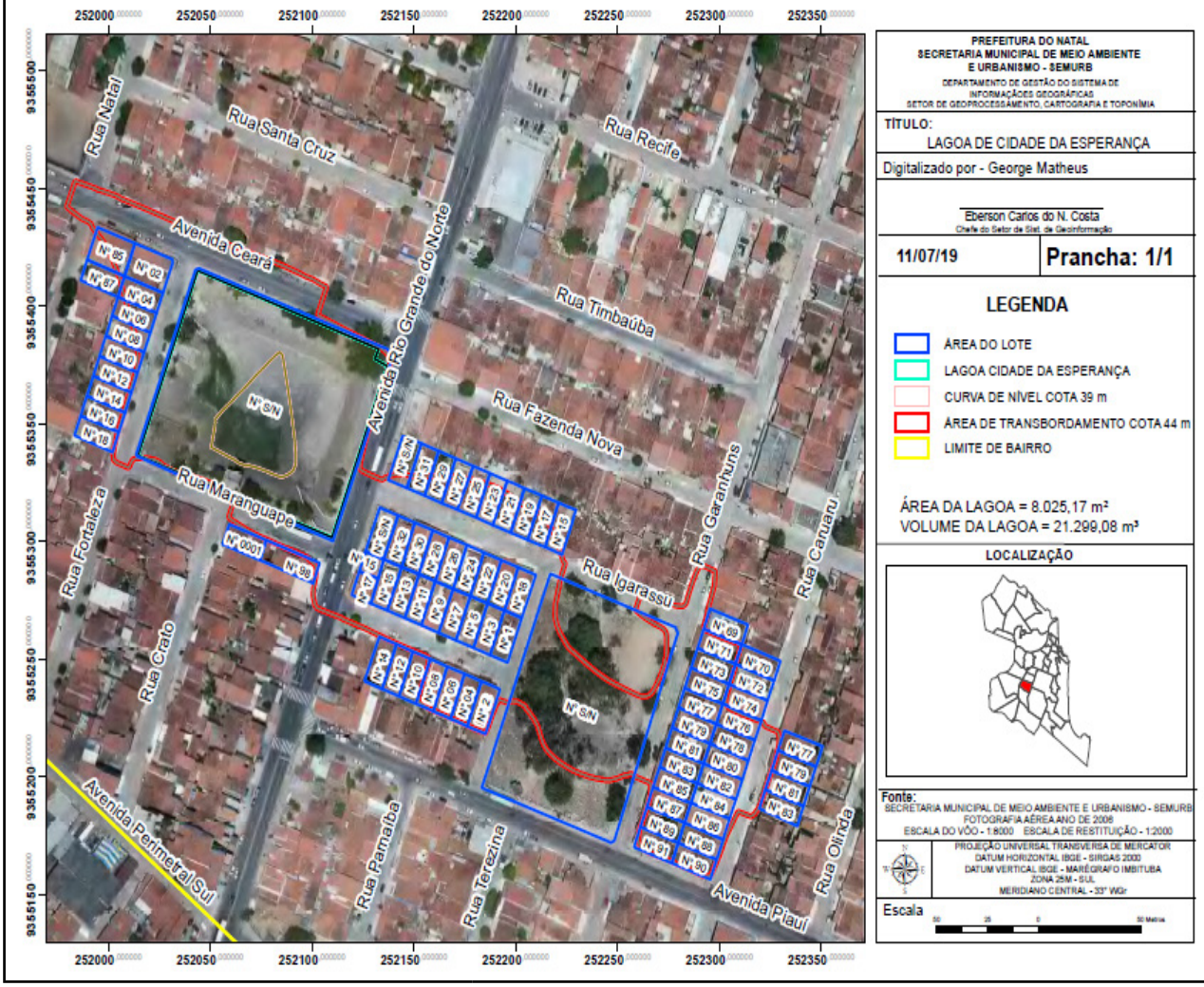
20 - LAGOA DO CENTRO ADMINISTRATIVO 2	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Lagoa Nova
ENDEREÇO:	Próxima do Centro Administrativo L2
COORDENADAS:	
ESTRUTURA FÍSICA	
DESCRIÇÃO:	Lagoa apresenta cerca de proteção e iluminação.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO:Baixo 🟢	Ao longo do seu funcionamento, não apresentou riscos adversos, como transbordamentos e inundações na área do entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.
VIGILANTE DA LAGOA:	

21 - LAGOA DO CEI	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Lagoa Nova
ENDEREÇO:	Localizada na rua lateral ao Via Direta
COORDENADAS:	
ESTRUTURA FÍSICA	
DESCRIÇÃO:	Lagoa não possui casa de bombas, logo, apresenta cerca de proteção e iluminação.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Baixo 🟢	Ao longo do seu funcionamento, não apresentou riscos adversos, como transbordamentos e inundações na área do entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.
VIGILANTE DA LAGOA:	

22 - LAGOA DO PREÁ	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Lagoa Nova
ENDEREÇO:	Rua Historiador Tobias Monteiro com Av. Norton Chaves
ESTRUTURA FÍSICA	
ESTAÇÃO ELEVATÓRIA	Em operação
CAP. DE BOMBAS	Capacidade para 3 bombas
QUANT. DE BOMBAS	2 bombas
QUANT. DE BOMBAS FUNCIONANDO	1 bomba funcionando
TUBULAÇÃO DE SUCÇÃO	Tubulação de 250mm
TUBULAÇÃO ADUTORA	Tubulação de 400mm
REGISTRO DE GAVETA	3 registros de gaveta
VÁLVULAS DE RETENÇÃO	3 válvulas de retenção
QUADROS ELÉTRICOS	3 quadros elétricos
BOIAS DE ACIONAMENTO	2 kits
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Elevado ●	Possui risco de alagamento, podendo ainda inundar edificações, conforme índice pluviométrico, e aprisionar veículos.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.



24 - LAGOA DA CIDADE DA ESPERANÇA	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Cidade da Esperança
ENDEREÇO:	Av. Rio Grande do Norte
ESTRUTURA FÍSICA	
DESCRIÇÃO:	Lagoa possui casa de bombas e cercas de proteção.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Médio ●	Pode oferecer eventos adversos de transbordamento e inundação no entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.



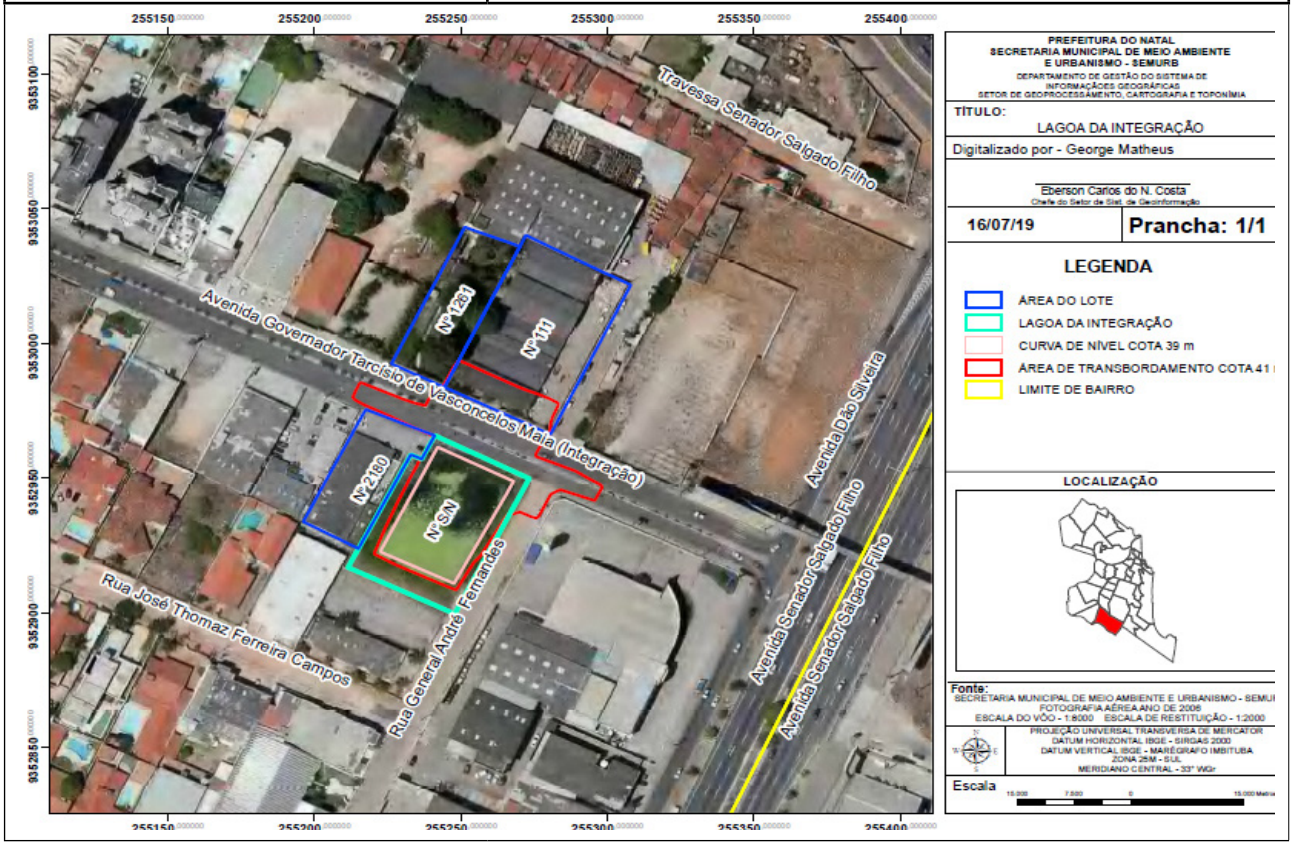
25 - LAGOA DO HORTO	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Cidade da Esperança
ENDEREÇO:	Av. Piauí
COORDENADAS:	-5.828812, -35.237527
ESTRUTURA FÍSICA	
DESCRIÇÃO:	Lagoa não possui casa de bombas e nem bombas, não possui cerca de proteção e nem iluminação, existindo apenas uma guarita.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Médio 🟢	Pode oferecer eventos adversos de transbordamento e inundação no entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

26 - LAGOA DA CIDADE NOVA 2	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Lagoa Nova
ENDEREÇO:	Rua Engenheiro Carlos Alberto Liberato
COORDENADAS:	-5.832611, -35.235025
ESTRUTURA FÍSICA	
DESCRIÇÃO:	Lagoa possui casa de bombas com 2 bombas e cerca de proteção.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Baixo 🟢	Ao longo do seu funcionamento, não apresentou riscos adversos, como transbordamentos e inundações na área do entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

28 - LAGOA DE CANDELÁRIA	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Candelária
ENDEREÇO:	Rua Elguseis Magnum
COORDENADAS:	-5.830942, -35.227360
ESTRUTURA FÍSICA	
ESTAÇÃO ELEVATÓRIA	Lagoa possui casa de bombas e cerca de proteção.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Baixo 🟢	Ao longo do seu funcionamento, não apresentou riscos adversos, como transbordamentos e inundações na área do entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

29 - LAGOA DO CARREFOUR (OU MIRASSOL)	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Candelária
ENDEREÇO:	Localizada na BR - 101
COORDENADAS:	-5.845652, -35.207953
ESTRUTURA FÍSICA	
DESCRIÇÃO:	Lagoa não possui bombas, cerca de proteção e nem refletores.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Baixo 🟢	Ao longo do seu funcionamento, não apresentou riscos adversos, como transbordamentos e inundações na área do entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

30 - LAGOA DO SAN VALE (OU INTEGRAÇÃO)	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Bairro de Pitimbú, San Vale
ENDEREÇO:	Av. Governador Tarcísio de Vasconcelos Maia
ESTRUTURA FÍSICA	
DESCRIÇÃO:	Não possui bombas, guaritas e nem refletores, logo, possui cerca de proteção.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Elevado 🔴	Possui risco de alagamento, podendo ainda inundar edificações, conforme índice pluviométrico, e aprisionar veículos.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

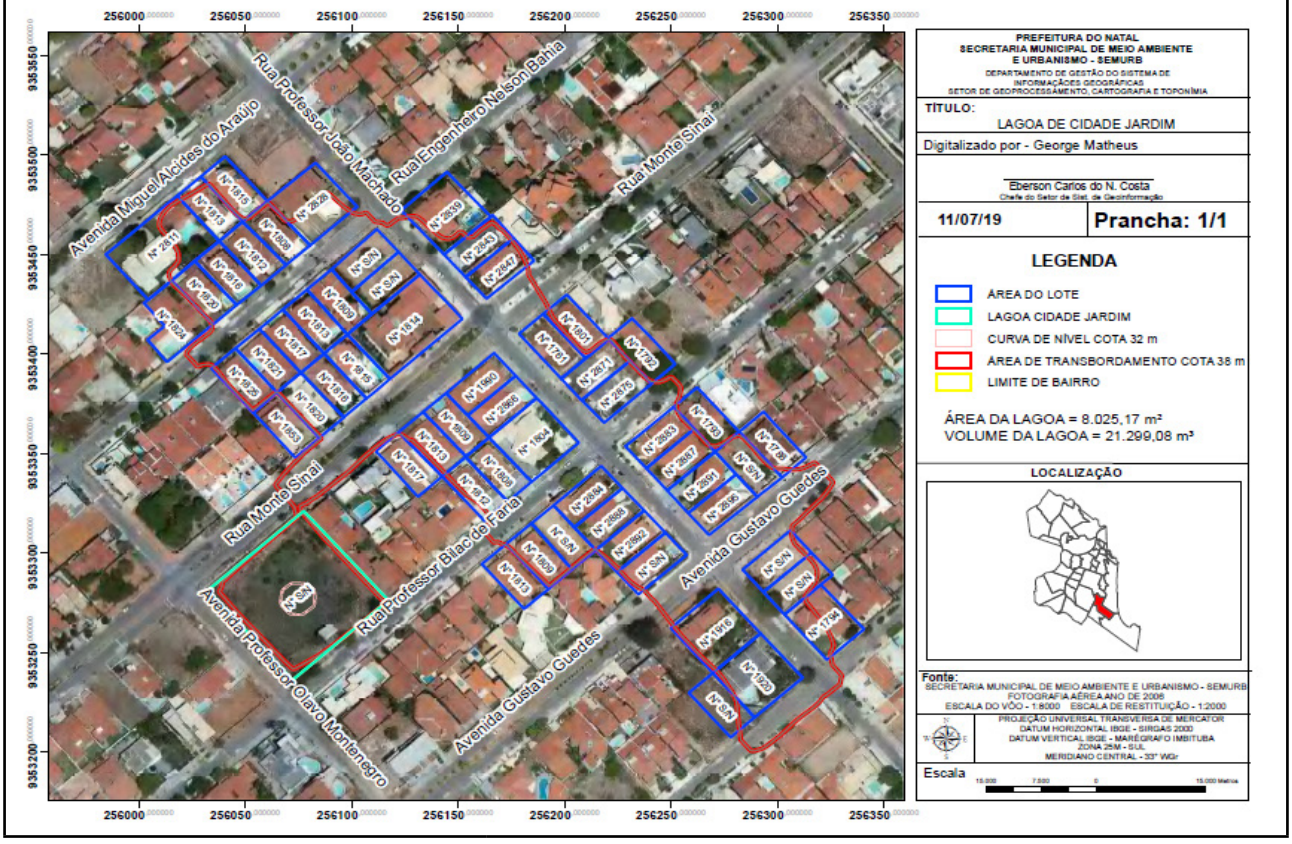


31 - LAGOA PARQUE DAS PEDRAS	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Candelária
ENDEREÇO:	Rua Alameda das Mansões
COORDENADAS:	-5.849646, -35.210421
ESTRUTURA FÍSICA	
DESCRIÇÃO:	Lagoa não possui cerca de proteção e nem refletores.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Baixo 🟢	Ao longo do seu funcionamento, não apresentou riscos adversos, como transbordamentos e inundações na área do entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

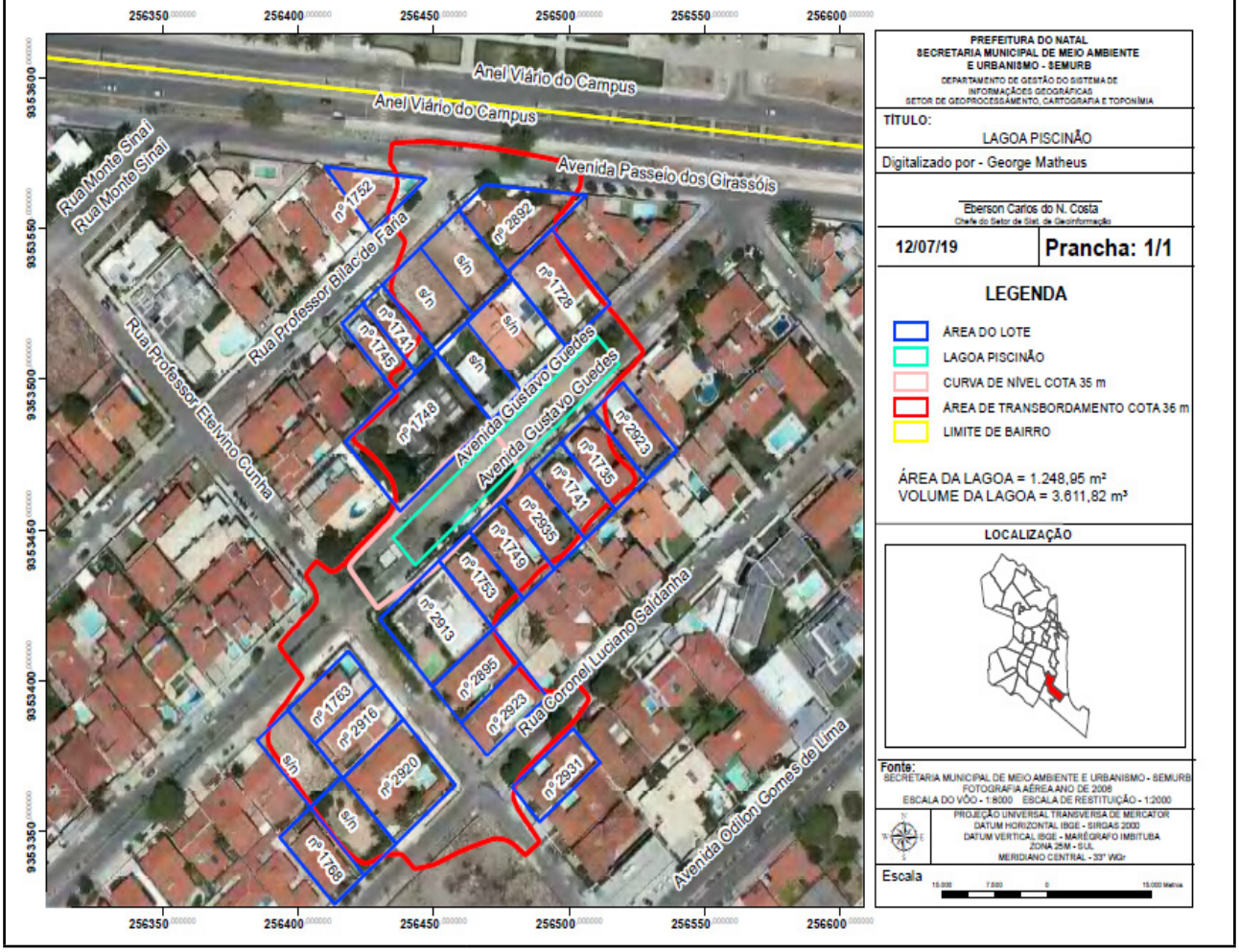
33 - LAGOA DO PLANALTO 1	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Planalto
ENDEREÇO:	
COORDENADAS:	
ESTRUTURA FÍSICA	
DESCRIÇÃO:	Lagoa apresenta apenas cerca de proteção.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Baixo 🟢	Ao longo do seu funcionamento, não apresentou riscos adversos, como transbordamentos e inundações na área do entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

34 - LAGOA DE CIDADE JARDIM 1	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Capim Macio
ENDEREÇO:	Rua Antônio Barros Cavalcante
COORDENADAS:	-5.844453, -35.204556
ESTRUTURA FÍSICA	
ESTAÇÃO ELEVATÓRIA	Em operação
CAP. DE BOMBAS	Capacidade para 2 bombas
QUANT. DE BOMBAS	2 bombas
QUANT. DE BOMBAS FUNC.	2 bombas funcionando
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Elevado 🔴	Possui risco de alagamento, podendo ainda inundar edificações, conforme índice pluviométrico, e aprisionar veículos.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

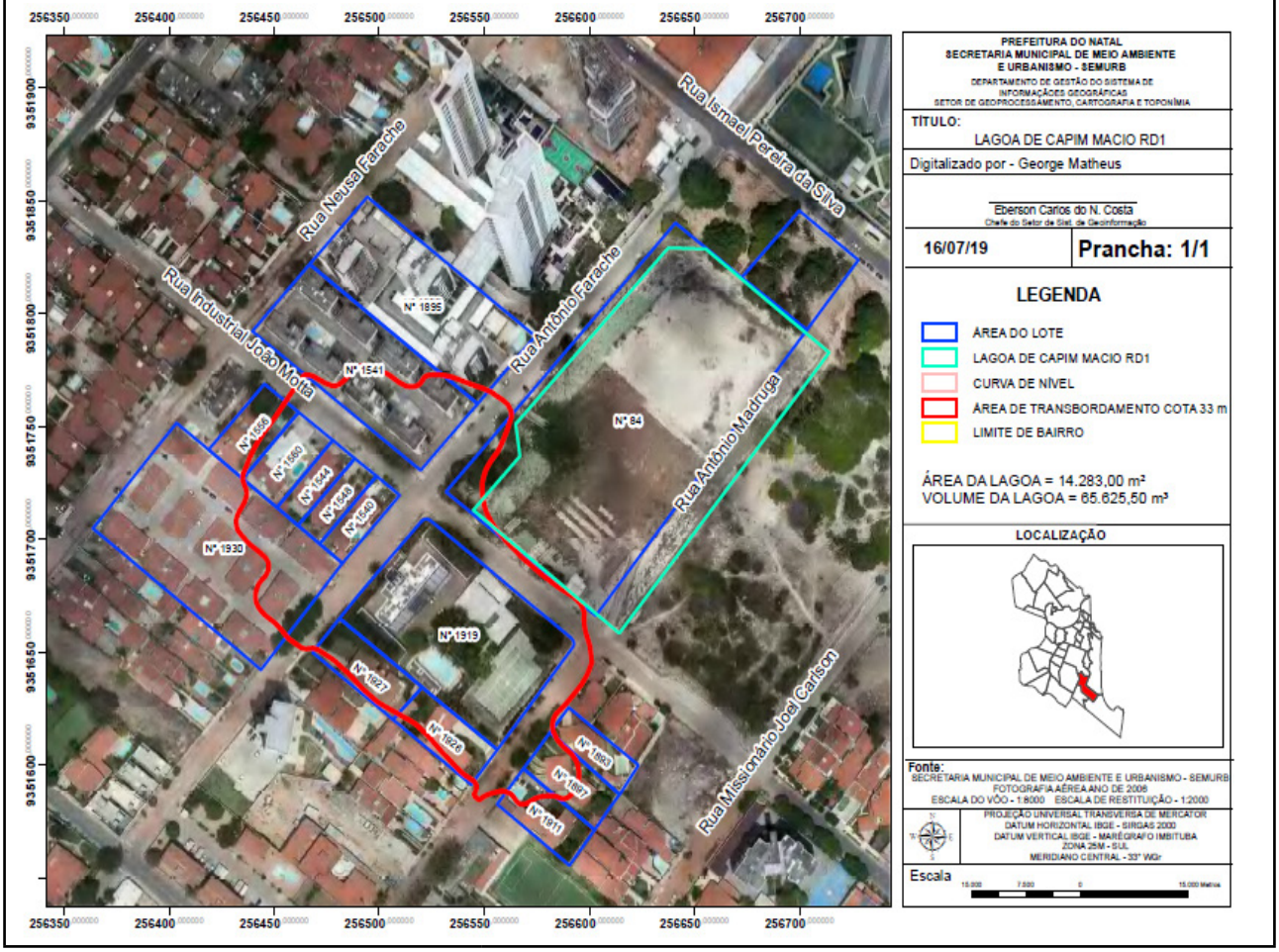
35 - LAGOA DE CIDADE JARDIM 2	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Capim Macio
ENDEREÇO:	Rua Bilac de Faria
ESTRUTURA FÍSICA	
ESTAÇÃO ELEVATÓRIA	Em operação
CAP. DE BOMBAS	Capacidade para 2 bombas
QUANT. DE BOMBAS	2 bombas
QUANT. DE BOMBAS FUNCIONANDO	2 bombas funcionando
TUBULAÇÃO DE SUCÇÃO	Tubulação de 250mm
TUBULAÇÃO ADUTORA	Tubulação de 250mm
REGISTRO DE GAVETA	1 registro de gaveta
VÁLVULAS DE RETENÇÃO	1 válvula de retenção
QUADROS ELÉTRICOS	2 quadros elétricos
BOIAS DE ACIONAMENTO	2 kits
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Elevado ●	Possui risco de alagamento, podendo ainda inundar edificações, conforme índice pluviométrico, e aprisionar veículos.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.



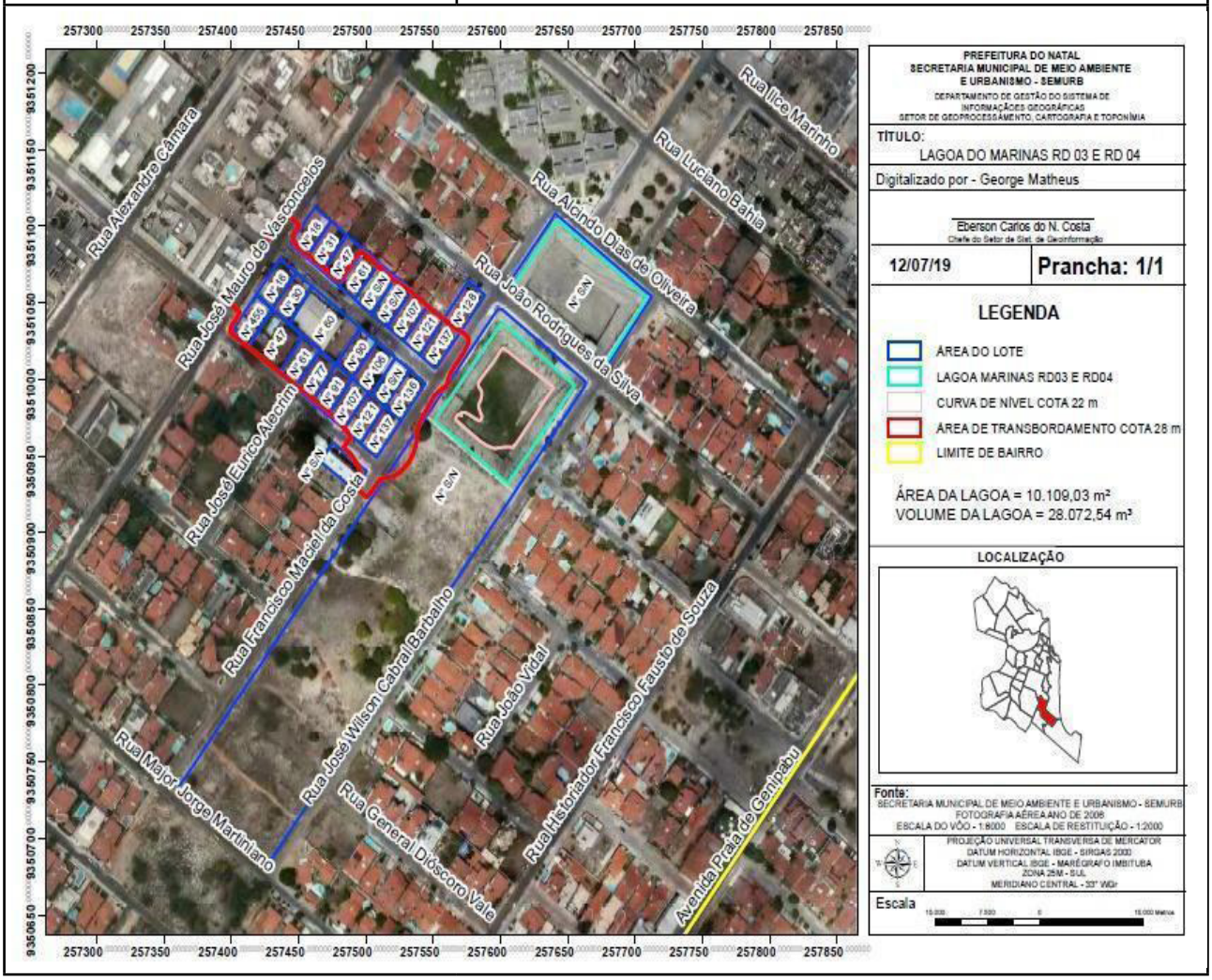
36 - LAGOA DE CIDADE JARDIM 3 (OU PISCINÃO)	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Capim Macio
ENDEREÇO:	Rua Gustavo Guedes
ESTRUTURA FÍSICA	
ESTAÇÃO ELEVATÓRIA	Em operação
CAP. DE BOMBAS	Capacidade para 2 bombas
QUANT. DE BOMBAS	2 bombas
QUANT. DE BOMBAS FUNCIONANDO	2 bombas funcionando
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Elevado ●	Possui risco de alagamento, podendo ainda inundar edificações, conforme índice pluviométrico, e aprisionar veículos.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.



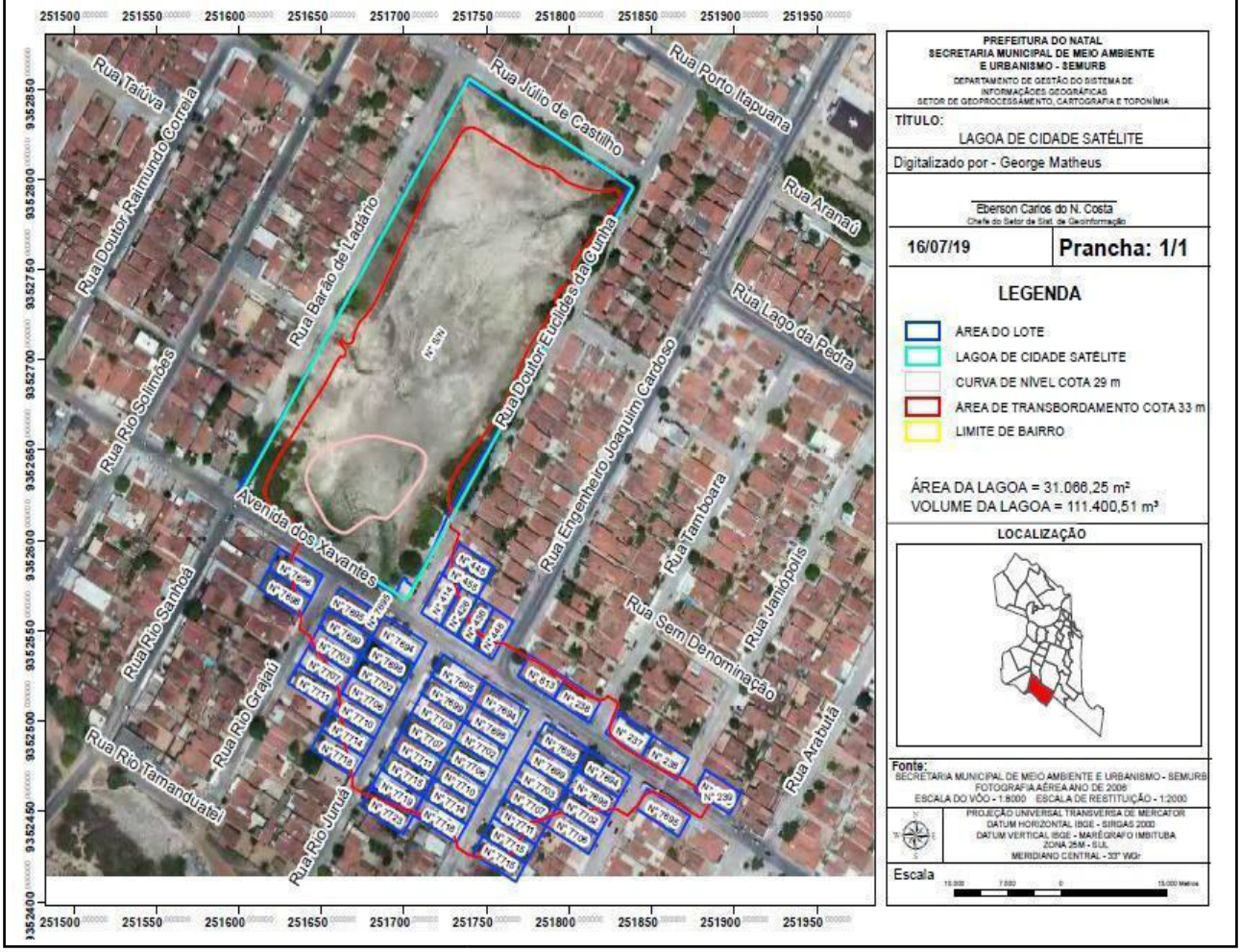
37 - LAGOA DE CAPIM MACIO	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Capim Macio
ENDEREÇO:	Rua Industrial João Mota
ESTRUTURA FÍSICA	
ESTAÇÃO ELEVATÓRIA	Desativada
CAP. DE BOMBAS	Capacidade para 4 bombas
QUANT. DE BOMBAS	4 bombas
QUANT. DE BOMBAS FUNCIONANDO	0 bomba funcionando
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Baixo ●	Ao longo do seu funcionamento, não apresentou riscos adversos, como transbordamentos e inundações na área do entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.



38 – LAGOAS DO MARINAS RD3 E RD4 (OU CAPIM MACIO 5A E 5B)	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Capim Macio
ENDEREÇO:	Rua João Rodrigues da Silva
ESTRUTURA FÍSICA	
ESTAÇÃO ELEVATÓRIA	Desativada
CAP. DE BOMBAS	Capacidade para 4 bombas
QUANT. DE BOMBAS	4 bombas
QUANT. DE BOMBAS FUNCIONANDO	0 bomba funcionando
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Baixo ●	Ao longo do seu funcionamento, não apresentou riscos adversos, como transbordamentos e inundações na área do entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

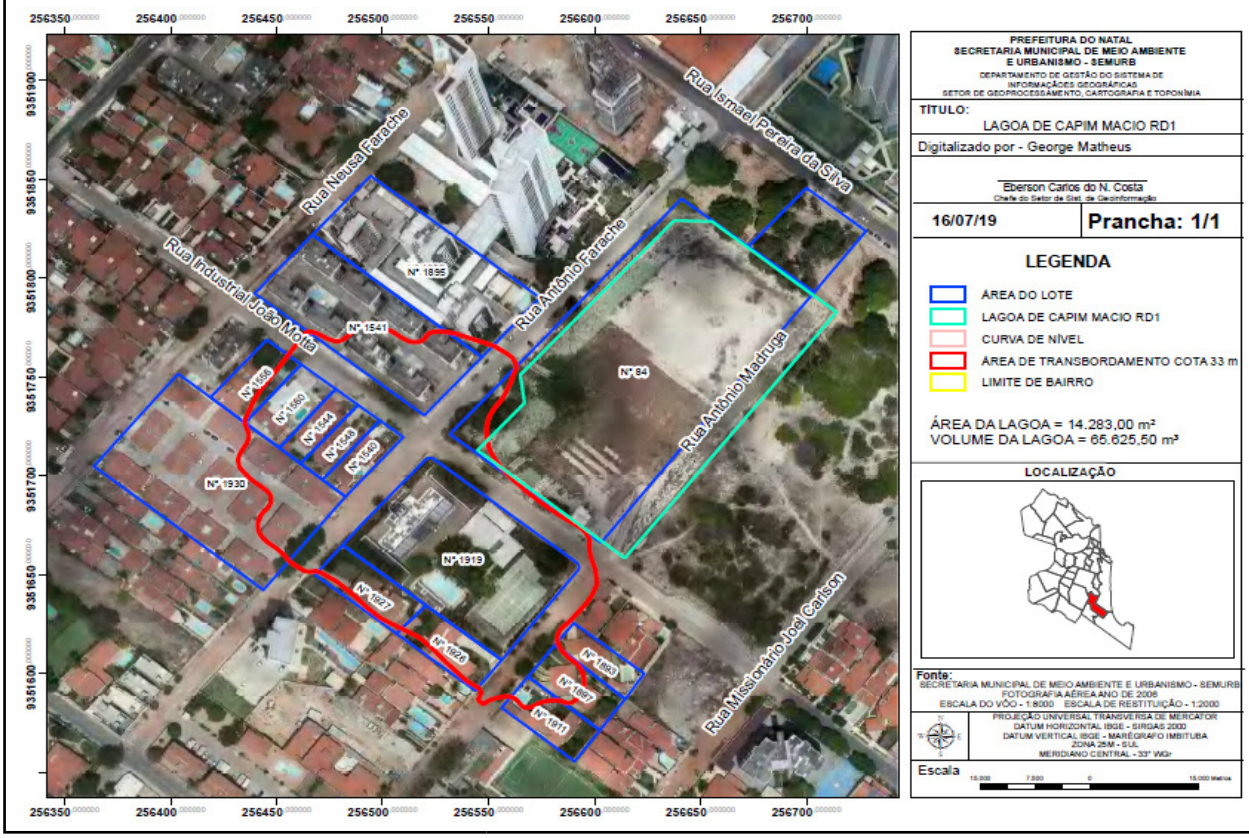


39 - LAGOA DO XAVANTE	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Bairro Pitimbú
ENDEREÇO:	Av. dos Xavantes
ESTRUTURA FÍSICA	
DESCRIÇÃO:	Lagoa sem cerca de proteção, não possui bombas, guaritas e nem refletores.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Médio ●	Pode oferecer eventos adversos de transbordamento e inundação no entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

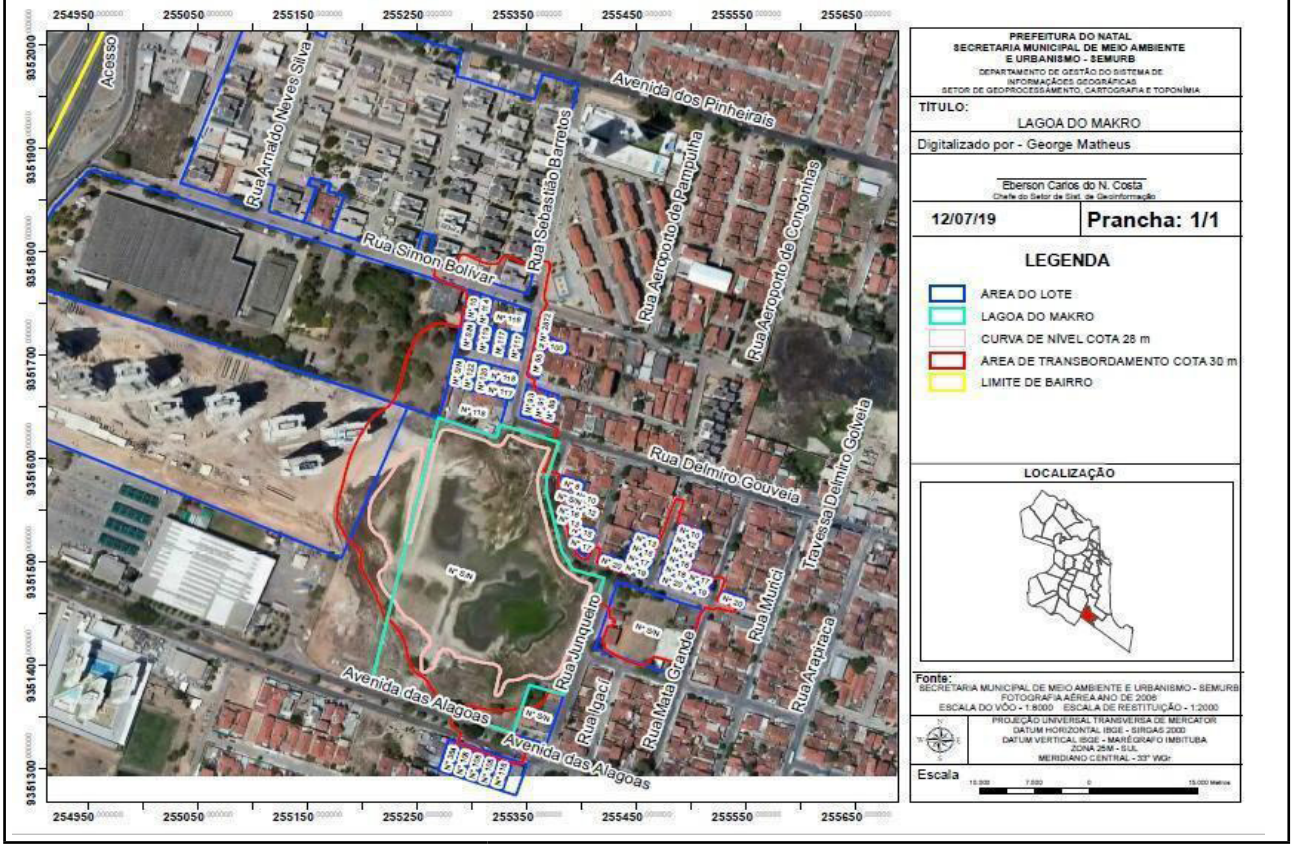


40 - LAGOA DOS CAIPÓS	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Bairro Pitimbú
ENDEREÇO:	
COORDENADAS:	
ESTRUTURA FÍSICA	
DESCRIÇÃO:	Lagoa não possui cerca de proteção, bombas, guaritas e nem refletores.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Médio ●	Pode oferecer eventos adversos de transbordamento e inundação no entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.
VIGILANTE DA LAGOA:	

41 – LAGOA DE PIRANGI (OU JIQUI)	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Neópolis
ENDEREÇO:	Próxima às Avenidas Alagoas e Ayrton Sena
ESTRUTURA FÍSICA	
ESTAÇÃO ELEVATÓRIA	Em operação
CAP. DE BOMBAS	Capacidade para 2 bombas
QUANT. DE BOMBAS	2 bombas
QUANT. DE BOMBAS FUNC.	1 bomba funcionando
TUBULAÇÃO DE SUCÇÃO	Tubulação de 250mm
TUBULAÇÃO ADUTORA	Tubulação de 300mm
REGISTRO DE GAVETA	2 registros de gaveta
VÁLVULAS DE RETENÇÃO	2 válvulas de retenção
QUADROS ELÉTRICOS	2 quadros elétricos
BOIAS DE ACIONAMENTO	1 kit
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Elevado ●	Possui risco de alagamento, podendo ainda inundar edificações, conforme índice pluviométrico, e aprisionar veículos.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.



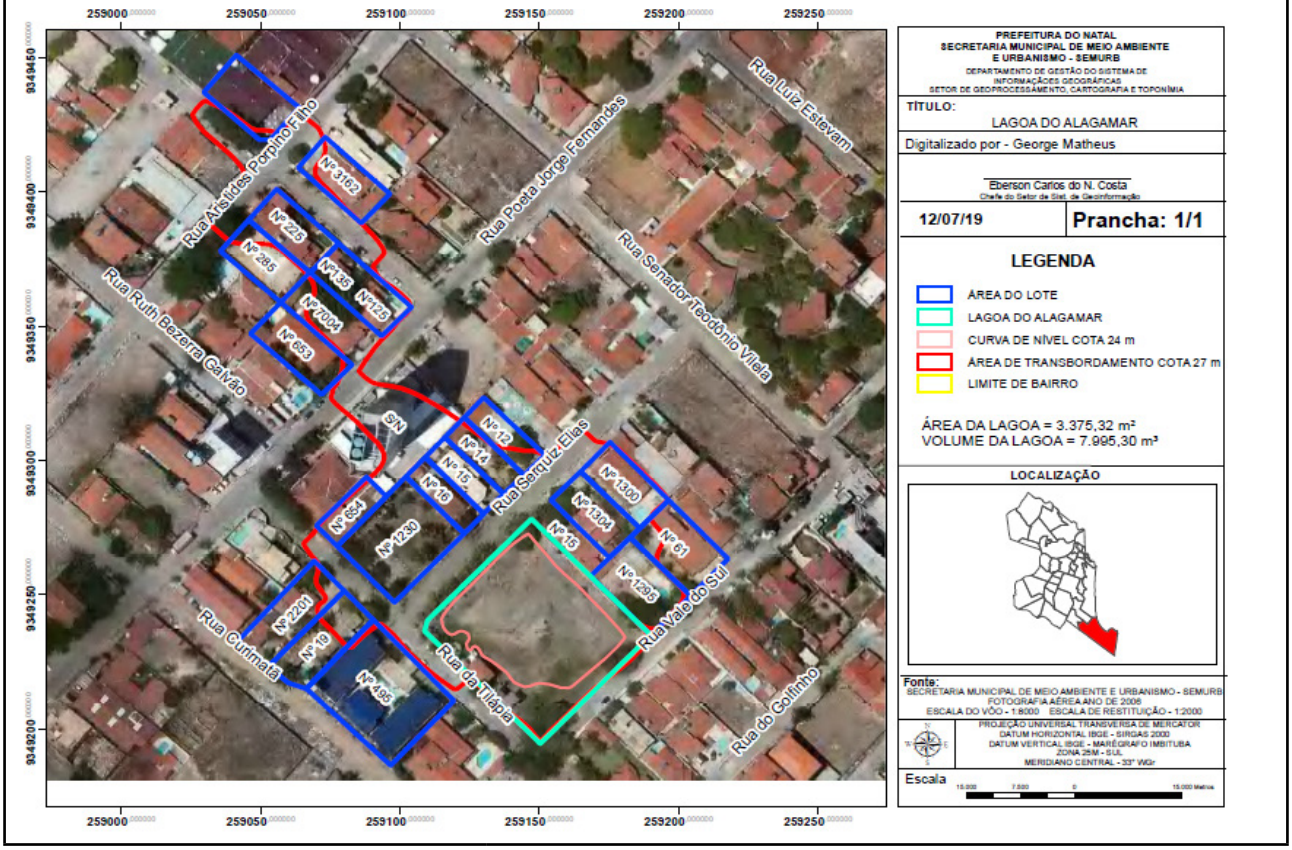
42 - LAGOA DO MAKRO	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Neópolis
ENDEREÇO:	Av. das Alagoas
ESTRUTURA FÍSICA	
ESTAÇÃO ELEVATÓRIA	Em operação
CAP. DE BOMBAS	Capacidade para 3 bombas
QUANT. DE BOMBAS	3 bombas
QUANT. DE BOMBAS FUNC.	3 bombas funcionando
TUBULAÇÃO DE SUCÇÃO	Tubulação de 250mm
TUBULAÇÃO ADUTORA	Tubulação de 400mm
REGISTRO DE GAVETA	2 registros de gaveta
VÁLVULAS DE RETENÇÃO	2 válvulas de retenção
QUADROS ELÉTRICOS	2 quadros elétricos
BOIAS DE ACIONAMENTO	2 kits
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Elevado ●	Possui risco de alagamento, podendo ainda inundar edificações, conforme índice pluviométrico, e aprisionar veículos.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.



43 - LAGOA DE PIRANGI 2 (OU LAGOA DO SOCIETY)	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Neópolis
ENDEREÇO:	Av. São Miguel dos Caribes
COORDENADAS:	-5.867636, -35.206917
ESTRUTURA FÍSICA	
DESCRIÇÃO:	
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Médio 🟢	Pode oferecer eventos adversos de transbordamento e inundação no entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

44 - LAGOA DO PIRANGI	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Neópolis
ENDEREÇO:	Rua Simon Bolívar
COORDENADAS:	-5.860951, -35.207094
ESTRUTURA FÍSICA	
DESCRIÇÃO:	Não possui bombas, guaritas e nem refletores.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Médio 🟢	Pode oferecer eventos adversos de transbordamento e inundação no entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

46 - LAGOA DE PONTA NEGRA (ALAGAMAR)	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Ponta Negra
ENDEREÇO:	Rua da Tilápia
ESTRUTURA FÍSICA	
ESTAÇÃO ELEVATÓRIA	Em operação
CAP. DE BOMBAS	Capacidade para 3 bombas
QUANT. DE BOMBAS	3 bombas
QUANT. DE BOMBAS FUNCIONANDO	2 bombas funcionando
TUBULAÇÃO DE SUCÇÃO	Tubulação, uma com 250mm e duas com 150mm
TUBULAÇÃO ADUTORA	Tubulação de 300 mm
REGISTRO DE GAVETA	3 registros de gaveta
VÁLVULAS DE RETENÇÃO	3 válvulas de retenção
QUADROS ELÉTRICOS	3 quadros elétricos
BOIAS DE ACIONAMENTO	2 kits
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Baixo 🟢	Ao longo do seu funcionamento, não apresentou riscos adversos, como transbordamentos e inundações na área do entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.



47 - LAGOA DA VILA DE PONTA NEGRA (OU AERONÁUTICA)	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Ponta Negra
ENDEREÇO:	Localizada na área militar (Barreira do Inferno)
COORDENADAS:	-5.894000, -35.182025
ESTRUTURA FÍSICA	
DESCRIÇÃO:	
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Baixo 🟢	Ao longo do seu funcionamento, não apresentou riscos adversos, como transbordamentos e inundações na área do entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

49 – LAGOA DA CIDADE NOVA 1	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Lagoa Nova
ENDEREÇO:	Rua Nelson Geraldo Freire
COORDENADAS:	
ESTRUTURA FÍSICA	
DESCRIÇÃO:	Lagoa possui casa de bombas e cerca de proteção.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Baixo 🟢	Ao longo do seu funcionamento, não apresentou riscos adversos, como transbordamentos e inundações na área do entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

LAGOA DE CAPIM MACIO 1	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Capim Macio
ENDEREÇO:	
COORDENADAS:	
ESTRUTURA FÍSICA	
ESTAÇÃO ELEVATÓRIA	Desativada
CAP. DE BOMBAS	Capacidade para 3 bombas
QUANT. DE BOMBAS	3 bombas
QUANT. DE BOMBAS FUNC.	0 bomba funcionando
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Baixo 🟢	Ao longo do seu funcionamento, não apresentou riscos adversos, como transbordamentos e inundações na área do entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

LAGOA DE CAPIM MACIO 2	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Capim Macio
ENDEREÇO:	
COORDENADAS:	
ESTRUTURA FÍSICA	

DESCRIÇÃO:	
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Baixo	Ao longo do seu funcionamento, não apresentou riscos adversos, como transbordamentos e inundações na área do entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

LAGOA DO BURACO (OU POTILANDIA)	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Lagoa Nova
ENDEREÇO:	Av. Capitão Mor Gouveia
COORDENADAS:	
ESTRUTURA FÍSICA	
DESCRIÇÃO:	Lagoa não possui bombas, cerca de proteção e nem refletores.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO: Baixo	Ao longo do seu funcionamento, não apresentou riscos adversos, como transbordamentos e inundações na área do entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

LAGOA DO CENTRO ADMINISTRATIVO 3	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Lagoa Nova
ENDEREÇO:	Próxima do Centro Administrativo L3
COORDENADAS:	
ESTRUTURA FÍSICA	
DESCRIÇÃO:	Lagoa apresenta cerca de proteção e iluminação.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO:Baixo	Ao longo do seu funcionamento, não apresentou riscos adversos, como transbordamentos e inundações na área do entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

LAGOA DO CENTRO ADMINISTRATIVO 4	
LOCALIZAÇÃO	
BAIRRO:	Lagoa Nova
ENDEREÇO:	Próxima do Centro Administrativo L4
COORDENADAS:	
ESTRUTURA FÍSICA	
DESCRIÇÃO:	Lagoa apresenta cerca de proteção e casa de bombas com 2 bombas.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO:Baixo	Ao longo do seu funcionamento, não apresentou riscos adversos, como transbordamentos e inundações na área do entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

LAGOA DO PLANALTO 2
LOCALIZAÇÃO

BAIRRO:	Planalto
ENDEREÇO:	Rua Marco Augusto Teixeira de Carvalho
COORDENADAS:	
ESTRUTURA FÍSICA	
DESCRIÇÃO:	Lagoa apresenta apenas uma cerca e um muro de proteção.
RISCOS E AÇÕES	
RISCO DE TRANSBORDAMENTO:Baixo	Ao longo do seu funcionamento, não apresentou riscos adversos, como transbordamentos e inundações na área do entorno.
AÇÕES PREVENTIVAS:	Fiscalização de ligações clandestinas, manutenção e limpeza contínua a fim de evitar o assoreamento e minimizar os riscos sanitários.

ANEXO XXII – LISTA DE VIGILANTES POR LAGOAS

07 - LAGOA DOM PEDRO I	
SERVIDORES	João Maria dos Santos
	Jeová Pereira da Silva
08 - LAGOA DE SANTARÉM (OU NOVA REPÚBLICA)	
SERVIDORES	Juarez Antonino da Silva
	José Neves da Silva
	Manoel Varela do Nascimento
	Edson Ferreira de Oliveira
	Antônio Gomes da Silva
	Francisco da Silva Dantas
14 - LAGOA DA REDINHA 2	
SERVIDOR	Edmilson Borges de Oliveira
22 - LAGOA DO PREÁ	
SERVIDORES	José Hermínio da Silva
	Luís Antônio Nepomuceno
23 - LAGOA DOS POTIGUARES (OU MORRO BRANCO)	
SERVIDORES	Francisco Pio Gonçalves
	Elias Inácio de Oliveira
	João Gabriel dos Santos
37 - LAGOA DE CAPIM MACIO	
SERVIDOR	Jorge Damasceno Nogueira
39 - LAGOA DO XAVANTE	
SERVIDOR	Gabriel Sobrinho da Silva
41 - LAGOA DE PIRANGI (OU JIQUI)	
SERVIDORES	Edson Cidrone Borges
	Ivanilson Gomes da Silva
42 - LAGOA DO MAKRO	
SERVIDORES	Dioclecio Luís Guedes
	José Marcelino Pedro
	Antônio Damasceno Nogueira
46 - LAGOA DE PONTA NEGRA (ALAGAMAR)	
SERVIDOR	João Francisco de Lima
46 - LAGOA DE SÃO CONRADO	
SERVIDOR	Wagner Kleber de S. Cavalcante

Glossário

APA's – Área de Preservação Ambiental;

APP's – Área de Preservação Permanente;

ARSBAN – Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Município de Natal;

Assoreamento – Elevação em função do acúmulo de sedimento e ou detritos levados para reservatórios pelas águas das chuvas;

CAERN – Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte;

CEMADEN – Centro de Monitoramento e Alerta Desastres Naturais responsável pela prevenção e gerenciamento de atuação governamental vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;

CIOSP – Centro de Operações Integradas de Segurança Pública do Rio Grande do Norte;

COSERN – Empresa de distribuição elétrica do Rio Grande do Norte do grupo Neoenergia;

COVID-19 – Infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2;

Cidade Resiliente – Uma cidade com competência e infraestrutura para resistir, absorver ou se recuperar de maneira hábil dos efeitos de qualquer desastre;

CPTEC – Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos;

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social;

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social;

DESASTRE – Acontecimento de grande impacto negativo, provocando perdas humanas, materiais, econômicas ou ambientais significativas;

DESABRIGADO – Pessoa que se encontra sem local de moradia após desastre (precisa de abrigo);

DESALOJADO – Pessoa que se encontra em outro imóvel após desastre (ex.: casa de parentes);

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia do Brasil responsável por prover informações meteorológicas;

ITEP – Instituto Técnico Científico de Perícia;

LOA – Lei Orçamentária Anual;

MCR2030 – Making Cities Resilient 2030, campanha de iniciativa do Escritório das Nações Unidas para a Redução de Risco de Desastres (UNISDR), "Movimento Construindo Cidades Resilientes" com objetivo de incentivar gestores municipais a desenvolver ações para estabelecer cidades resilientes como parte do processo de urbanização sustentável;

MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional;

PPA – Plano Plurianual;
PMRR – Plano Municipal de Redução de Riscos;

S2iD – Sistema Integrado de Informações sobre Desastres. Plataforma do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil que se propõe a qualificar e dar transparência à gestão de risco e desastre no Brasil;

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência;

SITUAÇÃO ADVERSA – Condição ou circunstância que apresenta obstáculos, riscos ou efeitos negativos, exigindo adaptação, resposta ou superação;

UNISDR – Escritório das Nações Unidas para a Redução de Risco de Desastres.

NATAL
PREFEITURA

DEFESA CIVIL
NATAL

natal.rn.gov.br